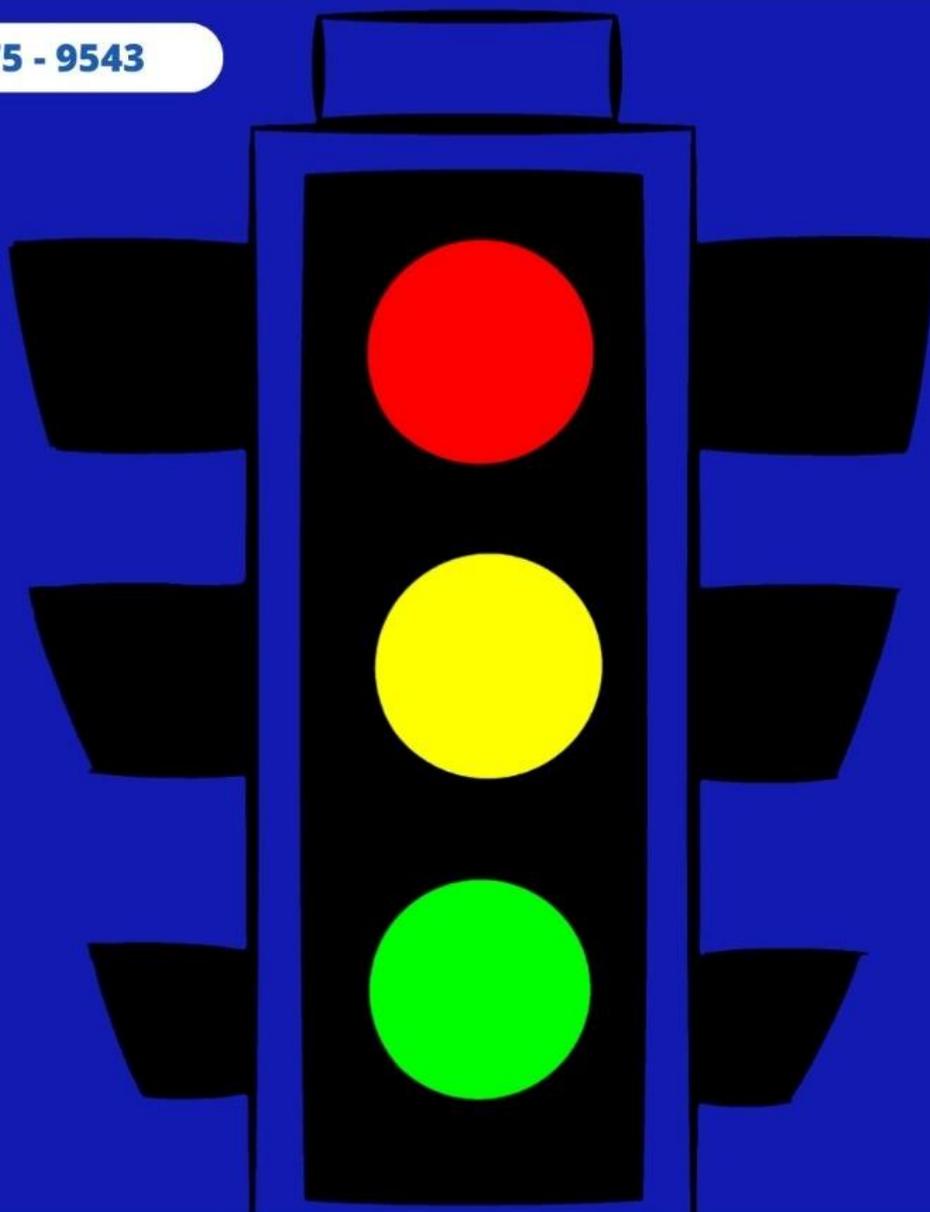


REVISTA AUTÊNTICOS

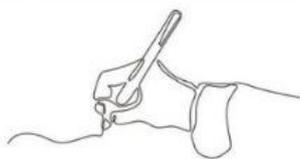
Volume 3 - Número 6

novembro 2023

ISSN - 2675 - 9543



**TRÂNSITO:
CONSCIENTIZAR É FUNDAMENTAL!**



revistaautenticos.com.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)**

R454

Revista Autênticos [recurso eletrônico] / [Editor Chefe]
Fernando Piffer – Vol 3, n.6 (nov. 2023) – São Paulo-SP:
Instituto P2G Educacional, 2022.

Bimestral

ISSN 2675-9543

Disponível em: <https://revistaautenticos.com.br/>

1. Educação Infantil. 2. Educação Inclusiva. 3. Ensino
Lúdico. 4. Gestão Escolar. 5. Práticas Docentes. 6.
Matemática. 7. Autismo. 8. Alfabetização e Letramento. 9.
Educação Física. 10. Inteligência Emocional. 11. Música.
12. Psicopedagogia. I. Piffer, Fernando.

CDD: 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB-6/2422

www.revistaautenticos.com.br

E-Mail: contato@revistaautenticos.com.br

Rua Marquês de Lages, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP – CEP 04162-001 Fone (11) 2947-3283

EDITORIAL

“TRÂNSITO, CONSCIENTIZAR É FUNDAMENTAL *”

O Código de Trânsito Brasileiro, CTB, estabelece, conforme determina a Lei 9.503/97, no artigo 1º, inciso 1º, que o Trânsito é a utilização das vias por veículos, pessoas e animais, tanto de forma isolada quanto em grupos, conduzidos ou não, com objetivo de circulação, parada, estacionamento e, também, para operações de carga ou descarga. Neste sentido, todo o fluxo de movimentação de veículos, pessoas e animais nas vias públicas ou privadas, com o propósito de se deslocar de um ponto a outro é considerado trânsito. Além disso, as atividades relacionadas a carregar e descarregar coisas nestas vias também se caracterizam como trânsito. Nos dias atuais, com a disseminação de informações sobre os perigos do trânsito, era de se esperar que o número de acidentes de trânsito e de óbitos ocorridos em decorrência destes fosse diminuir, no entanto, as mortes no trânsito tem aumentado, e isso preocupa as autoridades e a sociedade em geral.

Visando promover ações que pudessem impactar a população sobre essa realidade, foram criadas várias campanhas para conscientizar as pessoas quanto à responsabilidade de cada um para tornar o trânsito um ambiente melhor e com muito menos violência. Dentre estas ações, foi instituído o Dia Nacional do Trânsito, e para essa data foi escolhido o dia 25 de Setembro, fazendo referência à regulamentação do Código de Trânsito Brasileiro. Essa iniciativa pretendeu reforçar as campanhas de conscientização e assimilação das novas leis trazidas pelo CTB que se propunham a reformular uma legislação ultrapassada e, dessa forma, produzir um trânsito mais seguro. Assim, o Dia Nacional do Trânsito se constituiu em uma ferramenta de conscientização para a sociedade desenvolver práticas eficientes e seguras.

Além disso, a semana que engloba o dia 25 de setembro foi instituída como a Semana Nacional do Trânsito, e nesta semana os órgãos de trânsito estaduais e municipais, em conjunto com o CONTRAN, Conselho Nacional de Trânsito, órgão do governo federal, reforçam campanhas para alertar a sociedade sobre os temas atenção à sinalização, respeito aos limites de velocidade, não dirigir sob efeito de álcool, utilização do cinto e coibir a violência no trânsito.

O tema é extremamente importante, especialmente quando se constata o elevado número de crianças envolvidas em acidentes de trânsito. Dados do Ministério da Saúde apontam que, anualmente, 140 mil crianças entre zero e 14 anos estão envolvidas em acidentes de trânsito, e seis mil perdem a vida. As principais causas são: o excesso de velocidade, não uso do cinto de segurança, dirigir falando ao celular, dirigir drogado ou alcoolizado e praticar atos imprudentes. Neste sentido, torna-se fundamental que a escola se envolva nessa temática, conscientizando os alunos sobre comportamentos seguros por meio de observações, experiências e situações vivenciadas em seu cotidiano, as quais permitirão que eles absorvam esses conhecimentos passando a praticá-los e a influenciar as pessoas à sua volta

Os principais temas a serem explorados em sala de aula com as crianças são: ter atenção ao caminhar pelas ruas, dirigir de forma atenta e não utilizar o celular, seja dirigindo seja caminhando, respeitar os limites de velocidade estabelecidos, atentar para as sinalizações e placas de trânsito, usar o cinto de segurança todos os ocupantes do veículo, mesmo em viagens de curta distância, utilizar sempre as faixas de pedestre ao atravessar as ruas, mesmo que elas estejam um pouco distante, usar capacete quando andar de motocicleta ou de bicicleta, conhecer as leis de trânsito e se transformar em um copiloto, alertando os motoristas para que realizem práticas corretas e seguras. Reduzir os acidentes de trânsito e torná-lo um ambiente pacífico e seguro depende essencialmente da educação. Educar hoje para colher bons frutos amanhã, ou seja, conscientizar é fundamental.

Fernando Piffer é formado em Economia, com Pós-Graduação em Redação e Oratória, e é editor da Revista Autênticos.

CONSELHO EDITORIAL

Elaine Cristina Piffer
Rosana Gomes
Luciana de Moraes
Alcinda Ponce
Jorge Longuine Palhares
Talita Spadoni Piffer
Cezira Antonelli
Yara Cristina Nieri
Cláudia Duarte
Fernando Piffer
Miriam Aparecida Silva

EDITOR CHEFE

Fernando Piffer

NORMALIZAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Talita Spadoni Piffer

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Lyrio Teixeira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Rosana Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIGITAL

Daniel Spadoni

COPYRIGHT

Revista Autênticos. Instituto P2G Educacional, Volume 3, Número 5 (Novembro, 2023) – SP

ISSN - VERSÃO DIGITAL

2675-9543

Publicação Bimestral coligada ao Instituto P2G Educacional.

Exceto o Editorial, todos os artigos publicados refletem a opinião dos seus autores. A responsabilidade pelos conteúdos é exclusiva dos mesmos, sendo que não expressam, necessariamente, a opinião deste Conselho Editorial. É permitida a reprodução total ou parcial dos conteúdos, desde que as fontes sejam devidamente citadas.

SUMÁRIO

05– EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: PRÁTICA NECESSÁRIA NO AMBIENTE ESCOLAR
EDINA ANTUNES DA LUZ

22– A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
JUCIENE RODRIGUES DE SOUZA

37– A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
VIVIANE MARTINS DE ALBUQUERQUE
ROBERTA CONSANI FERNANDES VIEIRA

46– EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: O QUE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS REVELAM
PATRÍCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA

59– OBRIGAÇÕES DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO À ESCOLA E PROFESSORES
RENATA DA SILVA VIEIRA BENTO

67– INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: RELEVÂNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR
MARIANE RODRIGUES BETTUZ
FERNANDA SILVA MARQUES CRISTALDO

79– AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM DISLEXIA
CAROLINE PEREIRA

97– BRINCAR HEURÍSTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES COM MATERIAIS NÃO ESTRUTURADOS
BRUNA MARINS
RENATA CORRÊA FIÊNCIO FERREIRA
VANÉLLI PIRES AMARO

107– ALFABETIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIFICULDADES E DESAFIOS DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL
LUCIANA DE CARVALHO CARDOSO
BRESSANE

126– A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO LÚDICO PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MITHYLENE DE ALMEIDA BATISTA

139 CONHECENDO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DANIELLE OSTI FERREIRA
TELMA STOCCO MARTINS

153– A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO
MISLAINÉ FERNANDES FLORENTINO



EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: PRÁTICA NECESSÁRIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Edina Antunes da Luz

Graduação em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento.

RESUMO

A presente pesquisa busca refletir sobre a importância da Educação Empreendedora no espaço escolar. A análise tem como objetivo mostrar a relevância de introduzir na sala de aula o empreendedorismo e de como este conceito de educação pode contribuir de forma expressiva para o ensino-aprendizagem, como também contribuir para orientar os educandos a buscar novos caminhos de forma crítica, consciente, num mundo globalizado que está em constante transformação. Configura-se numa pesquisa qualitativa, visando identificar e descrever as possibilidades e relevâncias da inserção do empreendedorismo no ambiente escolar. Nesta perspectiva, o estudo teve como fonte uma pesquisa bibliográfica, que se fundamenta em alguns autores com suas teorias proeminentes com o objetivo de explicar a relevância da construção de conhecimentos sobre o conceito de empreendedorismo e suas prerrogativas. Partindo desse pressuposto, a finalidade deste estudo consiste em analisar e refletir sobre o empreendedorismo na perspectiva do processo de ensino e a importância deste para uma aprendizagem significativa com o objetivo de análise e reflexão, pois além de auxiliar o educando a atuar no campo profissional, também incentiva o discente a ser criativo, inovador, cooperador, transformador, enfim contribui de forma efetiva para a construção de conhecimentos que possibilitam a ultrapassar os muros da escola e, deste modo, o educando pode adquirir conhecimentos para agir sobre si mesmo e sobre o meio em que está inserido.

Palavras- Chave: Educação; Empreendedorismo; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo elucidar a importância da Educação Empreendedora no ambiente escolar, buscando ampliar e possibilitar discussões em torno do tema através de uma revisão teórica sobre os conceitos do empreendedorismo e educação de modo a proporcionar reflexões sobre suas implicações e de que como se dá essa junção, suas fundamentações, práticas e métodos, bem como analisar a Educação Empreendedora e suas prerrogativas e a prática pedagógica no ensino de Empreendedorismo.

A partir dessa premissa, o trabalho visa compreender que a Educação Empreendedora está caminhando para se consolidar em um campo de estudo que preza pelo desenvolvimento do sujeito com o intuito de garantir aos que a ele tem acesso, meios para que transforme seu contexto social, porém para que essa transformação ocorra de forma efetiva, ainda há muito por fazer e a missão da escola é nortear o educando em busca de conhecimentos e, dessa forma superar a visão utilitarista de só oferecer informações pertinentes para a competitividade e obtenção de resultados, mas sim, também, de orientar o discente na busca de conhecimento que os faça crescer.

Normalmente os indivíduos costumam ser educados para terem uma profissão e para transformar esse paradigma e estimular o Empreendedorismo neste contexto, é necessário enfrentar resistências e conflitos no processo de mudanças, o que gera impactos para a instituição escolar. Deste modo, a escola deve romper barreiras e buscar iniciativas que traz alternativas para o desenvolvimento da Educação Empreendedora, de modo a preparar os jovens para enfrentar a realidade econômica, dinâmica e globalizada. E neste contexto pode ser citado, por exemplo, a realização das Olimpíadas de matemática que envolve milhões de alunos no país, se constituindo num espaço para aprendizagem e incentivo aos discentes. (GIMENEZ et al 2014, p. 29) .

A Educação Empreendedora, neste contexto se dirige a cada educando individualmente porque o ensino igual para todos não leva em conta as diversidades individuais, representadas por crenças, valores, visão de mundo, história, etnia, religião, desejos e sonhos. (DOLABELA, 2003, p. 113).

Nesta perspectiva, o Ensino do Empreendedorismo tem como objetivo dentro do espaço escolar auxiliar o sujeito no engajamento, motivação e liderança na busca

de soluções de problemas de seu cotidiano e perante as dificuldades da atualidade, uma vez que proporciona ferramentas para que o discente desenvolva a capacidade de aprender, de adaptar-se às situações que estão em constantes alterações, bem como ampliar a autonomia, a liberdade de pensar e de agir no meio social com intervenções sendo protagonista de sua história.

Nesta conjuntura, Dolabela (2003, p.53), ressalta que a escola também pode ser vista como um instrumento para o desenvolvimento e a perpetuação da capacidade de construir sonhos coletivos. Isso porque “a educação é sempre política, não é neutra”, como costumava dizer Paulo Freire. Quer dizer: não é possível construir uma proposta pedagógica sem conteúdo ético, pois educar significa assumir uma utopia e trabalhar para a sua realização.

Diante do exposto, a escola tem papel fundamental no processo de transformação, e para que isso ocorra de forma efetiva é necessário que a instituição escolar trabalhe com metodologias inovadoras, com soluções de problemas, com abordagens participativas, e o professor deve criar um ambiente que estimule o potencial criativo dos educandos, desenvolvendo nestes a capacidade de proatividade, de sonhar, enfim que dessa forma, o sujeito faça parte ativamente no mundo globalizado que está em constante transformação, onde a tecnologia faz parte da vida destes.

Assim sendo, é necessário que a escola deixe antigos padrões e busque novas formas na construção de conhecimentos voltadas para o desempenho que compreendam as perspectivas dos dias atuais, e praticar o Empreendedorismo é um dos meios de alcançar essas metas, buscando construir uma proposta pedagógica que leve o educando a participação ativa no processo de ensino-aprendizagem.

Em consonância com o exposto, ainda Dolabela (2008, p. 95), fala sobre a importância da escola nesse processo e das estratégias pedagógicas que contemplem os meios para o acesso ao mundo e a conversa com o mundo. Negar esses instrumentos aos alunos, sobretudo àqueles de comunidades carentes, é insistir na proposta de exclusão social.

Desta forma, empreender é um processo humano, com toda carga que isso representa: emoções, sonhos, desejos, inconformismo, crença na capacidade de mudar o mundo e pela indignação diante das iniquidades do mundo, e para isso não há uma resposta certa, mas sim perguntas fertilizantes que abrem o caminho para a ocorrência de inúmeras possíveis respostas. (DOLABELA, 2008).

Como se vê, é relevante desenvolver o Empreendedorismo na escola, pois requer estratégias de ensino na construção de conhecimentos com os alunos, a fim de

filtrar as informações pertinentes a solucionar os problemas e administrar as emoções, valorizar as potencialidades dos discentes, e deste modo, adquirir habilidades para tornar-se sujeito autônomo, crítico, participativo no seu contexto social.

Nesta conjuntura, a pesquisa pretende mostrar a importância da junção do Empreendedorismo e Educação, assim como sua relevância na formação e atuação de empreendedores, seja enquanto disciplina específica ou multidisciplinar, refletindo também sobre questões relacionadas aos avanços, dificuldades, relevância deste conceito que permeiam o campo social, político e econômico.

À vista disso, objetiva-se uma reflexão sobre a metodologia que atinja o educando na sala de aula, propagando o discente como protagonista de sua história. Perante este quadro entende-se que a Educação deixa de ser vertical em que o professor é detentor do saber e passa a ser uma Educação em que o educando seja o sujeito de sua aprendizagem, com participação, criticidade, reflexão, e assim, adquira a consciência de seus talentos, suas possibilidades de desenvolvimento das habilidades de Empreendedorismo, para que se tornem sujeitos conscientes, críticos na busca de transformações significativas no contexto em que está inserido.

EMPREENDEADORISMO

O mundo está em constantes transformações, com criações, invenções, que tem mudado significativamente os estilos de vida social, e deste modo os sujeitos se arriscam, questionam, assumem riscos e adquirem habilidades em relações humanas, conseqüentemente são os denominados empreendedores. Nesta conjuntura, Kuratko (2016, p. 34) enfatiza que:

Empreendedores são pessoas que reconhecem oportunidades onde outros veem o caos, contradição e confusão. Eles são catalisadores agressivos de mudanças no mercado. Costuma se comparados a atletas olímpicos, que desafiam a si próprios para quebrar barreiras; os corredores de longa distância que lidam com o sofrimento dos quilômetros, a maestros de orquestras sinfônicas, que regem diferentes habilidades e sons de forma coesa, e a pilotos de caças, que continuamente, impulsionam velocidade e ousadia. Seja qual for a sua paixão, os empreendedores são heróis do mercado de hoje. Eles abrem empresas e criam empregos muito rapidamente. A economia global foi revitalizada graças aos esforços dos empreendedores, e o mundo, agora, abraça a livre iniciativa como a força mais significativa para o desenvolvimento econômico. A paixão e a motivação de empreendedores são o motor do mundo dos negócios. Eles desafiam o desconhecido e criam continuamente avanços para o futuro.

Neste contexto, Mendes (2017, p. 5), com outro ponto de vista, mas que também complementa os apontamentos citados acima ressalta que o fenômeno do empreendedorismo deve ser considerado também como um instrumento de desenvolvimento social e não apenas de desenvolvimento econômico. Segundo o autor, empreender vai além da arte de lidar com os números. Assim como o planejamento, empreender é um processo de constante aprendizado e suas principais ferramentas são a criatividade, a vontade de vencer, a ousadia e o otimismo.

Diante do exposto, Franco (2000) apud Dolabela (2003, p. 32) enfatiza que:

Empreendedorismo significa protagonismo social, ruptura de laços de dependência, crença dos indivíduos e das comunidades na própria capacidade de construir o seu desenvolvimento pela cooperação entre os diversos âmbitos político-sociais que a caracterizam. Em poucas palavras: assumir a responsabilidade pela construção de seu próprio destino. Aqui, estão embutidos dois conceitos importantes: a capacidade da comunidade de tornar dinâmicas as suas potencialidades e a localidade como palco de desenvolvimento, isto é, “como espaço para o exercício de novas formas de solidariedade, parceria e cooperação”.

Nesta totalidade, entende-se que empreendedorismo é a ferramenta que vem somar com a educação e que deste modo, possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências como a criatividade, autonomia, consciência, coragem, a proatividade que contribui nas tomadas de decisões, assim sendo, o sujeito pode se tornar protagonista da própria história e transformar boas ideias em oportunidades para alterar de modo significativo no meio social.

CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO

A palavra “empreender” é derivada do Francês “entreprende”, que significa “empreender” ou alcançar. É um neologismo derivado de livre tradução da palavra *entrepreneurship* e utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seus sistemas de atividades, seu universo de atuação. (DOLABELA, 2008, p. 59). Neste contexto, Dolabela (2008, p. 59) ressalta que:

o conceito de empreendedorismo se transforma conforme a época e país, deste modo no fim do século XVII, a palavra empreender era “a firme resolução de fazer qualquer coisa”, já no século XIX e início do século XX, o termo designava os grandes capitães da indústria, tais como a Ford nos EUA, Peugeot na França, Cadbury na Inglaterra, Toyota no Japão.

Diante do exposto as mudanças que ocorreram no tempo transformaram um pouco esse conceito que deixou de ser voltada para o setor das indústrias, e atualmente a palavra empreendedorismo engloba como empreendedor toda atividade de toda pessoa que está na base de uma empresa, desde o franqueado ou um dono de oficina mecânica até aquele que criou e desenvolveu uma multinacional. O fundador Jean-Baptiste Say (1964) que criou o conceito de empreendedorismo, e foi o economista austríaco Schumpeter (1934), que relançou as ideias sobre o empreendedor e seu papel na sociedade, que tem como foco associar o empreendedor ao desenvolvimento econômico, à inovação e ao aproveitamento de oportunidades. (DOLABELA, 2008, p. 59).

Nesta conjuntura, empreendedorismo, consiste em fazer coisas que não são feitas no curso normal das coisas, dos negócios, trata-se essencialmente, de um fenômeno que vem sob o aspecto mais amplo da liderança. (KURATKO, pág. 34, 2016).

Ainda, Kuratko (2016, p. 34) ressalta que empreendedorismo, pelo menos em todas as sociedades não autoritárias, constitui uma ponte entre a sociedade como um todo, especialmente entre os aspectos não econômicos daquela sociedade e instituições com fins lucrativos estabelecidos, para tirar proveito de seu dom econômico e satisfazer, da melhor forma possível, seu desejo econômico. Desta forma, empreendedorismo é definido pelo tipo de comportamento que inclui: iniciativa, organização ou reorganização de mecanismos socioeconômicos para transformar recursos e situações em uma nova realidade e aceitação do risco de fracasso.

Nesta perspectiva, Robert. C. Ronstadt apud Kuratko (2016, p. 36) montou um resumo para explicitar sua análise e evolução do empreendedorismo no decorrer dos tempos. Neste contexto Robert afirma que:

Empreendedorismo é o processo dinâmico de criação de riqueza adicional. Essa riqueza é criada por indivíduos que assumiram os maiores riscos em termos de capital, tempo e comprometimento com o desafio de criar valor com algum produto ou serviço. O produto ou serviço em si, pode ser ou não original, mas o valor deve de alguma forma, ser-lhe infundido pelo empreendedor, garantindo e alocando as qualificações e os recursos necessários.

À vista disso, o empreendedorismo constrói conhecimentos que leva o sujeito a enxergar as oportunidades, a ter ideias inovadoras, assumir o risco e colocá-la em prática. Em consonância a essas ideias, Dolabela (2003, p. 32) ressalta que:

Empreendedorismo significa protagonismo social, rupturas de laços de dependência, crença dos indivíduos e das comunidades

na própria capacidade de construir o seu desenvolvimento pela cooperação entre os diversos âmbitos político-sociais que a caracterizam. Em poucas palavras: assumir a responsabilidade pela construção de seu próprio destino.

Portanto, compreende-se que Empreendedorismo procura em congruência com a nova era, diminuir a distância que separam os principais fundamentos econômicos, assim sendo, tanto às unidades de geração de conhecimento, bem como a comunidade empresarial devem estar voltadas para o bem estar do ser humano, a vida e a natureza. (DOLABELA, 2008, p. 60).

EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO: UMA CONEXÃO IMPERATIVA

Frente às necessidades educativas, a junção de empreendedorismo e educação se faz necessária no espaço escolar, pois vai ao encontro das necessidades de preparar o aluno aos desafios do século XXI, com o objetivo de atingir os sujeitos na sua amplitude, conferindo a estes conhecimentos suficientes para que possam agir de forma crítica e autônoma no meio social, pois só o acúmulo de conhecimentos nos dias atuais não alcança uma sociedade em processo de crescente expansão e globalização.

E ao refletir sobre a palavra Educação, entende-se que está relacionada ao ensino-aprendizagem, ao espaço escolar, como também se relaciona à família. Segundo as Diretrizes curriculares da educação básica, o conceito de Educação, neste âmbito é muito mais que apenas instruir, vai além da instrução mecânica, fria: situação em que o professor é o detentor do saber e do conhecimento e o aluno age como sujeito passivo, sujeito este que apenas recebe o conhecimento: Educação é, pois, processo e prática que se concretiza nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares, tendo em vista que diferentes sujeitos a demandam. Deste modo, Educação consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores. (BRASIL, p.16, 2013)

Para complementar a ideia de educação e a importância do empreendedorismo em sala de aula e a junção de ambos, Freire (2007) apud Fagundes *et al* (2016, p.79), destaca que educação é o processo social por meio do qual uma geração transmite a outra visão de mundo; e assim acaba-se por entender a identidade coletiva da educação. Neste contexto, trata-se de um instrumento que possibilita aos homens transformar a realidade com o seu trabalho e o desenvolvimento de suas potencialidades, dessa forma, educar é conscientizar, é emancipar e não uma mera

transmissão de conhecimentos. E empreender é um conceito que pode ser entendido por diferentes perspectivas, como criação de uma empresa, o encontro de oportunidades e também na transformação de conhecimentos em produtos e serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação.

Nesta perspectiva, a conexão de empreender e educar remete a uma ação coletiva de efeito transformador ou como acrescenta Mercadante (2013) apud Fagundes *et al* (2016, p. 80), a educação empreendedora é um processo coletivo, intencional e sistemático de desenvolvimento que envolve responsabilidade, liderança e interesse em buscar informações e correr riscos na vida e no trabalho.

Neste contexto, entende-se que a pedagogia empreendedora vem romper com a relação estabelecida onde a escola é vertical, do professor para o aluno, em que as possibilidades são reduzidas e que as tarefas destinadas ao discente são de participação individual, pois o papel da educação é assumir caráter amplo, não restrito a escola em si e nem a um processo de educação formal, mas sim deve ser considerado um local onde seja possível o crescimento mútuo, do professor e dos alunos, no processo de conscientização.

Diante disso, entende-se a necessidade de perpetuar o conceito de Empreendedorismo no âmbito da Educação, pois segundo Dolabela (2003, p. 29) destaca que:

O saber empreendedor ultrapassa o domínio dos conteúdos científicos, técnicos, instrumentais. Estes poucos servem para quem não sonha pra quem não tem a capacidade de, a partir do sonho, gerar novos conhecimentos que produzam mudanças significativas para o avanço da coletividade. A “rebeldia” do empreendedor não se manifesta somente pela denuncia do inadequado, do obsoleto, do prejudicial à sociedade, mas sobre tudo pela proposta de solução ou melhoria para os problemas que encontra.

Por conseguinte, Freire apud Mizukami, (1986, p. 95, 96), ressalta que a educação tem caráter utópico. Quando deixa de ser utópica, não mais enfocando a unidade anunciar-denunciar, é porque o futuro já não significa nada para o homem ou porque este teme arriscar seu futuro por ter conseguido dominar a situação presente. Essa esperança utópica implica compromissos cheios de riscos e terá de ser um ato de conhecimento da realidade denunciada e, dessa forma a educação deve ser problematizadora que instigue o aluno a ser o próprio sujeito da educação.

Deste modo, percebe-se que para a educação atingir estes parâmetros, necessita ser compreendida como problematizadora e com o objetivo do desenvolvimento da consciência crítica e romper aos dados que tem preocupado muito,

e que leva o aluno a falta de interesse e a evasão escolar. A escola, dessa forma, deve romper com o paradigma de não ouvir o aluno, de não proporcionar diálogos e os conteúdos serem abordados de forma segmentada, com nenhuma conexão e inter-relação com outros conteúdos e com a vida do indivíduo. Deve deixar de ser mecanicista e ver alunos como sendo todos iguais, com o mesmo conteúdo, comportamento e esperar que todos respondam da mesma forma, pois neste contexto de transmissão de conhecimentos, a escola deixa de valorizar e estimular a personalidade de cada um. (GIMENEZ *et al*, 2014, p. 12)

Nesta conjuntura, um dado alarmante revela que o principal motivo para a evasão escolar não é a falta de acesso, ou a falta de renda, mas sim a falta de interesse na escola, dessa forma Freire apud Gimenez *et al* (2014, p.12) ressalta que:

A escola tradicional, não ouve o aluno, não há diálogo, os jovens e professores são tratados como em um ambiente de marasmo ou competição. O conteúdo é algo abordado de maneira segmentada, com nenhuma conexão e inter-relação com os outros conteúdos e com a vida do indivíduo. A forma organizacional da escola é mecanicista, acreditando que todos são iguais, e por isso devemos ter o mesmo conteúdo, se comportar e responder da mesma forma, havendo meritocracia para uma única forma de inteligência e comportamento.

Deste modo, entende-se que para mudar esse cenário e atingir objetivos que reverta esse quadro, há escolas revendo seu papel na sociedade e, assim sendo, além de estimularem iniciativas empreendedoras não apenas nos alunos mais maduros, as escolas perceberam que precisam iniciar a formação empreendedora desde o ensino básico de modo a preparar o educando para serem pessoas críticas e atentas para as constantes mudanças que ocorrem no mercado e proporcionar currículos condizentes com este panorama. (DOLABELA apud GIMENEZ *et al*, 2014, p. 30).

Diante disso, entende-se que a escola convencional, com conteúdo fragmentado tratados como verdades definitivas, já não atendem as demandas atuais que estão em constantes transformações, e o campo empreendedor traz um olhar mais voltado para o desenvolvimento do aluno na sua totalidade e foca no reconhecimento da diversidade cultural, e acredita que é possível sonhar e que os sonhos podem se tornar realidade. A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, busca ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade. (BRASIL, 1997, p. 34).

A educação empreendedora, dessa forma visa desenvolver habilidades com os discentes relacionadas na construção do coletivo, autoestima, reflexão, criticidade, da criatividade para que estes atuem perante as iniquidades sociais, visando um mundo melhor para todos. Assim sendo, Dolabela (2016, p. 88), afirma que o empreendedorismo é um pressuposto cultural, sendo fundamentalmente um valor social, neste contexto é um fenômeno coletivo que perpassa o ambiente escolar, porque é de contágio social, não é um fenômeno de geração, de acúmulos de conhecimentos, por isso a necessidade de construir conhecimentos sobre empreendedorismo, pois estabelece com o educando a capacidade de sonhar, e transformar esse sonho em realidade.

Ainda, Dolabela (2003, p.32) ressalta a que a pedagogia empreendedora é um dos instrumentos de que a comunidade pode dispor para aprender a formular o “sonho coletivo”, estabelecer uma proposta de futuro feita pela própria comunidade, sendo a escola como uma das referências de comunidade, considerando-a um lócus de aprendizado da capacidade de construção de futuro. Por isso a necessidade de construir com os educandos uma relação com a realidade de forma crítica e reflexiva.

Dessa forma, entende-se que a Pedagogia empreendedora é um ambiente em que o conhecimento é construído de forma conjunta e não se resume em transferência de conteúdos de forma linear, mas sim, é um ambiente de preparação para a vida. Destarte, Dolabela (2008, p. 60), ressalta que empreendedorismo foram por muito tempo designado principalmente as atividades de quem se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, mas o conceito de empreendedorismo transbordou para todas as atividades humanas, como a área da pesquisa e ensino.

O empreendedorismo busca se adequar com a nova era, diminuir a distância entre os fundamentos econômicos e as unidades de geração de conhecimento, com a sua cultura e valores. (DOLABELA, 2008, p. 60).

Ser empreendedor dessa forma, não é somente uma questão de acúmulo de conhecimento, mas a introjeção de valores, atitudes, comportamentos, formas de percepção de mundo e de si mesmo voltados para atividades em que o risco, a capacidade de inovar, perseverar e de conviver com a incerteza são elementos indispensáveis. (DOLABELA, 2008, p. 60).

E a pedagogia empreendedora no caso trata do processo educacional em que o conhecimento individual é gerado na busca da realização de uma vontade e ação, portanto, fruto da experiência proveniente da relação do indivíduo consigo mesmo e

com o mundo, sendo assim, é no espaço físico-cultural da escola que o sujeito irá agir para aprender sobre si mesmo e sobre o mundo. Ali serão produzidas as situações emocionais que irão influenciar as suas relações sociais. E é desse modo que a escola se torna parte do ambiente de geração do sonho coletivo. (DOLABELA, 2003, p. 54).

A AÇÃO DO EDUCADOR FRENTE AO EMPREENDEDORISMO

Como visto no capítulo acima, Empreendedorismo vem somar junto à educação nos dias atuais para que se alcance uma aprendizagem significativa que perpassa os muros da escola e deste modo, cabe ao educador construir conhecimentos para uma aprendizagem significativa junto aos educandos. À vista disso, compete às escolas romper com antigos paradigmas e adotar novas formas de construir conhecimentos mais adequados à realidade, porém, o educador atual enfrenta alguns desafios perante o cenário educacional no Brasil e não dá para ignorar as reais condições sobre a educação, a situação de precariedade vivida pelos educadores, os baixos salários. A falta de condições de trabalho e metas a serem alcançadas que acabam acarretando descrédito na transformação da situação, bloqueando as motivações, porém mesmo diante deste cenário, as escolas brasileiras, precisam romper os obstáculos e propiciar aos alunos o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas destes, da família, da comunidade, enfim dos envolvidos diretamente no processo educativo. (BRASIL, 1997, p. 35).

Consequentemente, sugere-se que o educador assuma a função de criador de ambiente favorável ao desenvolvimento levando o aluno a ser criativo, dinâmico, reflexivo, desmistificando a ideia da função de mediador de conhecimento, deste modo construir conhecimentos com os educandos, que os incite a atravessar os muros escolares. Diante disso, Dolabela (2008, p. 295) ressalta que a tarefa da pedagogia empreendedora não é ensinar, mas criar um ambiente “cultural”, criar situações de aprendizado, além disso, relata que o educador deve ir além da sala de aula e integrar a comunidade neste processo de aprendizagem. De acordo com o autor:

[...] o professor deve ter a capacidade de estabelecer uma rede de relações na comunidade e convocá-la para a sala de aula, para participar do processo educacional. Também ela, a comunidade, é alvo do processo pedagógico, como não poderia deixar de ser. A opção de ter ou não uma cultura empreendedora é uma decisão da comunidade e não somente da escola, que isolada, não produzirá mudanças. Neste sentido, a comunidade terá o empreendedor que desejar ou merecer.

Neste contexto, o papel do professor tem implicações mais abrangentes e ricas na educação empreendedora, que respeita profundamente a sua função, e os convidam a recriar, à medida que se aplica a estratégia pedagógica. (DOLABELA, 2008, p. 295).

Ainda, Dolabela (2008, p. 295) destaca que o educador empreendedor irá desenvolver dinamicamente sua própria prática didática, construindo com alunos conhecimentos através do diálogo, eliminando aulas expositivas, inserindo abordagens que representem a realidade, usando como recursos jogos, peças teatrais, jogos, filmes, notícias, dinâmicas e deste modo, também pode estabelecer conexões de líderes e as forças vivas da comunidade, para dar exemplos de saber empreendedor ao educando.

Deste modo, o educador constrói com o discente o sonhar e a concretização destes sonhos, desenvolvendo processos permanentes de construção e manutenção de autoestima, a capacidade de intervir no mundo, e noções de que a capacidade política de promover mudanças com vistas à melhoria da qualidade de vida, agindo em cooperação coletiva. (DOLABELA, 2003, p. 109).

Neste contexto, Dolabela (2003, p.92) ressalta que:

Assim, o “ensino” para o desenvolvimento do saber empreendedor não é constituído pela transferência de conhecimentos, mas pela indução à prática, pela criação de condições para que o aluno possa desenvolver sua capacidade de aprender sobre o ambiente do seu sonho e de criar estratégias para a sua realização, identificando e aproveitando oportunidades. A tarefa do professor é assistir o aluno na construção e realização de seu próprio sonho, oferecendo-lhe oportunidades de desenvolver os elementos de suporte que irão torna-los capaz de conhece-se melhor, de formular imagens do seu futuro e de buscar o entendimento e os conhecimentos relativos ao sonho e a sua realização, identificando oportunidades e gerando novos conhecimentos.

À vista disso, Freire apud Mizukami (1986, p. 99), adverte que:

Um professor que esteja engajado na prática transformadora procurará desmistificar e questionar, com o aluno a cultura dominante, valorizando a linguagem e a cultura destes, criando condições para que cada um deles analise seu contexto e produza cultura e dessa forma crie condições para que junto com o aluno a consciência ingênua seja superada e que estes possam perceber as contradições da sociedade e grupos que estão inseridos e, junto professor e aluno construam o processo de aprendizagem.

Por conseguinte, o educador pode proporcionar um ambiente de imersão que estimule o potencial de criatividade dos educandos, adequando ferramentas para o

desenvolvimento de habilidades empreendedoras, como a capacidade de sonhar, de notar as oportunidades, de iniciativas nas resoluções dos problemas, confiança, autoestima, enfim contextualizar o empreendedorismo no ambiente escolar de acordo com as suas matérias, suas disciplinas para inseri-los com atitudes transformadoras em mundo globalizado em constante expansão.

RESULTADOS

Tendo como base o referencial teórico, foi constatado sobre a necessidade de inserir o empreendedorismo no espaço escolar. E as principais necessidades para que essa efetivação ocorra de fato são as transformações que acontecem de modo acelerado num mundo que está em constante desenvolvimento, crescimento, por fim um mundo globalizado.

E um fator importante constatado na pesquisa para que a Educação atenda às necessidades atuais dos educandos é a junção do Empreendedorismo e Educação para a consolidação de uma aprendizagem efetiva, pois de forma conjunta tem a possibilidade de alavancar a educação, e criar instrumentos que perpassam os muros escolares e, dessa forma, construir com os discentes a possibilidade de sonhar e tornar esses sonhos em realidade, também instigar estes a ter iniciativas para agir de modo crítico no meio social visando o bem coletivo, enfim, levar o aluno ao seu desenvolvimento pleno, tanto profissional como pessoal, pois uma educação convencional com base na transmissão de saberes já não supre a necessidade do ensino-aprendizagem para sanar as dificuldades seja no espaço escolar, como no meio social. Dessa forma, é possível afirmar que a Educação empreendedora visa à formação do aluno na sua totalidade, seja emocional quanto intelectual.

Destaca-se também a ação efetiva do educador frente ao empreendedorismo na sala de aula, porém para que ocorra uma aprendizagem significativa muitas barreiras ainda precisam ser rompidas, seja a postura do educador e a ruptura de um ensino pautada em transmissão de conhecimentos bem como a defasagem de aprendizagem que ocorre no cenário educacional brasileiro.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para ter um diagnóstico reflexivo, que represente a realidade da educação e a necessidade da inserção do empreendedorismo no espaço escolar, toda análise foi

pautada em uma pesquisa bibliográfica usando como aporte principalmente obras de autores que se referem ao empreendedorismo e educação.

E uma das questões abordadas foi a relevância do empreendedorismo no espaço escolar e a necessidade de construir conhecimentos com os educandos que perpassa o ambiente escolar. Deste modo, Dolabela (2003, p. 29) afirma que o saber ultrapassa o domínio dos conteúdos científicos, pois este pouco serve para quem sonha, para gerar novas mudanças significativas para o avanço da coletividade.

Nesta conjuntura, Freire (2001, p. 300) ressalta que uma pedagogia deve ir além de encerrar em si a possibilidade de superar as práticas tradicionalmente instituídas e usualmente inquestionadas, mas sim, que conceba uma formação que minimize a distância do sonhar e realizar, criando possibilidades para que se consolidem propostas transformadoras e imediatamente viáveis.

Com isso, entendemos que a pedagogia empreendedora rompe com a escola hierarquizada que tem como meta propagar e reproduzir conhecimentos testados, mas sim construir conhecimentos que instiguem o educando a ser criativo, inovador, autônomo, que aprenda a identificar e avaliar as oportunidades, e a ter iniciativa nas resoluções de problemas, finalmente garantir o sucesso em todos os âmbitos da vida.

Deste modo, percebemos que o empreendedorismo vem somar junto à educação, pois propicia trilhar caminhos nunca trilhados. Neste contexto, a educação empreendedora tem como objetivo desenvolver a autoestima e valorizar o potencial de persistência dos alunos diante de resultados não esperados, diante do erro e do que os outros consideram fracasso. (Dolabela, 2003, p. 30)

Freire apud Dolabela (2003, p. 30), resume em uma frase brilhante esse espírito: a vida na sua totalidade me ensinou uma grande lição que é impossível assumi-lo sem risco.

Perante a pesquisa realizada podemos constatar que a pedagogia empreendedora vai alavancar a educação, transpondo-a em outro nível, pois visa ultrapassar os métodos tradicionais de educação com foco na estruturação de sonhos, do planejamento, a busca pelas informações e estabelecimento de metas, a persistência, a proatividade, a confiança e independência. Destarte, percebemos que o empreendedorismo vem complementar a educação na contemporaneidade, em que o mundo está em constantes transformações, uma vez que o meio social exige neste cenário, sujeitos empreendedores, que tenham capacidade de aprender, enfim de adaptar-se a situações novas e a promover modificações no meio em que está inserido.

E, em relação ao papel do educador frente às transformações constantes que ocorrem nos dias atuais, a pesquisa mostra que o educador deve estar engajado numa prática transformadora. Assim, o ensino para o desenvolvimento do saber empreendedor não é constituído pela transferência de conhecimentos, mas sim, pela indução à prática e a tarefa do educador diante disto, é assistir o aluno na construção e realização de seu próprio sonho, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolver os elementos de suporte que irão torná-los capaz de identificar e realizar oportunidades, gerando novos conhecimentos. (DOLABELA, 2003, p. 92)

E para complementar a ideia do papel do educador como citado acima Freire apud Mizukami, (1986, p. 99) ressalta que um educador engajado numa prática transformadora procurará desmistificar e questionar com o aluno, a cultura dominante, criando condições para que este analise seu contexto e produza cultura, dessa forma o professor deve criar condições para que juntos rompam com a consciência ingênua e que os sujeitos possam perceber as contradições da sociedade e grupos em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o que foi falado até aqui, o desenvolvimento deste estudo permitiu analisar as ideias de alguns estudiosos em relação à educação empreendedora e sua relevância para uma aprendizagem significativa no espaço escolar, criando condições para o sujeito insira-se na sociedade de modo competente, crítico-reflexivo e transformador.

Diante disso, foi possível observar que a junção de educação e empreendedorismo é imprescindível, pois vai de encontro com a necessidade de preparar o aluno para os desafios do século XXI, uma vez que empreender e educar tem como finalidade possibilitar aos educandos a transformação de sua realidade com seu trabalho e também auxiliar no desenvolvimento de suas potencialidades, na geração do próprio conhecimento, na inovação e, conseqüentemente estes possam desenvolver competências como criticidade, autonomia, consciência, persistência e reflexão para as tomadas de decisões perante os problemas do cotidiano.

Porém, percebemos através da pesquisa que há ainda muito a se fazer, e que a escola como a mais importante instituição de educação precisa romper com o paradigma de educação onde a relação professor-aluno é vertical e o educador é o detentor do saber, cabendo a este somente a transmissão de conhecimentos. Ainda

possibilitou analisar que a educação empreendedora pode promover outra visão de educação em que o aluno e professor podem crescer juntos no processo de educação.

Além disso, possibilitou entender que a pedagogia empreendedora desenvolve uma proposta que tem como objetivo ter o aluno como o centro do processo/aprendizagem em consonância com os pressupostos de concepção da educação básica, que tem como objetivo preparar o aluno para a vida. Deste modo, a escola tem como principal meta romper com a transmissão de conhecimentos, e para inverter esse quadro que leva o aluno ao desinteresse e defasagem de aprendizagem, conseqüentemente à evasão, a instituição escolar deve proporcionar um espaço em que a educação seja problematizadora, com o objetivo de desenvolver a consciência crítica dos educandos, como um processo contínuo de tomada de consciência e de transformações de si próprio e do mundo.

A partir dessas análises relativas à abordagem do processo ensino-aprendizagem, entendemos que para haver uma educação de qualidade nos dias atuais é necessário criar metodologias que atenda a demanda da contemporaneidade que está em constantes transformações e inovações, e para que isso ocorra de forma efetiva é necessário que a educação empreendedora deva ser planejada e aplicar um procedimentos distintos da empregada no ensino tradicional, e, por conseguinte a postura do professor também necessita ser diferenciado embasando-se numa prática transformadora que tem como objetivo o questionamento com enfoque no estímulo para que os educandos alcancem seus objetivos e dessa forma, concretizem seus “sonhos”, e além disso, construam habilidades que possa promover o desenvolvimento humano e local.

À vista disso, educação e empreendedorismo de forma conjunta, pode atingir uma educação de qualidade, uma vez que a educação deve ser sinônimo de criticidade, reflexão e transformação. Neste contexto, cabe à escola ter uma visão empreendedora, que transcenda o conteudismo e contemple os valores, e encontre-se aberta às mudanças e promova uma parceria entre família e escola.

Em suma, o ensino de empreendedorismo pode construir com as discentes habilidades necessárias para agir no mundo, não só com um fazer empreendedor, mas também desenvolver o sujeito na sua totalidade com foco no reconhecimento cultural, com habilidades para ser agente de mudança capaz de fazer a diferença significativa no meio social. Portanto, investir na educação empreendedora é equipar os sujeitos com as habilidades necessárias para inovar, assumir riscos e criar soluções para os desafios do mundo globalizado que está em constante transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Arte**, Brasília, MEC/SEF, 1997.

DOLABELA, F., **Oficina do Empreendedor**, Rio de Janeiro, Sextante, 2008.

_____, **Pedagogia Empreendedora**, São Paulo, Editora de Cultura, 2002.

_____, **O Segredo de Luiza**, Rio de Janeiro, Sextante, 2008.

FAGUNDES, F.M., Buettegn, J.J., Minghini, L., **Educação e Prática Empreendedora: Uma Coletânea de Experiências e Reflexões**, organizadores, Curitiba, 2016. Disponível https://issuu.com/fgimenez/docs/educacao_e_pratica_empreendedora__2. Acesso em 17 Set 2019.

FREIRE, P., Freire, A. M. A. organizadora, **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**, São Paulo, Editora UNESP, 2001.

GIMENEZ, F.A.P., Camargo, E.C.M., Moraes, A.D.L., Klosowski, F., **Educação para o Empreendedorismo**, Curitiba: Agência de Inovação da UFRP, 2014. https://issuu.com/fgimenez/docs/flip_livro_ee_15092014. Acesso em 20 Set 2023.

KURATKO, D. F., **Empreendedorismo: Teoria, processo, Prática**, 10 ed., Cengage Learning, São Paulo, 2016.

MENDES, J, **Empreendedorismo 360° A Prática na Prática**, Atlas, 2017. Disponível em <https://issuu.com/grupogen/docs/9788597011173_issu> Acesso em 23 Set 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretária de Educação Básica, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**, Brasília, MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em 30 Set 2023.

MIZUTANI, M. da G. N., **Ensino: as Abordagens do Processo**, São Paulo, EPU, 1986.



A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Juciene Rodrigues de Souza

Formada em Educação Física, com Pós-graduação em Educação Física Escolar, com Ênfase em Inclusão e em Educação Física Escolar, com Ênfase em Educação Infantil.

RESUMO

Este artigo teve como objetivo desenvolver algumas reflexões sobre as práticas de Educação Física dentro do contexto da Educação Infantil, principalmente levando em conta que nessa etapa as crianças entendem que a Educação Física é somente um momento para brincar, jogar, se divertir e passar o tempo. Entretanto, inúmeras são as aplicações que a Educação Física apresenta para uma efetiva formação dos alunos, promovendo grande impacto no seu crescimento e desenvolvimento como indivíduos ativos na sua vida em sociedade. Os elementos básicos que a Educação Física apresenta estão relacionados ao lazer, à descontração e à espontaneidade, e, quase sempre, as atividades são praticadas fora do ambiente da sala de aula, por isso, a Educação Física se torna menos valorizada do que outras matérias. Todavia, trata-se de uma disciplina de fundamental importância no currículo escolar, contendo grade, objetivos e aplicabilidades que devem ser trabalhadas com bastante foco para atingir os resultados esperados. Assim, este trabalho busca destacar a importância da Educação Física considerando alguns aspectos relevantes, inicialmente, um breve histórico sobre como ela foi instituída no Brasil, em meados do século XIX, e o seu desenvolvimento até o tempo presente. Em seguida, uma abordagem sobre as características da Educação Física na Educação Infantil, cuja ênfase é o movimento corporal com o foco em ações que reforcem o autoconhecimento, a compreensão do outro, o respeito às regras e a participação coletiva, especialmente desenvolvidas mediante atividades lúdicas, brincadeiras e jogos, as quais são reconhecidas como essenciais na Educação Infantil. Nesse contexto, foram ressaltados aspectos relacionados à psicomotricidade, a qual se desenvolve grandemente nesta etapa educacional, e que, portanto, demanda bastante atenção por parte dos professores. Por fim, foram abordados os diversos benefícios que a Educação Física proporciona às crianças da Educação Infantil, notadamente no desenvolvimento físico, uma vez que

estimula o crescimento saudável da criança, além de contribuir grandemente para a prevenção de doenças e enfermidades consequentes da obesidade infantil e do sedentarismo que tem aumentado de modo alarmante junto ao público infantil.

Palavras-chave: Educação Física; Educação Infantil; Psicomotricidade.

INTRODUÇÃO

. Na Educação Infantil o a

Este trabalho propõe abordar aspectos da Educação Física em si, porém trazendo um enfoque mais direcionado aos alunos da Educação Infantil, cujas instituições de ensino buscam atender crianças até seis anos de idade, as quais são geralmente conhecidas como creches ou pré-escolas. Nas escolas de Educação Infantil as descobertas e as experiências individuais, culturais e sociais das crianças, acontecem num contexto totalmente diferente ao qual elas estavam acostumadas ambiente é preparado de tal forma que possibilite o desenvolvimento da criança, tanto nos aspectos do seu crescimento físico, mental, psicológico e emocional, quanto na evolução da sua aprendizagem, pois nessa etapa a criança começa a aprimorar aspectos importantes na construção da sua formação e do seu caráter.

A Educação Física possui um papel de profunda responsabilidade no âmbito da Educação Infantil, visto que ela pode proporcionar às crianças uma grande variedade de experiências por meio de atividades que permite a elas efetivar todo o seu potencial criativo, mediante práticas voltadas ao movimento corporal, à liberdade de expressão e tarefas em grupo. A Educação Física oferece experiências que possibilitam que as crianças conheçam o seu corpo, os seus limites, seus sentimentos, suas vontades e seus desafios, aprendendo a valorizar práticas que fortaleçam os relacionamentos com outras crianças, apropriando-se das percepções fornecidas pela linguagem do corpo e do movimento.

A Educação Física tem adquirido relevância e notoriedade no decorrer dos anos, vindo a tornar-se uma disciplina importante no currículo regular das escolas. Foi instituída no Brasil em meados do século XIX, e foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Inicialmente, a Educação Física era destinada especialmente aos homens, ainda mais no período da ditadura militar, época em que eram defendidos ideais nacionalistas, os quais se pautavam na formação de uma juventude saudável e preparada para defender os interesses da pátria, fortalecendo um conceito de que as práticas da Educação Física e do Esporte capacitariam os jovens aos interesses

militares. Entretanto, nos tempos atuais, a Educação Física deixou de lado essa característica adestradora, em que os exercícios físicos eram praticados de maneira repetitiva e sem uma clara conscientização dos motivos e objetivos propostos, e passou a valorizar e a investir no conhecimento corporal e nos métodos e objetivos pretendidos.

Os conteúdos desenvolvidos na Educação Física, em primeiro lugar, são aqueles que consideram as atividades relacionadas a ginásticas, jogos, esportes e jogos. Existe também a área da Educação Física que está ligada às atividades rítmicas e expressivas, e, ainda, a que trabalha conhecimentos relacionados ao corpo. Todavia, conforme orientação das autoridades governamentais, a Educação Física deverá trabalhar, no âmbito da Educação Infantil, com o direcionamento focado nos conceitos: brincar, explorar, participar e expressar, sempre valendo-se de elementos lúdicos, por meio de atividades descontraídas, mas bem planejadas, que considerem as individualidades, as preferências e os sentimentos de cada criança.

Com este entendimento, a importância da Psicomotricidade ganha ênfase, principalmente por abordar de maneira simultânea aspectos relacionados ao corpo e à mente. Assim, no período da Educação Infantil, no qual as crianças estão em processo de formação e evolução, a Educação Física potencializa o aspecto psicomotor. Dessa forma, educar a pessoa para uma utilização correta do seu corpo, desenvolvendo elementos como lateralidade, esquema corporal, percepções visuais e auditivas e coordenação motora, irá gerar um forte impacto no aproveitamento da aprendizagem da criança.

A Educação Física promove melhorias significativas relacionadas à saúde e ao bem estar, mediante atividades físicas, proporcionando benefícios inquestionáveis para os alunos da Educação Infantil, uma vez que contribuem na prevenção de enfermidades físicas e emocionais provocadas pelo sedentarismo. Além destes benefícios, a Educação Física promove socialização, alívio do estresse, aprimoramento de valores individuais como cooperação, empatia e autoestima. Dessa forma, a Educação Física para os alunos da Educação Infantil se torna extremamente relevante, e abordar alguns aspectos sobre esta temática é o que este artigo pretende refletir.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

A Educação Física, como uma disciplina regular nas escolas brasileiras, parece ser algo bastante recente, porém, ela já está incorporada aos programas escolares desde o século XIX, quando o então ministro do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz

(1818-1886), em meados de 1854, aprovou uma legislação que incluía a ginástica nas instituições de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Para esta determinação, o ministro sofreu a influência do que já vinha sendo praticado em diversos países da Europa, os quais já adotavam essa prática, notadamente na Alemanha, que começou a enxergar a importância de se realizar atividades como correr, saltar, arremessar, transportar objetos e escalar paredes como exercícios importantes para serem ensinados mediante técnicas e objetivos mais apurados e estudados. A Dinamarca é reconhecida como o primeiro país a implementar a Educação Física em sua rede pública de ensino como disciplina regular.

Vale ressaltar que as atividades relacionadas à ginástica, nesse período, eram destinadas somente aos homens, uma vez que os costumes que eram adotados na época impediam as mulheres de realizar qualquer tipo de práticas corporais ou intelectuais. Além disso, os exercícios físicos ainda permaneciam bastante vinculados à cultura militar, e acabava por receber enorme influência deste segmento da sociedade.

“A Educação Física no Brasil teve seu marco inicial, de fato, com a Reforma Couto Ferraz, em 1854, quando as práticas corporais ainda se intitulavam “ginástica”. Diante disso, as escolas de formação na área de Educação Física estavam atreladas às escolas militares. Assim, em função das influências militares e da filosofia positivista (filosofia que busca a construção da ciência com base em dados concretos), o intuito era auxiliar na manutenção da ordem social, fator que ia de encontro ao almejado “progresso”, indispensável para a “referência do homem” que se pretendia formar: forte, apto e saudável, condições imprescindíveis para o desenvolvimento de uma nação que buscava construir sua verdadeira identidade” (DANIACHI, 2019 p. 25).

O notável erudito Rui Barbosa desempenhou papel de grande relevância no campo da Educação, do Direito e das Relações Internacionais, tendo idealizado diversos conceitos, sendo que, no âmbito das ações necessárias para a Educação como um todo, publicou, em 1882, um parecer cuja pretensão era organizar o ensino no Brasil, com o título de: Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior. No que diz respeito à Educação Física, o seu parecer apontava que:

“...a Ginástica é um elemento indispensável para a formação integral da juventude, e instituiu uma sessão semanal obrigatória em todas as instituições de ensino brasileiras, estendendo sua obrigatoriedade para todos os gêneros, conferindo a equiparação em categoria e autoridade dos professores de Ginástica, em relação aos docentes de outras disciplinas escolares. No entanto, a implementação nas escolas veio a ocorrer, apenas, em parte do Rio de Janeiro, capital da República na época” (OLIVEIRA, 2014 p.13).

Foi somente por volta de 1930 que mudanças mais substanciais começaram a surgir, isto ocorreu uma vez que, nesta mesma época, as ideologias nazistas e fascistas começaram a florescer, e elas associavam a soberania da raça ariana à Educação Física. O exército brasileiro desenvolveu um movimento que visava fortalecer o ideal da Educação Física, o qual consistia em associá-la aos objetivos patrióticos visando uma preparação pré-militar. Tal intento pretendia produzir um alto nível de higiene visando prevenir doenças e capacitar jovens. Entretanto, incluir a Educação Física oficialmente nos currículos não havia garantido a sua implantação efetiva, em especial nas escolas primárias, pois a falta de recursos humanos capacitados para lidar com as aulas de Educação Física nas escolas era muito grande. Mas em 1937, quando da elaboração da Constituição, é que foi feita a primeira menção explícita à Educação Física incluída em textos constitucionais federais, considerando-a como prática educativa curricular obrigatória, juntamente com os trabalhos manuais e o ensino cívico.

Na década de 70, no auge do governo militar, constatou-se um investimento bastante significativo na Educação Física proveniente das diretrizes que buscavam fortalecer aspectos referentes ao nacionalismo, à integração nacional e à segurança nacional, que serviria tanto para a construção de um exército formado por uma juventude forte e saudável quanto para a possível necessidade de se desmobilizar as forças políticas opositoras. Logo descobriu-se o potencial que as atividades esportivas eram capazes de angariar. Nesse período, o esporte e nacionalismo adquiriram um vínculo extremamente forte. A conquista da Copa do Mundo de Futebol, em 1970, deixou claro como o governo militar se utilizaria destes aspectos nacionalistas, produzindo frases como: “a pátria de chuteiras”, ou “com brasileiros não há quem possa”, entre outras semelhantes.

Entretanto, nos dias atuais, a Educação Física deixou de lado a metodologia ultrapassada que se utilizava frequentemente de movimentos mecânicos que os alunos repetiam à exaustão, por meio de uma ordem de um professor, sem conhecimento dos objetivos e propósitos daquele exercício. Esta metodologia, que apresentava características tão próprias do regime militar, realizadas de maneira adestradora, é totalmente diferente da que se pretende praticar nos dias de hoje. *“A real função da disciplina é introduzir o aluno na cultura corporal de movimento, assim tornando-o um ser autônomo e crítico para que possa absorver o esporte-espetáculo. Assim, o esporte não será visto como produto acabado por si só, sendo exclusivo das aulas de educação física, dessa forma, não passará a ser visto como o esporte na escola, mas*

como o esporte da escola” (BETTI, 2002, p.78). Uma concepção que também merece apreciação é:

“no século XXI, o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que ele está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual)” (DARIDO, 2001 p. 16).

ALGUNS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS

A Educação Física escolar está inserida, no contexto educacional brasileiro, em todas as etapas da educação básica, tanto, na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Todavia, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no ano de 1996, a Educação Física estava presente nas escolas, mas não de forma obrigatória, uma vez que era considerada uma disciplina extracurricular. A LDB, entretanto, orientou que *“seu ensino possui um objeto de estudo e conhecimentos próprios presentes nos jogos, esportes, lutas, danças, capoeira e conhecimentos sobre o corpo”* (BRASIL, 1996). No entanto, não era exigida uma formação específica para a ministração das aulas, principalmente na educação infantil, e também não definia os conteúdos que deveriam ser ensinados, nem o objeto de estudo da Educação Física, assim, cada instituição se estruturou conforme seu próprio entendimento.

De acordo com o PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais, documento oficial do Ministério da Educação que determina quais devem ser as diretrizes para os educadores em cada disciplina, os conteúdos relacionados à Educação Física devem ser dispostos em três blocos e trabalhados dessa forma em todo o ensino fundamental. O primeiro bloco é composto por jogos, ginásticas, esportes e lutas. O segundo é composto por atividades rítmicas e expressivas e o terceiro bloco refere-se a conhecimentos sobre o corpo.

“Juntando todos os ensinamentos propostos pela Educação Física, a principal função é incentivar e estimular as crianças a praticar esportes, dançar e se movimentar para melhorar a qualidade de vida. A disciplina ajuda a desenvolver habilidades cognitivas e comportamentais. Através das atividades físicas, auxilia no combate a doenças ligadas ao sedentarismo, além de fortalecer músculos e articulações. Mas a atividade não está

ligada apenas a área física em si. A Educação Física é importante também para a formação social das crianças, pois além de contribuir com a autoconfiança, através de jogos e brincadeiras os alunos podem interagir e se socializar” (UNIBRASIL, 2020).

Importante destacar que a Educação Física se ocupa com o desenvolvimento integral dos alunos, englobando todas as esferas humanas, ou seja: física, mental, social, cultural e intelectual. Assim, torna-se responsabilidade da instituição de ensino, dentro do possível, ensinar o aluno a conhecer e a lidar com o seu próprio corpo. Nesse sentido, a Educação Física contribuirá para a construção de aspectos relacionados a experiências que abordem lazer, saúde e cultura. Dessa forma, a Educação Física escolar se propõe a promover a saúde mediante a prática de atividades físicas que terão impacto, inclusive, na prevenção de várias anomalias provocadas pelo sedentarismo que afeta grande parte das crianças. Além dos aspectos físicos, os exercícios físicos também promovem a melhoria da saúde mental e psíquica, estimulando funções cognitivas como a memória, o raciocínio lógico e a atenção, contribuindo grandemente para que a aprendizagem do aluno alcance um desempenho muito maior.

Na atualidade, uma das perspectivas mais destacadas sinaliza que a Educação Física escolar deve potencializar práticas corporais com enfoque na atuação que trabalhe três conceitos fundamentais, “o *Movimento Corporal*, elemento essencial na Educação Física atual; *Organização Interna*, com uma lógica específica, de graus variados e *Produto Cultural*, associado ao lazer, ao entendimento, ao cuidado e à saúde do corpo. Com este entendimento, torna-se impossível imaginar que a Educação Física escolar seja apenas um simples movimento recreativo relativo à prática de esportes e exercícios físicos” (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

Na esfera de Educação Infantil, os parâmetros da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, na temática da Educação Física, oferece importantes orientações:

“A Educação Física deverá ser desenvolvida com base nos direitos de aprendizagem e nos campos de experiência que se adequam às propostas dessa área do conhecimento, como propor atividades físicas e a prática de esportes específicos para a faixa etária, com base nos direitos de aprendizagem: Brincar; Participar; Explorar; Expressar; Conhecer-se a si mesmo e ao outro.” (BRASIL, 2017). Cabe exercer uma breve reflexão sobre cada um desses pontos, “assim, **BRINCAR**, atividade cotidiana realizada de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. As atividades físicas e esportivas

se realizam com as brincadeiras e exercitam o corpo por meio do lúdico. **PARTICIPAR**, é se envolver ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando. A prática de atividades físicas permite às crianças que participem em grupo da escolha das brincadeiras e dos jogos que gostariam de realizar. **EXPLORAR**, com o corpo em movimento, as crianças exploram o próprio corpo e o espaço, bem como as relações com as outras crianças e os professores. **EXPRESSAR**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, expressam suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, opiniões, descobertas, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. A criança consegue se expressar por meio do corpo ao realizar atividades físicas e recreativas, abordando o exercício físico de forma lúdica como uma brincadeira, em que a linguagem sempre está presente (corporal e oral). **CONHECER-SE**, isto é, construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. As atividades físicas permitem às crianças que conheçam o próprio corpo e se identifiquem com ele ao se expressarem por meio do movimento” (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

Todas as experiências que a criança pode desfrutar nas atividades da Educação Física permitirão a elas o desenvolvimento de uma compreensão mais completa de si mesmas e dos outros, aprimorando o conceito de participação, de colaboração e de inclusão. Estes conceitos são muito importantes, tendo em vista que a criança chega ao ambiente escolar totalmente centrada no “eu”, mas a partir da interação e convivência com outras crianças ela começa a construir uma identidade em que a figura do outro se torna presente. Assim, no contexto escolar, a criança passa a perceber as pessoas à sua volta como colegas e, ao interagir com elas, vai adquirindo a perspectiva da participação coletiva, tão importante para sua vida futura. Ao desenvolver atividades físicas em grupo, a criança ampliará as percepções que ela tem de si mesma e dos seus pares, valorizando e aprendendo a respeitar as regras de convívio que o ambiente escolar apresenta. De igual modo, explorando positivamente os espaços e ambientes de convivência e os objetos à sua volta relacionados ao seu corpo, por meio dos sentidos e dos movimentos, apropriando-se das linguagens próprias das brincadeiras, música e dança, a crianças começam a estabelecer relações e a desenvolver aprendizados que serão de grande importância para elas.

As atividades físicas trabalhadas de maneira lúdica possibilitam às crianças experimentar uma série de movimentos como engatinhar, rastejar, escorregar, pular,

escalar, equilibrar-se, correr, alongar-se, dar cambalhotas, etc. As aulas de Educação Física devem explorar as práticas corporais com enfoque no seu aspecto dinâmico, trabalhando todas as possíveis maneiras de expressão dos alunos, bem como nos aspectos emocionais, cognitivos e, principalmente, os relacionados à psicomotricidade.

A PSICOMOTRICIDADE E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A origem do termo “psicomotricidade” tem sua formação na conjunção das palavras gregas “psico”, representando o ser humano em seu interior, sua alma, espírito, sentimento e seu intelecto, e a palavra “motricidade”, que apresenta um sentido de movimento, domínio do corpo, destreza e agilidade. Dessa forma, a Associação Brasileira de Psicomotricidade, ABP, oferece a seguinte definição para a psicomotricidade:

“Uma ciência que tem como objeto de estudo o homem através de seu corpo em movimento e sua relação com o mundo interno e externo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto. Psicomotricidade é, portanto, um termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito, cuja ação é resultante de sua individualidade, sua linguagem e sua localização” (ABP, 2017).

A psicomotricidade apresenta três áreas fundamentais de atuação, que são: a Educação Psicomotora, a Reeducação Psicomotora e a Terapia Psicomotora. A psicomotricidade engloba todos os aspectos do ser humano seguindo a ótica do desenvolvimento motor, afetivo e social, porém de forma integral, uma vez que todas essas esferas e características estão interligadas entre si.

“Assim, no âmbito da Educação Psicomotora, o objetivo é educar a pessoa para a utilização correta do corpo, ao conhecer, organizar e explorar seu corpo, ela estará apta a usá-lo como uma ferramenta capaz de absorver a aprendizagem adequadamente. Dessa forma, a psicomotricidade é de grande importância para a aprendizagem escolar, pois ela trabalha de maneira integrada as funções cognitivas, socioemocionais, simbólicas, psicolinguísticas e motoras, promovendo a capacidade de ser e agir em um contexto psicossocial” (ABP, 2017).

Na esfera da reeducação psicomotora encontra-se a ação desenvolvida em indivíduos que sofrem com perturbações ou distúrbios psicomotores. Seu objetivo é

retomar as vivências anteriores ou as fases da educação que foram completadas de forma indevida devido ao distúrbio. *“O objetivo da reeducação psicomotora é a reintegração da pessoa com seu corpo. Nessa área podem atuar profissionais da Educação Física, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Psicólogos, cuja finalidade será restabelecer os gestos, as posturas e os movimentos, por meio de práticas corporais, nos variados métodos e técnicas, evitando uma estruturação patológica da personalidade dos sujeitos”* (DAL PAZ e MORAES, 2019 p. 17).

Enquanto a abordagem educativa da psicomotricidade consiste em estimular as crianças para um desenvolvimento adequado, a reeducativa se ocupa em trabalhar estímulos capazes de suprir imperfeições no desenvolvimento, já a Terapia Psicomotora está mais vinculada a aspectos psicológicos do indivíduo *“destinada a indivíduos com conflitos mais profundos na sua estruturação psíquica, associados aos conceitos funcionais ou com desorganização total de sua harmonia corporal e pessoal. Nesse sentido, dificuldades e falhas devem ser analisadas considerando a história da criança, suas experiências anteriores ou a falta delas, que podem incidir em problemas de comportamento ou de aprendizagem”* (BUENO, 2014 P. 71).

A instituição escolar desempenha um papel importantíssimo para o desenvolvimento da psicomotricidade das crianças, tendo em vista que elas permanecem um período bastante significativo no ambiente estudantil, o qual ainda é repleto de desafios.

“a expressão corporal, se torna o ponto inicial a ser trabalhado na infância (Escolas de Educação Infantil) considerando a enorme amplitude de variáveis de linguagem corporal disponíveis, pois mediante esse processo ela descobre um universo de possibilidades, o mundo a sua volta, o outro e a si mesmo. Importante destacar a importância do brincar, do lúdico nas aulas, sendo um espaço no qual as práticas corporais, brincadeiras, ginásticas, danças e atividades diversas cooperam para o desenvolvimento psicomotor das crianças. O brincar é a forma pela qual as crianças aprendem sobre seus corpos além do enriquecimento afetivo e cognitivo e, não menos importante, contribuem, também, para o desenvolvimento das habilidades motoras finas e grossas” (AYOUB, 2001 p. 73).

A Educação Infantil é a etapa da educação que compreende alunos até seis anos de idade, é a primeira fase formal do ensino e o local no qual ocorrem os primeiros contatos da criança com o ensino estruturado, conforme as determinações legais no âmbito da Educação Infantil brasileira. Nesta fase, o aluno está descobrindo o seu corpo, permanecendo em contato constante com os desafios motores, e interagindo com seus pares no ambiente no qual ele está inserido. Portanto, oferecer atividades desafiadoras nessa etapa é muito importante, todavia, os exercícios

precisam respeitar a capacidade individual dos alunos, e sempre que possível, trabalhá-los por meio de ações lúdicas que estimulem as brincadeiras e a fantasia. *“Com crianças muito pequenas, atividades manipulativas e de deslocamento do corpo no espaço podem ser desenvolvidas pelos professores. Essas atividades podem ter diferentes objetivos, como a coordenação motora ampla e fina, o esquema corporal, o tônus, ou o desenvolvimento das percepções visuais e auditivas, entre outros conceitos funcionais psicomotores”* (DAL PAZ e MORAES, 2019 p. 82).

No entanto, as crianças um pouco maiores, tanto na faixa de 2 a 4 anos, quanto na faixa dos 4 a 6 anos, já apresentam outros interesses que podem ser explorados com grande proveito:

“Na fase dos 2 a 4 anos, a criança aprecia música e canto, tico-tico, caminhões grandes, carrinhos, locomotivas, balanças e redes, tintas, cola, lápis de cera grossos, quadro-negro, papéis grandes para desenhar, fantoches, panos, almofadas, pneus, caixas, bijuterias, dominós, quebra-cabeças simples, casa com mobiliário, panelinhas, bonecas com roupas, água, terra e areia. As crianças de 4 a 6 anos possuem interesse por jogos de encaixe, sequência lógica, quebra-cabeça, jogos de praia, modelagem, construções, números, letrinhas, fantasias, jogos geométricos, loto, bandinha, livrinhos, lápis de cor, pincéis, recortar e colar” (BUENO, 2014 P. 77).

Neste sentido, torna-se fundamental para os alunos da Educação Infantil desempenhar atividades que estimulem o desenvolvimento perceptivo e espacial, como sentir e compreender as diferentes texturas das coisas (água, areia, madeira e mato). Também perceber o sabor e o cheiro dos alimentos, aprender a diferenciar os sons do ambiente, dos objetos, dos instrumentos e aqueles que podem ser produzidos pelo próprio corpo. Entretanto, quanto mais lúdicas forem essas atividades, mais prazerosas elas serão para os alunos, trazendo melhores resultados nos aspectos psicomotores das crianças.

OS BENEFÍCIOS QUE A EDUCAÇÃO FÍSICA OFERECE PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Inúmeros são os benefícios que a Educação Física proporciona aos alunos da Educação Infantil, sendo que o principal deles é o de proporcionar um estilo de vida ativo e saudável para as crianças, por meio das atividades físicas praticadas na escola, seguindo um planejamento apropriado. Os objetivos planejados são alcançados à medida que os alunos vão desenvolvendo um autoconhecimento corporal obtido pelo movimento, envolvendo aspectos psicomotores em conexão com aspectos sociais e

culturais. Este contexto favorece as crianças numa compreensão do quanto as atividades físicas são importantes e o quanto elas contribuem para a saúde delas.

“As atividades físicas são essenciais para saúde física e mental, direito fundamental de todo ser humano. Promover essas práticas também é um dever do estado, da sociedade, e, sobretudo, da escola. Nesse sentido, a Educação Física na escola se propõe a promover a saúde por meio de atividades físicas, sob um caráter preventivo de diversas doenças provocadas pelo sedentarismo. Os exercícios físicos também contribuem com a saúde do cérebro, pois estimulam funções cognitivas, como a atenção, a memória e o raciocínio lógico, o que melhora o desempenho escolar” (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

Além destes benefícios que a Educação Física proporciona aos alunos da Educação Infantil, ainda existem outros como: socialização, conhecimento do próprio corpo, alívio do estresse, crescimento da autoestima, cooperação, empatia e desenvolvimento motor. A relevância destes benefícios se acentua ainda mais quando se observa que a própria OMS (Organização Mundial de Saúde) recomenda ao menos 60 minutos diários de atividade física de intensidade moderada para crianças. Esta ação tem por objetivo não apenas considerar os aspectos físicos, apesar de ser uma das mais efetivas ferramentas para o combate à obesidade infantil, mas também o fato de que realizar atividades físicas permite que as crianças tenham uma boa noite de sono, sofram menos lesões, reduzam o risco de depressão e aprimorem seu desenvolvimento psicomotor.

“Estimular o crescimento e o desenvolvimento corporal mediante o fortalecimento da coordenação motora, e em consequência, melhorar a concentração, a autoestima, e a interação social. Fortalecimento da musculatura, das articulações e a parte óssea com impacto no equilíbrio, lateralidade e coordenação motora. Reduzir as chances de obesidade, diminuição da ansiedade, aumento da autoconfiança inibindo a depressão. Todos estes benefícios valem para crianças de todas as idades. Ao praticar atividades físicas, as crianças desfrutam de um melhor aproveitamento acadêmico, em comparação aos alunos sedentários” (BLOG DR JOÃO FERRO, 2022).

Todas as atividades físicas exercidas na etapa da Educação Infantil são direcionadas ao movimento do corpo. Tais movimentos são fundamentais, pois também expressam emoções, desenvolvem aspectos como a postura corporal e a capacidade relacional, afetiva e intelectual.

“Assim, habilidades motoras do desenvolvimento, adquiridas mediante o caminhar, correr e saltar, as habilidades manipulativas do movimento adquiridas por meio do arremesso de objetos, chutes na bola, recepção de algum item, ou mesmo cortando papel, e habilidades estabilizadoras do movimento, adquiridas mediante as tentativas de manter a postura vertical, ter domínio do

corpo, rolar, andar sobre uma faixa ou uma corda no chão, enfim, todas essas habilidades devem ser estimuladas dentro das atividades de Educação Física na infância, e uma vez que esta etapa não seja trabalhada, a criança perde, e infelizmente não recupera na idade adulta” (BLOG EDUCAÇÃO FÍSICA, 2021).

As atividades físicas planejadas para os alunos da Educação Infantil devem trabalhar conteúdos cujos processos de ensino e aprendizagem considerem sempre as características individuais dos alunos, respeitando e concentrando a atenção nas esferas cognitiva, corporal, ética, afetiva, estética, interação social e relações interpessoais do alunos. Dessa forma, as crianças da Educação Infantil alcançarão um desenvolvimento físico e uma aprendizagem plenamente favoráveis, preparando-os para se tornarem cidadãos ativos e participativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi o de apresentar algumas reflexões sobre a importância da Educação Física no contexto da Educação Infantil, destacando seus impactos na vida das crianças, mediante práticas bem estruturadas, visando o desenvolvimento dos aspectos psicomotor, social, cognitivo, relacional, e afetivo. Cabe resaltar as muitas inovações tecnológicas e incremento científico que surgem quase que diariamente, os quais tem produzido atualizações que também atingem a área da Educação Física, ainda mais considerando ser ela uma ciência relativamente nova, e que com o passar do tempo vem alcançando maior relevância e notoriedade na sociedade. Assim, torna-se importante destacar a Educação Física como disciplina efetiva, devidamente inserida no contexto educacional brasileiro, tendo sua relevância reconhecida há bastante tempo, mesmo que se utilizando, inicialmente, de modelos adestrativos e com foco exclusivo no público masculino, com o objetivo de formar cidadãos fortes e saudáveis, aptos e preparados para defender a pátria e os ideais políticos da época. Assim, a importância da Educação Física só tende a crescer, isto porque já existe um grande reconhecimento quanto aos impactos positivos que ela exerce no desenvolvimento cognitivo e psicomotor das crianças.

Nesse contexto, torna-se fundamental cumprir os objetivos propostos pelas escolas na aplicação das atividades físicas planejadas e plenamente adequadas a cada faixa etária da Educação Infantil, considerando sempre as preferências e interesses de cada faixa, por meio de atividades lúdicas compatíveis e bem elaboradas, para, assim, obter os resultados planejados. Para isso, a Educação Física deverá se

empenhar em oferecer sempre práticas que trabalhem o movimento corporal associado ao laser, ao cuidado com a saúde e com o bem-estar, mantendo sempre o foco no desenvolvimento da criança, e jamais como uma atividade voltada para o mero entretenimento.

Compreender estes conceitos e aplicá-los de forma objetiva e estruturada possibilitará que se alcancem os resultados planejados, os quais são facilmente identificados, além de proporcionar benefícios inquestionáveis para as crianças. A Educação Física oferece aos alunos da Educação Infantil uma proposta de vida saudável, que promove a construção dos aspectos psicomotores, emocionais e sociais, além de contribuir para a prevenção de distúrbios e disfunções como obesidade, depressão e autoestima baixa, fortalecendo o estímulo das funções cognitivas como a memória, o raciocínio lógico e a atenção, e, em consequência, promovendo um maior aproveitamento estudantil dos alunos.

REFERÊNCIAS

ABP, Associação Brasileira de Psicomotricidade. **Histórico da Psicomotricidade**. Disponível em <http://psicomotricidade.com.br/histórico-da-psicomotricidade/>. Acesso em 28 jul 2023.

AYOUB, E. **Reflexões sobre a educação física da educação infantil educativas**. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo. 2001.

BETTI, M.; ZULIANI, L. **Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas**. Rev. Mackenzie de Educação Física e Esporte, 2002.

BLOG DR JOÃO FERRO, **Benefícios da atividade física para crianças**. Disponível em <https://drjoaoferro.com.br/blog/3-beneficios-da-atividade-fisica-para-crianca>. Acesso em 02 ago 2023.

BLOG SAE DIGITAL, **Educação Física na Escola**. Disponível em <https://sae.digital/educacao-fisica-na-escola/>. Acesso em 20 jul 2023.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1.996, **Diário Oficial da União, Poder Legislativo**, Brasília-DF, Disponível em <http://www.psicomotricidade.com.br/sobre.br/civil-03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 03 ago 2023 .

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental**, 1998. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos>. Acesso em 05 ago 2023.

BUENO, J. M, **Psicomotricidade, teoria e prática**. São Paulo, Cortez, 2014.

DAL PAZ, CLAUDINARA B.; MORAES, Vera L. R. de, **Psicomotricidade no contexto escolar**. Curitiba: IESDE, 2019.

DANIACHI, Heloísa F. T, **Introdução à Educação Física**. Curitiba, IESDE, 2019.

DARIDO, S. **Os Conteúdos da Educação Física escolar: Influências, tendências, dificuldades e possibilidades. Perspectivas em Educação Física Escolar**, Niterói, v. 2, nº 1, 2001.

FREIRE, João Batista. **Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física (Pensamento no magistério)**. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, V. M. **O que é Educação Física**. São Paulo, Brasiliense, 2014.

UNIBRASIL – Centro Universitário, **A Importância da Educação Física na Educação Infantil**. Disponível em <https://www.unibrasil.com.br/a-importancia-da-educacao-fisica-na-educacao-infantil/>. Acesso em 05 ago 2023.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO



Viviane Martins de Albuquerque

Formada em Biologia e Pedagogia, com Pós-graduação em Pedagogia Sistêmica, Gestão e Mediação de Conflitos, Ludopedagogia, Ensino Lúdico, Alfabetização e Letramento, Neurociência na Educação e Inteligência Emocional.



Roberta Consani Fernandes Vieira

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Gestão e Mediação de Conflitos, Pedagogia Sistêmica, Ludopedagogia e Neurociência na Educação

RESUMO

O artigo tem como objetivo demonstrar a importância da Educação Infantil para o processo de alfabetização e letramento visto que, atualmente, pesquisas tem identificado problemas na alfabetização de crianças no contexto escolar e insatisfações e inseguranças ente alfabetizadores, diante da persistência do fracasso da escola em alfabetizar. O processo de apropriação da escrita e da leitura por crianças tem sido objeto de pesquisas e estudos e, de acordo com Soares (2009), por exemplo, na educação infantil devem estar presentes tanto atividades de introdução da criança ao sistema alfabético quanto as práticas de uso social da leitura e escrita – letramento. Dessa forma, é dentro desse contexto que o professor deve inserir atividades significativas para proporcionar o desenvolvimento das potencialidades das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Alfabetização; Letramento; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

Ao longo de tempo o atendimento às crianças brasileiras de zero a seis anos passou por intensas transformações. No Brasil, as instituições pré-escolares são instituições que surgem no final do século XIX e início do século XX, marcadas pelas mudanças sociais, principalmente no que concerne às modificações do papel da mulher na sociedade e suas repercussões no âmbito da família. Voltadas a atender à infância, essas instituições tiveram na sua origem um modelo assistencialista, filantrópico, como nos moldes europeus, acrescido de outro fator: o atendimento às crianças abandonadas, órfãos e filhos de mães solteiras (KRAMER, 1992; KUHLMANN, 1991; CIVILETTI, 1991)

Nos dias atuais, a educação infantil é vista como um espaço pedagógico de suma importância, onde a criança, desde os primeiros anos de vida, vai desenvolvendo sua autonomia, sua independência, em vista da cidadania plena e vai adquirindo habilidades e competências importantes para seu desenvolvimento integral e para a continuidade de seus estudos.

Contudo, um olhar histórico sobre a alfabetização escolar no Brasil também revela uma trajetória de sucessivas mudanças conceituais e, conseqüentemente, metodológicas. Atualmente, parece que de novo enfrenta-se um desses momentos de mudança – é o que prenuncia o questionamento a que vêm sendo submetidos os quadros conceituais e as práticas deles decorrentes que prevaleceram na área da alfabetização nas últimas três décadas: pesquisas que têm identificado problemas nos processos e resultados da alfabetização de crianças no contexto escolar, insatisfações e inseguranças entre alfabetizadores, perplexidade do poder público e da população diante da persistência do fracasso da escola em alfabetizar, evidenciada por avaliações nacionais e estaduais, vêm provocando críticas e motivando propostas de reexame das teorias e práticas atuais de alfabetização (SOARES, 2012).

Dessa forma, esse processo de apropriação da escrita e da leitura por crianças tem sido objeto de pesquisas e estudos. De acordo com Soares (2009), por exemplo, na educação infantil devem estar presentes tanto atividades de introdução da criança ao sistema alfabético e suas convenções – alfabetização – quanto as práticas de uso social da leitura e da escrita – letramento. Smolka (1993) ressalta a importância de considerar a escrita como um momento de interação e interlocução entre os sujeitos envolvidos nesse processo e Baptista (2010) ressalta essa apropriação como um direito da criança.

Assim, visando essa ideia, esse trabalho teve como objetivo demonstrar a importância da educação infantil para o processo de alfabetização e letramento.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil foi reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96) não só como direito da criança e dever do Estado, mas também como uma etapa da educação básica. Isso significa que não apenas a sociedade e o Estado assumem responsabilidades diante das crianças pequenas, mas também reconhecem essa etapa de ensino como parte integrante da estrutura e funcionamento da educação escolar brasileira.

Esse documento define na Sessão II, que trata da educação infantil, de seu artigo 29 que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (CURY, 2002, p. 37).

A abrangência da educação infantil reduziu-se às crianças de até cinco anos de idade após a promulgação da Lei nº. 11.114, de maio de 2005. Ela tornou obrigatória a matrícula das crianças de 6 anos de idade no ensino fundamental, ampliando-o, obrigatoriamente, para nove anos de duração a todos os brasileiros (BRASIL, 2005).

A mudança, principalmente na idade de ingresso da criança no ensino fundamental, trouxe grandes desafios às escolas e aos educadores, como escreve Barreto (2004, p. 15):

Dimensionar a complexidade e sua implantação, apontando aspectos da estrutura e funcionamento das escolas, do currículo, da formação e envolvimento dos professores nas mudanças pretendidas, da participação dos pais e de outros atores, enfim, da cultura da escola, que são profundamente afetadas [...] um confronto que tradicionalmente tem faltado de modo dominante a organização escolar. (BARRETO, 2004, p.15).

De acordo com Abramovay e Kramer (1987), a pré-escola apresentou algumas funções, ao longo de sua história. Inicialmente, no século XVIII ela assumiu a função de guardiã, com o objetivo apenas de guardar as crianças órfãs e filhas de mães trabalhadoras. Pouco depois, no século XIX, a pré-escola adotou uma função preparatória. Isto é, cabia à pré-escola compensar “as ‘carências’ e ‘deficiências’

culturais, linguísticas e afetivas das crianças provenientes das camadas populares”, preparando-as para o sucesso escolar (ABRAMOVAY; KRAMER, 1987).

Na tentativa de contrapor a essa função da pré-escola, após as críticas feitas aos pressupostos da educação compensatória, inclusive no Brasil, tendo em vista que foi essa concepção de pré-escola que chegou ao nosso país na década de 1970, é atribuída à pré-escola uma nova função. Assim, surgiu a pré-escola com objetivos em si mesma. Nessa nova concepção, a pré-escola deve promover o desenvolvimento global e harmônico das crianças sem, contudo, definir critérios mínimos de qualidade para o atendimento nas instituições públicas das crianças das camadas populares (ABRAMOVAY; KRAMER, 1987).

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

De acordo com Soares (2008), a entrada da criança no mundo da escrita, ocorre simultaneamente por esses dois processos “alfabetização e letramento”. No Brasil, como em diversos outros países, o termo letramento é diferente do termo alfabetização.

De acordo com Batista (2006, p.16), a alfabetização, em sentido estrito “[...] designa, na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em sons, e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da língua, transformando-os em sinais gráficos. ”

Entretanto, esse conceito de alfabetização foi sendo progressivamente ampliado em função das necessidades sociais e políticas e hoje já não se considera alfabetizado quem apenas codifica ou decodifica os sinais gráficos. Essa ampliação no conceito de alfabetização resultou em um novo conceito, o de letramento, que podemos definir como: [...] o processo de inserção e participação na cultura escrita. Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, etc.) e se prolonga por toda a vida, com crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, como a leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo (VAL, 2006, p.19).

Diante disso, conforme Magda Soares (2009), a alfabetização e o letramento devem ter sua presença na Educação Infantil. Os pequenos, antes mesmo do ensino fundamental, devem ter acesso tanto a atividades de introdução ao sistema alfabético e

suas convenções – a alfabetização, como também práticas sociais de uso da leitura e da escrita – o letramento.

EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO

Sabe-se que durante muito tempo, a educação infantil restringiu o contato das crianças com a escrita, acreditando que se tratava de uma atividade escolarizada, mais pertinente às crianças maiores e não as pequenas que ainda precisavam brincar. Atualmente, já se reconhece que, assim como tudo que está em seu entorno, as crianças notam a presença da escrita e se interessam por desvendá-la. Portanto, cabe aos professores, cuidar para que o contato com a escrita seja prazeroso, desafiador, encantador, mantendo aceso o desejo da criança de aprender a escrever.

Embora a alfabetização não seja uma exigência de aprendizagem da educação Infantil, observa-se com Vygotsky (1991) que o ensino da linguagem escrita pode ter lugar, desde a pré-escola, e que se respeite todo o processo de desenvolvimento pelo qual cada criança deve passar. O importante na aquisição da linguagem escrita é que ela seja percebida como algo importante e necessário pela criança. Essa é a primeira conclusão a que o autor chega, “[...] a leitura e a escrita devem ser algo de que a criança necessite.” (id, p.156) e que sejam percebidos como algo relevante para sua vida.

Desde cedo as crianças convivem com diversas formas de informações produzidas e interpretadas pelos adultos, que são jornais, televisão e letreiros. Para que a criança entenda melhor tudo isso que ela convive ela precisa ter contato fora da escola e dentro então é necessário apresentar todo tipo de material escrito que for possível na sala de aula.

Scarpa (2006), coloca que embora algumas crianças façam parte de um mundo letrado, ainda existem os alunos que vivem na zona rural, onde a escrita não é tão presente e que, mesmo morando em centros urbanos, não tem contato com pessoas alfabetizadas e com os usos sociais da leitura e da escrita. Neste caso então, práticas dentro da escola de educação infantil, fariam com que estas crianças tivessem o acesso que as outras tem em suas casas.

Como afirma Emília Ferreiro. *"Em cada classe de alfabetização deve haver um "canto ou área de leitura" onde se encontrem não só livros bem editados e bem ilustrados, como qualquer material que contenha escrita..."* (FERREIRO, 2002, p.33)

Deste modo, ela vai tendo contato com o material escrito e percebe as coisas de que ela convive no mundo, então vai naturalmente se alfabetizando, sendo muito importante a estimulação para a pré-leitura e pré-escrita.

De acordo com Teberosky (2005), o ambiente alfabetizador *“é aquele em que há uma cultura letrada, com livros, textos digitais ou em papel, um mundo de escritos que circulam socialmente. A comunidade que usa a todo momento esses escritos, que faz circular as ideias que eles contêm, é chamada alfabetizadora”*.

Ziegler (2007) diz que *“fazer de cada criança um leitor requer atividades diárias em que a garotada tenha a oportunidade de ler, trocar ideias, comentar notícias e muito mais”*.

Diante disso, é função da Educação Infantil incentivar o desenvolvimento de comportamentos leitores antes mesmo de a turma aprender formalmente a ler. Comentar ou recomendar algum texto, e compartilhar a leitura de um livro ajuda a estabelecer gostos e reconhecer finalidades dos materiais escritos. Não obstante, de acordo com Soares:

(...) a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, por que não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é de certa forma, letrada. (2004, p.24)

Assim, a partir da contribuição de Soares, pode-se perceber o quanto é importante e significativo propiciar às crianças um contato frequente com diferentes tipos de material escrito.

Não obstante, Ferreiro (2002) defende a ideia de que o ambiente alfabetizador possa trazer ao cotidiano da criança a linguagem escrita e então poderia contribuir para que essas crianças pudessem ter oportunidades de construir esses conhecimentos. E a alfabetização aconteceria naturalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais da educação infantil, todos aqueles que trabalham dentro desse espaço pedagógico, funcionários da limpeza, da alimentação, da secretaria, equipe gestora, professores e auxiliares da educação (ou outro nome dado a esses, dependendo da Rede de Ensino) devem olhar a infância como um período privilegiado, onde, desde a idade mais tenra, o ser humano precisa ser estimulado e motivado a

assumir seu protagonismo, sua história, com direito a autonomia, independência e buscando sempre mais evoluir, dentro de um processo de ensino e aprendizagem, dentro de uma cultura e de uma sociedade específica.

A creche deve ser o espaço de saber e de sabor, onde, a criança seja estimulada a fazer suas primeiras descobertas, a entender a importância do convívio social com o grupo do qual faz parte, a perceber a ética, a estética que direcionam sua vida e suas experiências e construir aprendizagens significativas, ou seja, que façam sentido para seu momento presente e para toda sua vida.

Se no passado a educação infantil tinha caráter meramente assistencialista, atualmente está claro que ela possui sim fins pedagógicos, com essa visão foi inserida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) como a primeira etapa da educação básica, o que reforça o caráter pedagógico da educação infantil e ainda mais justifica os projetos de letramento iniciados com as crianças pequenas.

De fato, o letramento exige uma série de habilidades por parte da criança, no entanto, estas são adquiridas de forma natural, conforme as interações sociais ganham corpo e se estabelecem na vida do pequeno aprendiz, isto significa dizer, que mais do que buscar adquirir habilidades que facilitem a apropriação das características do letramento, deve-se primar pelas boas relações e interações das crianças, vez que estas sim é que darão suporte ao letramento e conseqüentemente à alfabetização. É neste sentido que Bartom e Hamilton, 2004 afirmam que o letramento:

[...] não reside simplesmente na mente das pessoas como um conjunto de habilidades a serem aprendidas, e não apenas jaz sobre o papel, capturado em forma de texto para ser analisado. Como toda atividade humana, o letramento é essencialmente social e se localiza na interação interpessoal. (p. 109)

Compreende-se, então, a educação infantil como primeira etapa da educação básica e de tal forma com especificidades próprias devido à faixa etária que atende, assim devem oferecer um trabalho pedagógico de qualidade que envolva o cuidar e brincar que são essenciais à infância. É dentro desse contexto que deve acontecer o letramento das crianças pequenas, isto é, através dos cuidados diários e das brincadeiras o professor deve inserir atividades significativas de acordo com a compreensão das crianças proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sônia. **Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade?** Caderno de Pesquisa, São Paulo, 1985.

BAPTISTA, M. C. **Alfabetização e letramento em classes de crianças menores de sete anos.** In: Ângela Dalben et al (org). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: alfabetização e letramento.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BARRETTO. Elba Siqueira de Sá Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. **Educação. Pesquisa.** v.30, n.1, São Paulo: jan./abr. 2004.

BARTON, D. & HAMILTON, M. (2004). **LA LITERACIDAD ENTENDIDA COMO PRÁCTICA SOCIAL.** In Zavala, V. NIÑO-MURCIA, Mercedes.; AMES, Patrícia. *Escritura y sociedad. Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas.* Lima: Red para el desarrollo de las Ciências Sociales en el Peru. Pp. 109-139.

BATISTA, Antônio A. G. **Alfabetização, leitura e escrita.** In: Carvalho, Maria A. F. & Mendonça, Rosa H. (org.). *Práticas de leitura e escrita.* Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 13-17.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394,** 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 11.114, de maio de 2005.** Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília, 16 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm>. Acesso em: 23 maio. 2023.

CIVILETTI, M. V. P. **O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 76, p. 31 – 40. Fev. 1991.

CURY, Carlos R. J. **Lei de diretrizes e bases da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2002.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 3ªed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899 – 1922).** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 78, p. 17 – 26. Ago. 1991.

SCARPA, Regina. **Alfabetizar na Educação Infantil. Pode?** Revista Nova escola. Ed. 189. Fev. 2006. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/4-a-6-anos/alfabetizar-educacao-infantil-pode-422867.shtml> Acesso em 25 maio. 2017.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 6. ed., 1993.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. ed. 6. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Oralidade, alfabetização e letramento**. Revista Pátio. Educação Infantil, ano VII, n. 20, jul/out.2009.

_____. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2004. p 287.

TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da Linguagem Escrita**. São Paulo, Unicamp/Trajatória Cultural, 2005.

VAL, Maria G. C. **O que é ser alfabetizado e letrado?** In: Carvalho, Maria A. F. & Mendonça, Rosa H. (org.). *Práticas de leitura e escrita*. Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 13-17.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZIEGLER, Maria Fernanda – **Revista Nova Escola** Ed. Especial no. 15, (agosto, 2007).



EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: O QUE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS REVELAM

Patrícia Cristina Santos da Silva

Formada em Pedagogia, Mestrado em Educação, e com Pós-Graduação em Psicopedagogia.

RESUMO

A pandemia causada pelo COVID-19 teve importante impacto na educação das crianças. Este estudo teve como objetivo realizar um mapeamento das publicações brasileiras referentes a Educação Infantil no período pandêmico. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliométrica, que tem por princípio analisar as atividades científicas pelo estudo quantitativo das publicações. Realizou-se também uma análise qualitativa dos dados coletados. A investigação resultou em sessenta e sete produções. Optou-se por selecionar apenas artigos científicos chegando, portanto, num total de cinquenta pesquisas. Dentre esses, vinte e dois foram relevantes para a pesquisa por abordar o tema da Educação Infantil na pandemia. Localizaram-se treze artigos sobre Educação Infantil e a Pandemia, três artigos sobre o Desenvolvimento Infantil e a Pandemia e seis artigos sobre Ensino Remoto na Educação Infantil.

Palavras-chave: Criança; Período pandêmico; Desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil foi sendo consolidada no Brasil historicamente em meio a lutas e resistência e vêm se constituindo enquanto espaço institucional de atendimento a crianças de 0 a 5 anos e onze meses de idade. Com a Constituição Federal de 1988 e a LDB/96, Políticas Públicas foram fortalecendo esse segmento de atendimento à primeira infância, reconhecendo a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e direito das crianças que deve garantir uma educação de qualidade e de potente desenvolvimento, que valoriza o trabalho com projetos e apresenta uma

Pedagogia que se contrapõe a uma prática transmissiva e de reprodução mecânica do conhecimento.

Dessa forma, a Educação Infantil, é reconhecida como espaço educador que deve garantir a aprendizagem da criança na participação, nas relações, nas diferenças, na escuta, construindo sentido a esse processo educativo que se dá no âmbito individual e social do sujeito e que reconhece a criança como produto e produtora de cultura, que interfere, que é confrontada por esse espaço de vivências e experiências de vida social. Desta forma a Educação Infantil é marcada por um processo histórico de construção de uma pedagogia da infância, reconhecendo as especificidades dessa fase da vida humana em que a criança experiencia, aprende e se desenvolve a partir de um contexto social e pedagógico, que favorece, promove e deve garantir a sua participação.

Com o início da pandemia causada pelo novo coronavírus, houve a necessidade de suspensão das atividades presenciais nas escolas e esse período de necessário distanciamento social e isolamento, afetou de maneira importante o modo de atendimento institucional à primeira infância. Instituições públicas e privadas buscaram estratégias para continuar interagindo com as crianças e famílias durante esse período.

Na presente pesquisa, damos ênfase a esse período pandêmico em que as escolas estiveram fechadas com o objetivo de conhecer as principais produções acadêmicas acerca da Educação Infantil no período pandêmico, o que certamente nos ajudará a compreender melhor a problemática do impacto do distanciamento e isolamento social nesse período em que as crianças da Educação Infantil estiveram fora da escola, apontando caminhos para lidarmos com essa nova situação, buscando responder a pergunta: O que as produções acadêmicas revelam acerca da educação infantil nesse período pandêmico? Como a pandemia têm impactado o desenvolvimento das crianças nessa etapa em diferentes dimensões?

Com o exposto, a pesquisa procura, em primeiro lugar construir um mapa da produção bibliográfica sobre o tema dessa pesquisa por meio de busca sistemática na plataforma Google Acadêmico e análise de conteúdo, considerando o período entre 2020 e 2021, a partir das produções acadêmicas encontradas, identificar problemáticas que poderão contribuir para um melhor entendimento acerca dos impactos da pandemia nesse período da infância, buscando reflexões que possam auxiliar o trabalho com as crianças pequenas nas diferentes esferas da sociedade.

MATERIAL E MÉTODOS

A Educação Infantil passou a ser reconhecida como primeira etapa da educação básica, valoriza o trabalho com projetos e apresenta uma Pedagogia que se contrapõe a uma prática transmissiva e de reprodução mecânica do conhecimento. Desta forma, estudos demonstram o reconhecimento da potencialidade da Educação Infantil como espaço educador que deve garantir a aprendizagem da criança na participação, nas relações, nas diferenças, na escuta que acolhe construindo sentido a esse processo educativo que se dá tanto no âmbito individual do sujeito, quanto social. E que reconhece a criança como produto e produtora de cultura, que interfere, que contribui, e que é confrontada por esse espaço de vivências e experiências de vida social.

Dessa forma, esse estudo, busca ampliar informações sobre a Educação Infantil nesse período pandêmico. Para realizar esse estudo, foi utilizado o método bibliométrico de pesquisa, o qual consiste no levantamento e análise de artigos acadêmicos que foram produzidos sobre o tema. A pesquisa foi realizada na Base de Dados Google Acadêmico, onde foram utilizados como palavras geradoras os termos: Educação Infantil e a pandemia, desenvolvimento infantil e a pandemia, Ensino Remoto na Educação Infantil. Foram selecionados artigos publicados no período de 2020 a 2021. O estudo está organizado em duas etapas: a coleta de artigos científicos e o levantamento da bibliografia produzida nesse período e o mapeamento dos dados e informações encontradas nas obras selecionadas.

A busca inicial retornou 67 produções que foram registradas em uma planilha utilizando a ferramenta Microsoft Excel. Os registros foram analisados manualmente e realizada a exclusão de Trabalhos de Conclusão de Curso, Teses e Dissertações, somando assim 17 exclusões. Desta forma, analisada a adequação do tema e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão restaram 50 artigos para análise.

Considerando os objetivos dessa pesquisa, outro ponto definido no momento do levantamento dos artigos foi a verificação da relevância científica dos artigos. Para isso foram observados os artigos com maior número de citações através de busca simples no Google Acadêmico pelo título do artigo. Assim, nesta pesquisa optou-se por selecionar os artigos com citações, ao final, chegou-se a um total de 22 artigos. Passou-se então a uma análise mais criteriosa nos 22 artigos restantes, tendo em

vista, principalmente, tratar-se de artigos que se corresponde aos questionamentos da pesquisa.

Outra etapa importante, se deu através da busca de aprofundamento do tema, filtrando as publicações que de fato abordavam a temática da pandemia e a educação infantil. Assim, foi realizada a leitura do resumo de cada título selecionado, salvando-as em formato pdf e organizando-as em pastas digitais criadas e nomeadas de acordo com o título da obra. Conforme a tabela 1 demonstra, a partir desse processo foram separadas 18 pesquisas, sendo 10 artigos da palavra chave Educação Infantil e a pandemia, 3 artigos da palavra chave Desenvolvimento Infantil e a pandemia e 5 artigos da palavra chave Ensino Remoto na Educação Infantil.

Tabela 1.

Quantidade de artigos selecionados

Palavra chave	Quantidade
Educação Infantil e a pandemia	10 artigos
Desenvolvimento infantil e a pandemia	3 artigos
Ensino remoto na Educação Infantil	5 artigos

Fonte: Dados originais da pesquisa

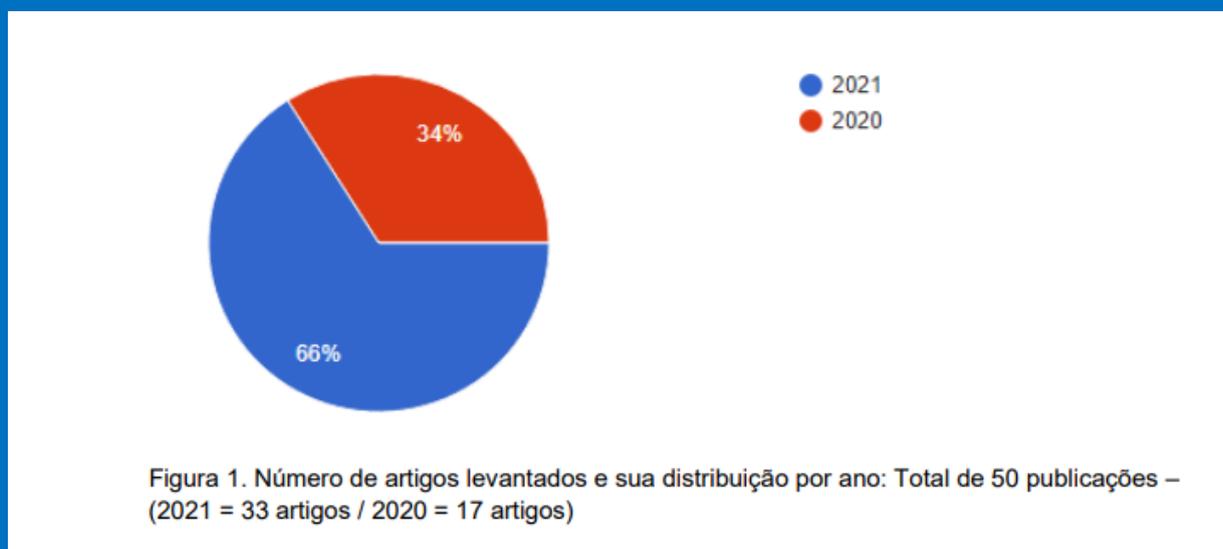
Para análise dos dados de artigos, criou-se um banco de dados contendo as seguintes características das publicações selecionadas: Autoria, Título, Local de Publicação, Área, Ano de Publicação, Local Geográfico, Instituição, Número de Citações e Método/Metodologia adotado (a).

Após essa etapa de seleção dos artigos relevantes para a pesquisa, realizou-se a leitura atenta de cada um dos 18 artigos e o fichamento textual buscando uma análise qualitativa dos dados obtidos, compreendendo os objetivos, o tipo de metodologia e método e os principais resultados encontrados evidenciando acerca do tema, quais os impactos da pandemia na educação infantil.

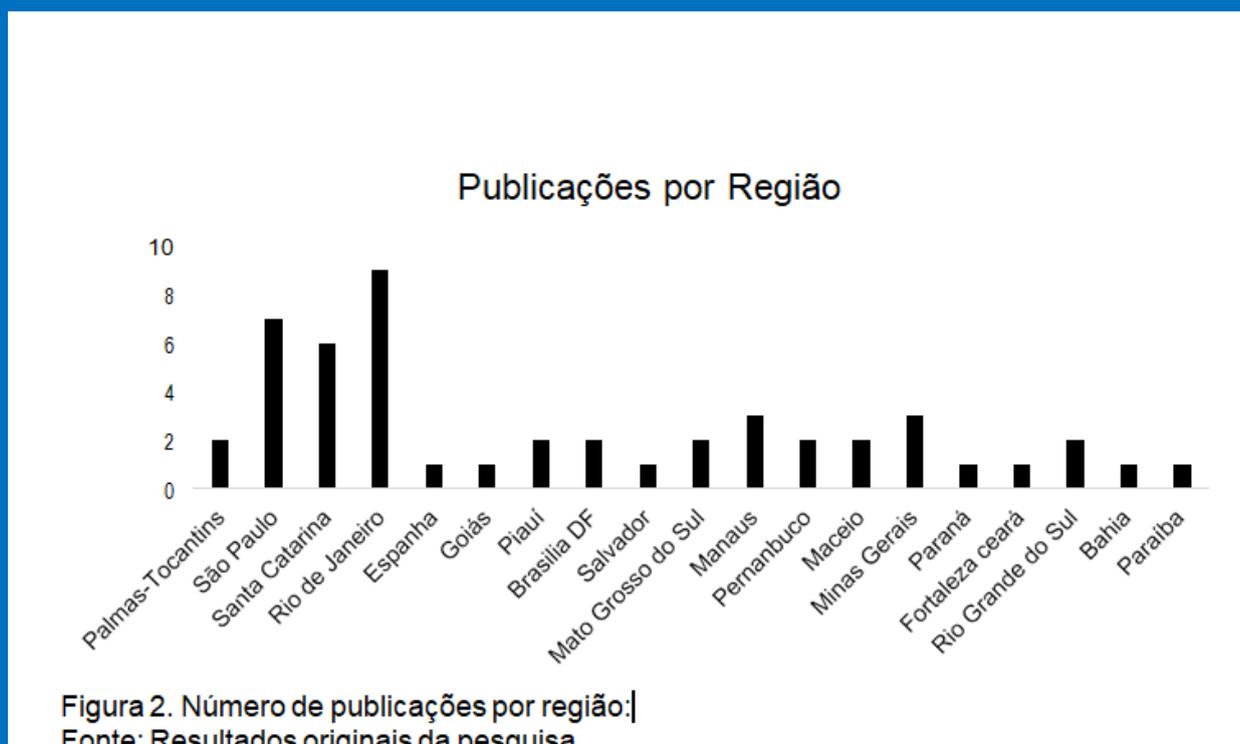
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 50 artigos publicados nos anos de 2020 e 2021, conforme a figura 1. Foram aplicados os parâmetros de análise: ano de publicação, tipo de estudo, local de publicação, área de conhecimento, local geográfico, instituição e

número de citações. Na figura abaixo, podemos notar que houve um crescimento de publicações sobre o tema de 2020 com 17 artigos para 2021 com 33 artigos.



A figura 2, destaca que dentre as regiões que mais publicaram sobre o tema nesse período estão: Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. A Soma de todas as publicações desses Estados equivale a 44% do total.



Quanto às instituições, encontramos 32 registros. As instituições que mais publicaram estão apresentadas no gráfico 3. Totalizaram maior número de publicações a Universidade Federal de Santa Catarina e o Departamento de Educação Infantil do Colégio Pedro II com 4 publicações cada, em segundo lugar está a Revista Mutações da UFAM com 3 publicações, conforme vemos abaixo na figura 3.

Número de Publicação por Instituição



Figura 3. Número de Publicações por Instituição:
Fonte: Resultados originais da pesquisa

Considerando a área de conhecimento, as publicações se concentram principalmente nos campos da Educação e Ciências Humanas, somando 62% de todas as publicações da área. A figura 4 demonstra a porcentagem de publicações por cada área.

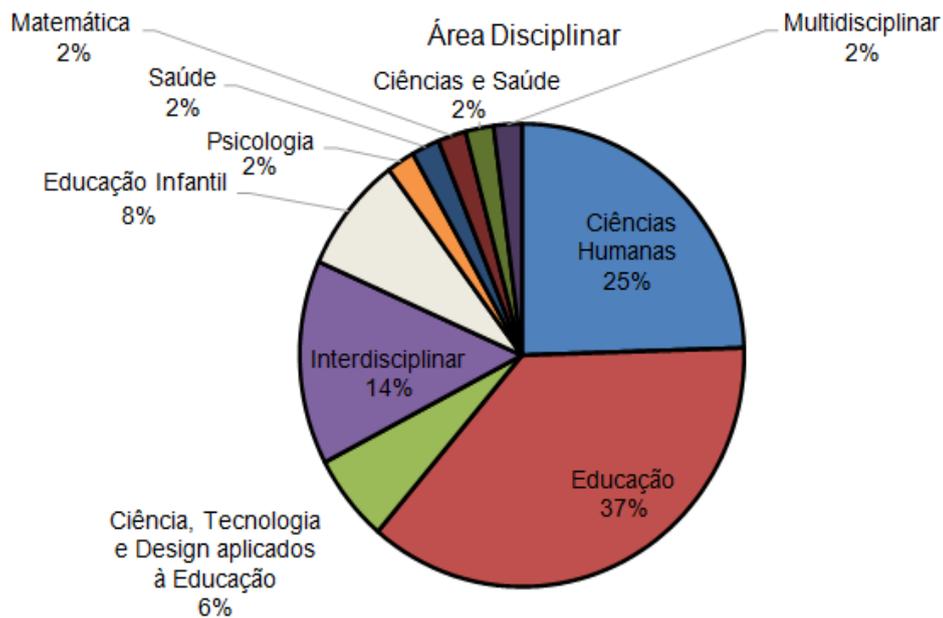


Figura 4. Número de artigos publicados por - Área Disciplinar
 Fonte: Resultados originais da pesquisa

ANÁLISE DOS ARTIGOS SELECIONADOS

As tabelas 2, 3 e 4, demonstram que foram selecionados dezoito artigos para análise. Os mesmos foram agrupados por aspectos metodológicos e objetivos de pesquisa. Foi possível identificar que 4 deles são pesquisas descritivas e de natureza qualitativa, enquanto os demais 14 artigos são de revisão bibliográfica.

Tabela 2. Quantidade de artigos encontrados e utilizados na pesquisa (Palavra-chave: Educação Infantil e a Pandemia)

Autoria	Título	Ano	N. Citação
Silvia Helena Vieira Cruz, Cristiane Martins, Rosimeire Cruz	A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersetorialidade, identidade e retorno às atividades presenciais	Jan/2021	12
Lívia Maria Fraga Vieira, Bruno Tovar Falciano	Docência na educação infantil durante a pandemia: percepções de professoras e professores	Jan/2020	7
Joedson Brito dos Santos e Maria Aparecida Antero Correia	Políticas públicas de educação infantil em contexto de pandemia: considerações a partir da realidade de Brasil e Itália	Jan/2021	2
Luiz Carlos Marinho de Araujo	Ressignificando a concepção de cuidar, educar e brincar na educação infantil em tempos de pandemia	Out/2020	2
Natália Francisca Cardia dos Santos, Adriana Alves da Silva, Ana Lúcia Goulart de Faria	Resistir para/com a infância continuar a existir: Transcrição de 21 lives sobre infâncias e Educação Infantil na pandemia de Covid-19	Jul/2020	2
Anete Abramowicz e Alan Victor Pimenta de Almeida Pales Costa	O fotógrafo, a educação infantil e a pandemia	Abr/2021	1

Mariane Campelo Koslinski e Tiago Lisboa Bartholo	A pandemia e as desigualdades de oportunidades de aprendizagem na educação infantil	2021	1
Juliana Carbonieri, Cassiana Magalhães	Currículo na Educação Infantil: a pandemia e o desenvolvimento humano	Out/2021	1
Lucilene Simone Felipe Oliveira	A inserção acelerada das tdc na educação infantil e ensino fundamental i diante a pandemia da covid-19	Dez/2020	1
Luciana Helena Monsores	A educação das crianças pequenas em tempos de pandemia e isolamento social: é possível uma educação (infantil) à distância?	2020	1

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Tabela 3. Quantidade de artigos encontrados e utilizados na pesquisa (Palavra-chave: Desenvolvimento Infantil e a Pandemia)

Autor	Título	Ano da Publicação	N. Citações
Juliana Carbonieri, Cassiana Magalhães	Currículo na Educação Infantil: a pandemia e o desenvolvimento humano	Out/2021	1
Heloisa Toshie Irie Saito, Marta Silene Ferreira Barros, Elvenice Tatiana Zoia, Dayanne Vicentini	Educação Infantil e Desenvolvimento Humano no contexto da pandemia: Reflexões a partir da teoria Histórico-cultural	2021	1
Letícia Christinne Scazzuso de Souza, Adriane Porto Santos, Carolina Siciliano da Luz, Anna Carolina Caetano Griesang de Oliveira	Tecnologia e desenvolvimento infantil: os impactos de antes e durante a pandemia de covid-19	Out/2020	0

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Tabela 4. Quantidade de artigos encontrados e utilizados na pesquisa (Palavra-chave: Ensino Remoto na Educação Infantil)

Autor	Título	Ano da Publicação	N. Citações
Edilma Mendes Rodrigues Gonçalves, Ana Luiza Floriano de Moura Britto	Ensino remoto na Educação Infantil em tempos de pandemia: reflexões acerca das novas formas de ensinar	Dez/2020	8
Andréa Calderan, Andre Mafra Calderan	Educação em tempos de pandemia: a (in)visibilidade da Infância na realização do Ensino Remoto na Educação Infantil	Fev/2020	3
Francimara de Sousa Cunha, Enia Maria Ferst, Nilra Jane Filgueira Bezerra	O ensino remoto na Educação Infantil: desafios e possibilidades no uso dos recursos tecnológicos	Abr/2021	3
Aline dos Santos Pereira, Ravyla Graziela Lemos de Queiroz, Sandy Alves Flor de Araújo	Ensino remoto emergencial na Educação Infantil: dificuldades e possibilidades	Ago/2021	2
Silvia Fernanda de Souza LORDANI, Marília Bazan BLANCO, João COELHO NETO	Psicomotricidade na Educação Infantil: os desafios do ensino remoto emergencial na percepção dos pais e do professor de Educação Física	Ago/2021	2

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Em relação aos questionamentos iniciais dessa pesquisa, a análise qualitativa das produções científicas nos ajuda a compreender melhor o cenário da Educação Infantil. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, bem como a Base Nacional Comum Curricular, apresentam uma concepção de pedagogia que se sustenta pela participação e pelas relações, dessa forma, torna-se importante que na educação infantil, elementos da cultura que constitui a sociedade, sejam valorizados, confrontados, reconhecendo a centralidade dos sujeitos e valorizando sua participação por meio do processo educativo e da cultura que os constitui. O texto de Joedson Brito dos Santos e Maria Aparecida Antero Correia (2021), citam a Educação Infantil como política social, porque traz garantias como: segurança alimentar, proteção, direitos ao brincar. O texto ainda reforça que a ausência desse direito, amplia, os riscos de as crianças ficarem expostas à falta de alimentação, à violência e ao abandono.

Nesse sentido as experiências vivenciadas pelas crianças na Educação Infantil, devem superar um trabalho fragmentado e estereotipado historicamente realizados em alguns contextos da educação. Vale ressaltar ainda, a importância do trabalho com projetos na Educação Infantil como um dos muitos modos de organizar intencionalmente as práticas e experiências educativas junto às crianças. Num processo coletivo de construção de novas aprendizagens, esse modo de trabalho acolhe as falas e os questionamentos das crianças e as coloca no centro do processo, garantindo experiências significativas de descobertas e de reflexão sobre temas importantes do seu ambiente, permitindo que a criança de maneira autônoma, confronte e construa saberes e culturas enraizadas e desenvolva sua capacidade de argumentação.

Posto isso, de maneira geral, buscando responder às questões dessa pesquisa sobre o que as produções acadêmicas revelam acerca da educação infantil nesse período pandêmico e como a pandemia têm impactado o desenvolvimento das crianças nessa etapa, a análise qualitativa das produções, demonstram que com a pandemia, desde o primeiro momento, um ponto de atenção foram as crianças e especialmente as crianças da primeira infância. As medidas de enfrentamento da pandemia, bem como o isolamento social, tiveram impactos importantes no contexto da Educação Infantil e conseqüentemente em todas as dimensões da vida humana. Dessa forma, o fechamento das instituições de Educação Infantil teve grande impacto no cotidiano de 8,9 milhões de crianças de 0 a 5 anos de idade e família, sendo 93% das crianças de 4 a 5 anos e 34% das crianças entre 0 a 3 anos. (Bartholo;Koslinski, 2021).

Essa mudança contribuiu para o comprometimento do desenvolvimento e da aprendizagem desses sujeitos que ficaram sem esse espaço de acolhimento

organizado intencionalmente para que as crianças possam vivenciar experiências ricas e de qualidade para um desenvolvimento integral. (Cruz; Martins, 2021) As crianças pensam, sentem reagem e são mais vulneráveis no seu repertório de enfrentamento dessas adversidades, e com o fechamento das escolas e o isolamento social, o ambiente e o nicho familiar se configura como fundamental para o enfrentamento dessas circunstâncias.

No contexto do Brasil, temos situações de desigualdades, diferentes densidades populacionais e infraestrutura precária de moradia. O impacto dessa situação de isolamento prolongado e de permanência das famílias nesse processo causam efeitos diversos diante das distintas condições sociais. Outro ponto importante foi o aumento da violência, há estudos que mostram que para uma parte expressiva de crianças, permanecer em casa contribuiu para o aumento de violência doméstica, riscos de exploração do trabalho infantil, assédio/abuso sexual e as crianças estiveram inseridas nesse contexto. (Cruz; Martins, 2021).

Diante deste cenário, era necessário encontrar maneiras de continuar mantendo o vínculo com essas famílias e crianças sem perder a identidade da Educação Infantil que tem como eixo norteador de trabalho, as brincadeiras e as interações. Diferentemente de outras etapas de escolarização, a Educação Infantil não se dá nos moldes de preparação para conteúdos tradicionalmente escolar, se dá na relação, na interação, na vivência cotidiana. A análise das produções enfatiza esse momento, evidenciando tensões na relação entre os poderes e um descompasso entre as diferentes esferas do poder público. Mesmo o Supremo Tribunal Federal – STF tendo determinado que Estados e Municípios teriam autonomia para traçarem um plano de trabalho a partir das prioridades essenciais de cada território, a falta de uma política integrada dificultou a elaboração de estratégias para um enfrentamento eficaz da situação e desconsiderou a necessária atuação intersetorial. (Bartholo; Koslinski, 2021) Nesse cenário, prefeitos e governadores estabeleceram propostas de atendimento às crianças e vale a pena ressaltar que de acordo com o Censo Escolar de 2020 (BRASIL, 2021), as redes públicas, em especial as municipais, eram responsáveis por 73,6% das matrículas na educação infantil, e a rede privada, pelos 26,4%.

Diante da medida de isolamento e distanciamento social, as atividades presenciais foram substituídas por atividades remotas. Estados e Municípios passaram a orientar a utilização de recursos digitais nas proposições direcionadas ao público escolar. Diferentemente dos demais segmentos como o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e Ensino Superior, na Educação Infantil, havia a necessidade da clareza de sua identidade já que a LDB estabelece a impossibilidade de uma educação à distância e

online. Dessa forma, estabelecer vínculo com as famílias e com as crianças através das plataformas digitais deveria ser o objetivo principal, além do diálogo com outros equipamentos de atendimento às famílias a fim de contribuir para a qualidade da educação de bebês, crianças bem pequenas e pequenas, garantindo os direitos desses sujeitos, de suas famílias e dos profissionais. (Bartholo; Koslinski, 2021).

O Parecer CNE/CP nº 5 aprovado em 28 de abril de 2020, orienta as escolas de Educação Infantil a desenvolverem propostas de caráter lúdico e interativo destinado aos pais ou responsáveis para que pudessem desenvolver com as crianças em suas residências. As pesquisas indicam que a falta de políticas, contribuiu para demonstrar o desconhecimento das especificidades desse segmento, pois passou-se a discutir a previsão de livros didáticos para crianças de 5 e 6 anos atrelado ao Programa Nacional do Livro Didático PNLD/2022. Na prática, instituições produziram propostas de escolarização para as crianças, o que é incoerente com os princípios e finalidades da Educação Infantil. (SANTOS; CORREIA, 2021) Outro fator alvo de críticas foi a atribuição dada às famílias com esse tipo de proposta. Evidenciou-se que diferentes escolas e sistemas de ensino, adotaram distintas ações na tentativa de minimizar os impactos do fechamento das escolas. Na Educação Infantil, por sua especificidade, verifica-se maior fragilidade em relação ao trabalho remoto.

Com a chegada da vacina e ainda no enfrentamento da pandemia, o retorno às atividades presenciais começa a ser discutido. As pesquisas indicam a necessidade de se garantir um retorno seguro e com garantia de oferta de um espaço de qualidade com possibilidades de interação, movimento e brincadeiras oferecendo às crianças “condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais” (BRASIL, 2009, Art. 7º, Inc. I).

Em meio a essas adversidades, crianças estiveram submetidas a ambientes desordenados com falta de estrutura, e irregularidade de rotina. Pesquisas demonstram que em outras pandemias, as crianças sofrem consequências como medo, ansiedade, stress, irritabilidade, maior apego e dependência dos seus cuidadores, mais agitação, etc. Esses fatores são reconhecidos como ameaça ao desenvolvimento. Dessa forma, as escolas precisam planejar um acolhimento às crianças e suas famílias, com escuta e sensibilidade para propor ações que contribuam para o desenvolvimento pleno e integral das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo bibliométrico realizado teve como objetivo analisar as produções acadêmicas publicadas no período pandêmico a fim de compreender melhor o cenário da educação infantil. Foi possível constatar o despreparo do governo na proposição de ações para o enfrentamento desse cenário o que conseqüentemente teve impacto em todas as dimensões da vida humana. Essa posição é segundo (SANTOS; CORREIA, 2021, p. 214) que em sua pesquisa, evidencia que “o governo não apresentou estratégias de enfrentamento à COVID- 19”.

Dessa forma, o enfrentamento à pandemia continua e o retorno presencial, apresenta desafios que podem ser superados com o fortalecimento das famílias, e com o suporte no âmbito da saúde, da assistência social cumprindo o papel da escola na complementação da educação das crianças juntos às famílias que lidam com a reatividade das crianças. A Educação Infantil como naturalmente por seu espaço rico em experiências e interações, será fundamental no apoio ao desenvolvimento das crianças.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. C. M. (2020). **Ressignificando a concepção de cuidar, educar e brincar na educação infantil em tempos de pandemia.** Anais VII CONEDU.
- BRASIL Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico.** Brasília, DF: Inep, 2021.
- CALDERAN, A., & CALDERAN, A. M. (2020). **EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: a (in) visibilidade da Infância na realização do Ensino Remoto na Educação Infantil.** IPÊROXO.
- CARBONIERI, J., & MAGALHÃES, C. (2021). **Currículo na Educação Infantil: a pandemia e o desenvolvimento humano.** Revista Teias, 22, 175-189.
- COUTINHO, A. S., LOPES, E., VIEIRA, L. F., & TRÓPIA, P. (2020). **Direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa.** Zero-a-seis, 22, 1478-1503.
- CRUZ, S. H. V., MARTINS, C. A., & de ANDRADE CRUZ, R. C. (2021). **A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e retorno às atividades presenciais.** Zero-a-seis, 23, 147-174.
- SOUZA, F. C de, FERST, E. M., & BEZERRA, N. J. F. (2021). **O ensino remoto na Educação Infantil: desafios e possibilidades no uso dos recursos tecnológicos.** Revista Educar Mais, 5(3), 570-582.

SOUZA, L. C. S de., SANTOS, A. P., LUZ, C. S. da, & OLIVEIRA, A. C. C. G de. (2020). **Tecnologia e desenvolvimento infantil: os impactos de antes e durante a pandemia de covid-19.** Revista Remecs-Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde, 196-196.

SANTOS, J. B., dos & CORREIA, M. A. A. (2021). **Políticas públicas de Educação Infantil em contexto de pandemia: considerações a partir da realidade de Brasil e Itália.** Zero-a-seis, 23,195-220.

SANTOS P, A. dos, de, QUEIROZ, R. G. L., & ARAÚJO, S. A. F. (2021). **Ensino remoto emergencial na Educação Infantil: dificuldades e possibilidades.** Ensino em Perspectivas, 2(4), 1-10.



OBRIGAÇÕES DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO À ESCOLA E PROFESSORES

Renata da Silva Vieira Bento

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Especialização em Administração, Supervisão e Orientação na Educação Básica: Gestão Educacional; Direito Educacional; Alfabetização e Letramento; Lúdico e Psicomotricidade na Educação Infantil; Ludopedagogia; Gestão e Medição de Conflitos; Pedagogia Sistêmica; Educação em Tempo Integral e Inteligência no Ambiente Escolar.

RESUMO

O presente trabalho procura apresentar o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente com relação ao papel da escola e dos professores, visando um aprofundamento dos principais artigos do ECA, mostrando a importância de conhecermos as leis do poder público entre a escola e os professores, esclarecendo quais as obrigações entre eles de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o que diz a lei sobre as penalidades para quem as desrespeita. E quais as obrigações do Poder Público conforme a Constituição Federal, deixando claro que o ensino é obrigatório e gratuito para as crianças e os adolescentes.

Palavras-Chave: Direitos; Estatuto da Criança e do Adolescente; Poder Público; Constituição Federal.

INRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a pesquisa sobre o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente com relação ao papel da escola e dos professores, visando um aprofundamento dos principais artigos 53, 54, 56, 57 e 59.

De acordo com este trabalho, visamos mostrar a importância de conhecermos as leis do poder público entre a escola e os professores. As obrigações do Poder Público é garantir que toda Criança e Adolescente tenham acesso ao ensino obrigatório e gratuito. O Estatuto da Criança e do Adolescente traz definidos os direitos e deveres

das crianças e dos adolescentes, visando seu desenvolvimento e preparando-o para o exercício da cidadania.

Este trabalho tem como objetivo possibilitar uma reflexão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Obrigações do Poder Público.

Começarei analisando sobre o histórico do direito da criança e do adolescente, trazendo definições sobre os direitos e deveres transcritos no ECA e quando entrou em vigor essa lei.

Depois apresentarei os principais dispositivos que tratam da criança e do adolescente e trazendo comentários, também encontramos as obrigações do poder público quanto à educação da Criança e do Adolescente conforme os artigos da Constituição Federal e como não poderia deixar de citar sobre a Declaração Universal dos Direitos da Criança.

E por último o papel da escola frente ao ato de infração e indisciplina e suas consequências de acordo com a lei vigente.

HISTÓRICO DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA é a sigla do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde contem um conjunto de normas gerais válidos para todo o país, definindo seus direitos e deveres, bem como os direitos, deveres e obrigações do estado, da família e da sociedade.

Criado em 13 de julho de 1990, o ECA institui-se como Lei Federal n.º 8.069, cujo pressuposto básico afirma que crianças e adolescentes devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinados a proteção integral, levando em consideração os direitos dos jovens e atribui também penalidades a quem os desrespeita.

O ECA é, portanto, uma lei federal, de 8.069/90 e foi promulgado em 13 de junho de 1990 e entrou em vigor no Dia das Crianças (12 de outubro) do mesmo ano. A legislação adapta os princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Infância à realidade brasileira e regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal que dispõe sobre os direitos da criança e do adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente era chamado de Código de Menores, até a data de 13 de julho de 1990, quando a Lei 4.513, de 1964 e a Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979 foram revogadas pelo então Presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello. A lei n.º 8.069 de 13 de junho de 1990 dispõe sobre o ECA, dando outras

providências. Dentro do ECA podemos encontrar na Parte Geral as disposições preliminares dos direitos fundamentais como: liberdade; respeito; dignidade; convivência familiar e comunitária; do direito à educação, cultura, esporte, lazer; do direito à profissionalização e a proteção no trabalho e na prevenção. Na parte especial tem a parte política de atendimento das medidas de proteção; da prática de ato infracional; das garantias processuais; das medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; do conselho tutelar; do ministério público; da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos; dos crimes e das infrações administrativas e das disposições finais transitórias.

Portanto toda criança e adolescente tem direito à educação visando o importante papel da escola e dos professores com relação ao desenvolvimento de sua pessoa preparando-o para o exercício da cidadania. Para isso é essencial que existam leis que regulamentem seus direitos como: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), DUDC (Declaração Universal dos Direitos da Criança) e as Obrigações do Poder Público.

O Estatuto, em seus 267 artigos, garante os direitos e deveres de cidadania a criança e adolescente, determinando ainda a responsabilidade dessa garantia aos setores que compõem a sociedade, sejam estes: a família, o estado ou a comunidade.

COMENTÁRIOS DOS PRINCIPAIS ARTIGOS QUE TRATAM DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

De acordo com o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a educação é direito da criança e do adolescente, visando o seu desenvolvimento, além de estar preparando para exercer a cidadania e qualifica-la ao mercado de trabalho, mas para que isso aconteça, faz-se necessário de acordo com o mesmo artigo, conforme incisos I a V:

Que todos tenham as mesmas condições, tanto para acessar, quanto para permanecer na escola;

Que seus educadores os respeitem;

Que tenham como contestar os métodos de avaliação, além de poderem recorrer às instâncias superiores da escola;

IV. Que possam participar e organizar entidades estudantis;

V. Que tenham acesso à escola gratuita e próxima do local aonde residirem.

Mas o Estatuto também deve assegurar à criança e ao adolescente, em concordância com o artigo 54, incisos I a VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Que tenham ensino fundamental gratuito e obrigatório, principalmente para aqueles que não tiveram acesso à escola, na idade certa;

Que se estenda ao ensino médio essa obrigatoriedade e gratuidade;

Que os portadores de deficiência tenham atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino;

IV. Que crianças de zero a seis anos de idade tenham atendimento em creches e pré-escolas;

V. Que de acordo com a capacidade de cada um, todos tenham acesso aos níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e criação artística;

VI. Que aos adolescentes que trabalham, seja oferecido o ensino noturno;

VII. Que através de programas suplementares, com o uso de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde, todos tenham atendimento no ensino fundamental.

Sendo assim, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público, visto que se o Poder Público deixar de oferecer o ensino obrigatório ou oferecer irregularmente, a autoridade competente será plenamente responsabilizada, de acordo com o artigo 54 incisos I e II.

Ao conselho Tutelar será comunicado, pelos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental (artigo 56, I a III):

Casos de maus-tratos, quando alunos estiverem envolvidos;

Casos esgotados os recursos escolares, reiteração de faltas injustificadas de evasão escolar;

Casos em que a repetência tenha chegado a níveis elevados.

Quando houver crianças e adolescentes que estejam excluídos do ensino fundamental obrigatório, o Poder Público procurará estimular pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, para inserir crianças e adolescentes nestas condições, de acordo com o artigo 57 do Estatuto.

Por sua vez, com o apoio dos Estados e da União, os Municípios estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações voltadas para os esportes, a cultura e o lazer, voltadas às crianças e adolescentes, segundo o artigo 59 do Estatuto.

O PODER PÚBLICO E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

O Poder Público procura assegurar formas de recursos, demonstrando um significativo avanço na busca de igualdade de oportunidades, incorporando os princípios de universalização e participação popular.

Em se tratando de obrigações do Poder Público, conforme o artigo 206, incisos I a VII da Constituição Federal, o ensino deverá ser ministrado de acordo com os princípios e estar em concordância com o artigo 208, caput I a VII e incisos 1º e 2º da Constituição Federal, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia desses artigos.

O acesso ao ensino obrigatório é um direito público, visto que se o Poder Público deixar de oferecer o ensino obrigatório ou oferecer irregularmente, a autoridade competente será plenamente responsabilizada, para que isso aconteça, a lei estabelece o plano nacional de educação de duração plurianual, em vista à articulação das ações do Poder Público, de acordo com o artigo 214, da Constituição Federal, que conduzem a: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança foi criada para instituir direitos a criança tais como: a igualdade, sem distinção de raça, religião, nacionalidade, visando à proteção para seu desenvolvimento físico, mental e social.

A criança precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento, portanto a Declaração Universal dos Direitos da Criança assegura esses direitos.

O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AO ATO INFRACIONAL E INDISCIPLINAR

Caso uma criança ou adolescente pratique um ato infracional, o encaminhamento a ser dado é de competência do Conselho Tutelar e do Juizado da Infância e da Juventude, respectivamente. Assim, tendo o ato infracional ocorrido na Escola deve o responsável (diretor, vice-diretor, professor, assistente) fazer os encaminhamentos necessários, sendo que:

Se for por criança, até 12 anos, deve encaminhar os fatos ao Conselho Tutelar independente de qualquer providência no âmbito policial (não há necessidade de lavratura de Boletim de Ocorrência);

No caso de ato infracional praticado por adolescente, deve ser lavrado o Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia, que providenciará os encaminhamentos ao Ministério Público e Juízo da Infância da Juventude.

Essas providências devem ser tomadas, independente das consequências na área administrativa escolar. Assim, um adolescente infrator, que cometeu ato infracional grave na escola, será responsabilizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das sanções disciplinares a serem impostas pela Escola.

Agora, se o ato for de indisciplina (e não ato infracional) praticado por criança ou adolescente, a competência para apreciá-lo é da própria escola. A falta disciplinar deve ser “apurada pelo Conselho de Escola que, em reunião específica deverá deliberar sobre as sanções a que os mesmos estariam sujeitos, dentre as elencadas no Regimento Escolar, após assegurada a ampla defesa e o contraditório.

A infração disciplinar deve estar prevista no regimento, em obediência ao princípio da legalidade. Em qualquer circunstância, quer seja em relação ao ato infracional como ato indisciplinar, a escola deve ter presente, o seu caráter educativo/pedagógico, e não apenas autoritário/punitivo.

Quando a criança ou o adolescente pratica um ato infracional, haverá um tratamento diferenciado para cada um deles, não obstante possa ocorrer à mesma conduta ilícita. Na verdade, a distinção entre criança e adolescente tem importância no Estatuto, posto que, não obstante usufruam dos mesmos direitos fundamentais, recebem medidas diferenciadas na hipótese de ocorrência de ato infracional.

A criança infratora fica sujeita às medidas de proteção previstas no artigo 11 do Estatuto, que implicam num tratamento, através da sua própria família ou da comunidade, sem que ocorra privação de liberdade. São ela: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, a criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento e alcoólatras e toxicômanos; abrigo em entidade; colocação em família.

O adolescente infrator submete-se a um tratamento mais rigoroso, com as medidas socioeducativas (incluindo as medidas de proteção) previstas no artigo 112 do Estatuto, que podem implicar na privação de liberdade. As medidas previstas são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade;

liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das previstas no artigo 101.

Em todo o caso, as medidas devem ser aplicadas levando-se em consideração uma relação de proporcionalidade, ou seja, a capacidade do infrator em cumpri-la, a circunstâncias e a gravidade da infração. No caso de cometimento de um ato indisciplinar, quer pela criança ou adolescente, o tratamento é o mesmo: a aplicação do regime escolar, com as consequências nele previstas.

No entanto algumas regras básicas devem ser observadas: o princípio da legalidade: a punição deve estar inserida no regimento da escola; a sindicância disciplinar deve proporcionar ampla defesa do aluno, com ciência de seus genitores ou responsáveis; as punições devem guardar uma relação de proporcionalidade com o ato cometido, preferindo as mais brandas.

A competência para aplicá-las é do Conselho de Escola após regular sindicância para apuração do ato de indisciplina. Importante consignar que, na interpretação e aplicação do Estatuto e do Regimento Escolar, deve-se levar em consideração os fins sociais da norma e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma legislação que ampara a Criança e o Adolescente e entre tanto não é aplicado como deveria, pois ainda hoje vemos crianças cometendo atos infracionais e que não são denunciados pela sociedade.

O Direito a Educação é obrigatório para as Crianças e Adolescentes, visando uma democratização do ensino, rumo à construção da cidadania.

Ao entrevistar os professores observei que a escola busca uma educação de qualidade através do cumprimento das leis, mesmo assim há problemas de indisciplina na escola como de ato infracional.

Enfrentá-los e superá-los é o nosso grande desafio.

A indisciplina como o ato infracional, transita indistintamente nas escolas públicas e privadas. Não é um problema específico da escola pública, nem uma questão econômica ou social.

As escolas e seus educadores devem conhecer a legislação, assim como os órgãos de apoio presentes na comunidade, como é o caso dos chamados Conselhos

Tutelares, cujo objetivo é receber denúncias de violação do Estatuto da Criança e do Adolescente e assegurar seu cumprimento.

Portanto os educadores devem trabalhar para que os pressupostos do ECA sejam cumpridos, proporcionando o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. nº 9.394, de 20/12/96.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 24ª edição. São Paulo: Saraiva, 2000.

CHAVES, Antônio. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2ª edição. São Paulo: LTR, 1997.

ELIAS, João Roberto. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 1994.

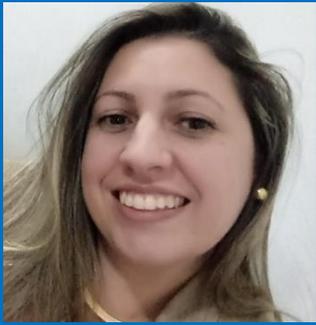
FIUZA, Ricardo. **Novo Código Civil Comentado**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MILANO FILHO, Nazir David. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentado e Interpretado**. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito LTDA, 1996.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. São Paulo: Saraiva, 1991.

TAVARES, José de Farias. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: RELEVÂNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR



Mariane Rodrigues Bettuz

Formada em Pedagogia e em Matemática, com Pós-graduação em Gestão Educacional e Inteligência Emocional no Ambiente Escolar.



Fernanda Silva Marques Cristaldo

Formada em Pedagogia, Educação Especial e Administração Pública, com Pós-Graduação em A.B.A., Atendimento Educacional Especializado, Pedagogia Sistemica e Mediação de Conflitos.

RESUMO

A inteligência emocional é considerada uma das habilidades mais valiosas atualmente em diversas áreas da vida, aqueles que são capazes de dominar o próprio temperamento e influenciar positivamente as pessoas, são bem vistos. No ambiente escolar, lidar com as emoções de forma positiva é fundamental, visto que todos os processos envolvem pessoas, cada qual com suas percepções, características e habilidades. Além de ser um espaço propício para a aprendizagem e, tanto a inteligência emocional pode ser ensinada, assim como ela interfere na aprendizagem. Incorporar atitudes que incentivem e promovam a inteligência no ambiente escolar, serve para construir relacionamentos mais satisfatórios, de um lado temos a equipe escolar (gestão, coordenação, corpo docente e equipe de apoio) com mais habilidades para controlar o estresse, saber agir em momentos de pressão e lidar com os discentes e de outro, formamos discentes capazes de gerenciar suas emoções, assim como reconhecer e respeitar a do outro, além de aumentar o desempenho escolar. Este trabalho descreve o conceito de inteligência emocional e seus pilares, tendo em vista a importância do uso inteligente e adequado das emoções no contexto escolar para a

geração de resultados positivos. Como desenvolver e estimular tais habilidades na tríade da escola: equipe escolar, discentes e famílias.

Palavras-chave: Inteligência emocional, competências socioemocionais, relacionamento interpessoal.

INTRODUÇÃO

As emoções sendo bem conduzidas aperfeiçoam as chances de uma vida bem-sucedida, possibilitando ao indivíduo absorver novos conhecimentos, melhorar o relacionamento interpessoal e intrapessoal, aumentar a produtividade, elevar a autoestima, a automotivação. Essa educação emocional deve estar presente o tempo todo em nossas vidas. As pessoas que possuem essas habilidades tornam o seu entorno mais agradável. Em situações profissionais, o uso da inteligência emocional reduz os conflitos que não são necessários em equipe, mantem-se maior foco nos objetivos e metas, favorecendo que as pessoas tenham maior possibilidade de se sentirem felizes e satisfeitos em sua carreira, no seu local de trabalho. O uso inteligente pode ser ensinado e alcançado, assim, utilizam suas emoções como competências, dominando sua rotina. Os que não possuem essa habilidade podem ter falta de atenção em suas atividades.

Os profissionais de hoje necessitam conhecer, aprender e a dominar as funções da inteligência e da inteligência emocional, visto que vivem em uma sociedade com alto índice de estresse emocional e com significativo número de resultados desastrosos que são frutos evidentes desse descompasso. Usando a Inteligência Emocional na solução de conflitos, os líderes conseguem ser objetivos e encontrar meios de tranquilizar os ânimos, não deixando que o clima de tensão se espalhe por toda a equipe mostrando ao mesmo tempo a importância da harmonia para o trabalho em equipe, direcionando os esforços de todos para se atingir os objetivos da organização.

Assim como os adultos que convivem nas escolas, fundamental é engajar os alunos com a educação emocional. O ambiente escolar é responsável pelo desenvolvimento integral do aluno, isso inclui a esfera emocional. A nova geração é um desafio para as famílias e educadores e não conseguem compreender e agir emocionalmente de forma coletiva, pensando em comunidade. E aí entra o papel da escola e das famílias na vida desse aluno, oferecendo educação emocional, onde o aluno consiga mobilizar competências e fazer uso inteligente das emoções.

CONCEITO DE INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Inteligência emocional pode ser conceituada como a capacidade de mobilizar competências relacionadas as emoções e lidar da melhor maneira possível, gerenciando-as. A inteligência emocional, de acordo com Weisinger (2001, p. 14), “é simplesmente o uso inteligente das emoções – isto é, fazer intencionalmente com que suas emoções trabalhem a seu favor, usando-as como uma ajuda para ditar seu comportamento e seu raciocínio de maneira a aperfeiçoar seus resultados”. É ter autocontrole das emoções, administrar sentimentos e expressá-los de forma adequada.

Falando especificamente do ambiente escolar, seu bom uso permite um ambiente de trabalho produtivo e tranquilo, buscando metas e alcançando o sucesso. Goleman (2007) em seu artigo Inteligência Emocional: Gerir emoções “As emoções orientam a nossa navegação pelas nossas deliberações [...] a chave para tomar boas decisões pessoais é ouvir os sentimentos. ” É uma habilidade que permite que as pessoas gerenciem melhor seus sentimentos e a forma que agirão com base neles. Comenta Goleman (2007):

“Inteligência emocional é a capacidade de criar motivações para si próprio e de persistir num objetivo apesar de percalços, de controlar impulsos e aguardar pela satisfação dos seus desejos, de se manter em bom estado de espírito e impedir que a ansiedade interfira na capacidade de raciocinar, de ser empático e autoconfiante”. (GOLEMAN, 2007 pg. 58).

Para compreender a inteligência emocional, é necessário antes abordar o que é a emoção. Elas são geradas a partir de eventos internos ou externos ao indivíduo, dependendo que do cada um tem como subsidio, conquistado através de suas vivências. Bisquerra (2000) aponta algumas coisas que auxiliam na compreensão de quando uma emoção ocorre:

Uma pessoa, consciente ou inconscientemente, avalia um evento tão relevante em relação a um objetivo pessoal que é valorizado como importante. A emoção é positiva quando o evento é um avanço em direção à meta e é negativo quando um obstáculo. Portanto, emoção e motivação estão relacionadas. A experiência de uma emoção tende a ser acompanhada por reações involuntárias (mudanças corporais de caráter fisiológico) e (expressões faciais e verbais, comportamentos, ações) voluntárias. Em suma, o processo de experiência emocional pode ser resumido da seguinte forma: Evento – avaliação – As alterações fisiológicas – predisposição para a ação (BISQUERRA, 2000, p. 61).

RELEVÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR

O ambiente escolar tem que ser um espaço de bem-estar coletivo para toda comunidade escolar, um tempo prazeroso, produtivo e harmonioso. Sendo assim, a inteligência emocional, o agir intencionalmente, tem grande relevância tanto para equipe escolar quanto para corpo discente e suas famílias. Por essência, seu papel é o de educar pessoas e esse processo é realizado também por pessoas, os profissionais da educação, que tem grandes desafios: ensinar/educar alunos/crianças entendendo suas dificuldades, suas potencialidades e organizar a gestão dos diversos espaços escolares, interagir com as famílias e suas demandas, agir sob pressão e estresse, visto que escola é um espaço dinâmico, ativo, que tem intercorrências não planejadas, reagir as diversas situações impostas pela sociedade atual, pela sociedade moderna, que afeta diretamente nossas escolas. Esses desafios exigem que qualquer pessoa que opte por trabalhar em escolas, tenha equilíbrio mental e emocional, tanto para acolher as demandas, as problemáticas atuais das escolas, que são complexas.

O ambiente escolar é responsável pelo desenvolvimento intelectual, cognitivo, social e mental da criança. A nova geração tem se tornado um desafio para famílias e educadores, com o avanço da tecnologia observa-se um novo perfil comportamental. Falta habilidade social, de convivência, falta habilidade para lidar com frustração, além de um egoísmo exagerado, centrado nas individualidades. Falta empatia e saber conviver em grupos com respeito, assim como ferramentas para lidar com situações desafiadoras, mantendo a pacificidade e a autoestima. Bisquerra discorre sobre como a escola deve desenvolver o aluno integralmente:

“A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento de toda a personalidade dos alunos. Neste desenvolvimento podem ser distinguidos pelo menos dois aspectos principais: o desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento emocional. O primeiro tem tradicionalmente dado uma ênfase especial em detrimento do segundo, que foi praticamente esquecido da prática educativa. Educação emocional é uma proposta para colocar uma ênfase especial a este aspecto, a fim de dar-lhe a importância que merece. A partir do processo educacional: A educação é um processo caracterizado pela relação interpessoal. Qualquer relacionamento interpessoal é permeado por fenômenos emocionais. No processo de aprendizagem individual e autônomo também está presente a dimensão emocional. Tudo isto exige que seja dado uma atenção especial pelas múltiplas influências que as emoções têm no processo educacional. A partir da

autoconsciência: "Conhece a ti mesmo" foi inscrita na entrada do templo de Delfos e foi adotado como um lema por Sócrates. Desde então, este tem sido um dos objetivos do ser humano e está presente no ensino. Dentro deste autoconhecimento, um dos aspectos mais importantes do processo educacional. A partir do fracasso escolar: Altas taxas de insucesso escolar, dificuldades de aprendizagem, o stress antes dos exames, abandono da faculdade e outros fenômenos relacionados são observados. Estes eventos causam estados emocionais negativos, como apatia e em alguns casos, vir a tentativas de suicídio. Tudo isto está relacionado com déficits na maturidade e equilíbrio emocional. A partir das relações sociais: Sabe-se que os relacionamentos podem ser um conflito forte, tanto na profissão como na família, comunidade, lazer e qualquer contexto em que a vida de uma pessoa desenvolve. Estes conflitos afetam os sentimentos, de modo que às vezes podem tornar-se respostas violentas e descontroladas" (BISQUERRA, 2000, p. 22.)

Ainda, para Cury:

"As crianças e jovens aprendem a lidar com fatos lógicos, mas não sabem lidar com fracassos e falhas. Aprendem a resolver problemas matemáticos, mas não sabem resolver conflitos. São treinados para fazer cálculos e acertá-los, mas a vida é cheia de 125 contradições, as questões emocionais não podem ser calculadas, não tem conta exata". (CURY, 2003, p.15).

É nessa realidade que a educação socioemocional consegue seu espaço, tornando-se fundamental para que a criança desenvolva ferramentas emocionais que as ajudem na convivência no ambiente escolar, na vida, no mundo do trabalho, em todas as suas relações, privilegiando principalmente a tolerância e respeito entre todos. Uma criança que vivencia, que tem oportunidade de conhecer sobre as emoções e seu uso inteligente, tem condições de primeiramente ter uma vida equilibrada, se afastar de problemas, de vícios, e, lidar com seu entorno, com suas adversidades, com a adversidade do outro. Fortalece-se assim relações saudáveis. No entanto, as emoções, a compreensão do que são, o reconhecer no outro e principalmente, saber como lidar, são habilidades aprendidas e a escola é primordial nesse processo, assim como a inteligência emocional é primordial no ambiente escolar.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA EQUIPE ESCOLAR

Atualmente, os espaços escolares são permeados por muitas demandas. O tempo todo é exigido de seus profissionais destreza para lidar com mais diversas situações. A cada dia que passa vai surgindo uma necessidade urgente de que pessoas recebam ensinamentos com foco no controle das emoções, uma solução

tranquila, equilibrada e pacífica e com a capacidade de compreender conflitos para uma boa convivência no ambiente social e no ambiente de trabalho. Nos dias atuais existem métodos que podem ser utilizados na prática para treinar as emoções de forma a prevenir graves consequências e isso é dizer da possibilidade de aprender, a saber, agir emocionalmente, independente da questão que cause o conflito.

Segundo Cury (2008) o indivíduo que aprende a controlar suas emoções torna-se mais resiliente, solidário, maleável, sensível, compassivo, paciente, generoso e magnânimo. Quanto mais estável emocionalmente, mais o profissional torna-se um ser humano e deixa de ser um “Deus” rígido e suficiente. A pessoa pode controlar suas emoções e saber usá-las de forma inteligente, acaba mudando muita coisa em suas atitudes, decisões e aprende a entender outras pessoas mais claramente. O controle das emoções pode trazer transformações significativas, tanto no ambiente profissional quanto familiar, uma vez que o indivíduo se torna mais consciente de suas responsabilidades, isso gera um bem-estar pessoal, transformando o ambiente de trabalho. O uso inteligente das emoções, de modo que haja um equilíbrio entre a razão e emoção ao lidar com adversidades, conflitos, pessoas, seja no contexto profissional ou no pessoal. É uma capacidade que pode ser desenvolvida e proporciona o crescimento individual, gerando resultados positivos para o indivíduo e para o meio em que está inserido.

As competências socioemocionais devem fazer parte do dia a dia de uma equipe escolar e essa educação emocional pode ser incentivada através de:

- Encontros formativos, focando na educação emocional e na sua relevância para o ambiente escolar;
- Valorização do profissional;
- Escuta- feedback, a equipe escolar precisa ser ouvida, compartilhar suas angústias;

Por meio de um planejamento eficaz é possível organizar encontros regulares para desenvolver as habilidades necessárias na equipe, zelando assim pelo bem-estar geral.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NOS ALUNOS

As competências socioemocionais nos alunos é um caminho que precisa ser construído e percorrido. Em um mundo cada vez mais exigente e competitivo, a

formação educacional do indivíduo desde a sua infância, requer para além da aprendizagem cognitiva dos conteúdos curriculares desenvolvidos nas escolas, uma formação integral voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências socioemocionais, que possibilite aos alunos uma vida emocionalmente equilibrada, é o que se denomina de Educação Socioemocional. A educação socioemocional visa desenvolver várias competências do aluno, trabalhando com a sua formação integral, tornando-o consciente de sua responsabilidade consigo e com os outros, possibilitando adquirir habilidades necessárias para reconhecer e gerenciar emoções, estabelecer relações sociais positivas e ser capaz de administrar situações desafiadoras de forma eficaz. Além disso, a educação socioemocional procura estimular as seguintes habilidades nos alunos, como: autoconhecimento, criatividade, resiliência, empatia, pensamento crítico e colaboração.

A Base Nacional Comum Curricular –BNCC, homologada no ano de 2017 é o instrumento de caráter normativo que disciplina os elementos essenciais de aprendizagem necessários à trajetória escolar dos alunos, e é utilizada para orientar os currículos e propostas pedagógicas de escolas públicas e privadas, da educação infantil ao ensino médio. Dentre as dez competências expressas na BNCC, quatro delas são dedicadas ao desenvolvimento da educação socioemocional, são elas: autogestão, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, e por fim, a autonomia. Sobre elas podemos destacar a competência que trata da Autogestão do estudante, e estabelece que este deve ser capaz de:

“Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta”. (BNCC, 2017, p. 9).

A competência que prioriza o Autocuidado e o Autoconhecimento, diz:

“Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas”. (BNCC, 2017, p. 10).

A competência que busca o desenvolvimento da Empatia e Cooperação, busca:

“Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao

outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza”. (BNCC, p. 10).

Por fim, a competência que prioriza desenvolver a Autonomia do estudante e preconiza que:

“Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”. (BNCC, p. 10).

A BNCC demonstra através dessa vasta menção ao desenvolvimento das competências socioemocionais, que a sala de aula deve pretender formar o aluno integralmente, preparando-o para a vida. Dentro desse contexto, o papel do professor é determinante na prevenção e desenvolvimento da saúde mental dos alunos. Devemos considerar que a escola de antigamente é muito diferente dos tempos atuais, a escola contemporânea se preocupa em formar seres autônomos, independentes, criativos e seguros, e é por meio das competências socioemocionais que esse tipo de conhecimento será concretizado. Nesse sentido o professor pode desenvolver em sala de aula algumas ações relacionadas com as competências socioemocionais. Uma das maneiras que pode ser trabalhado pelo professor em sala de aula é por meio do diálogo, jogos e brincadeiras que estimulem as crianças a falarem sobre suas emoções.

Para Coleman (2012), umas das principais habilidades da inteligência emocional é motivar-se (Automotivação), que significa: saber adiar a satisfação e conter a impulsividade. É a capacidade de ter autocontrole emocional, de entrar em estado de “fluxo” que possibilitam excepcionais desempenhos. As pessoas que têm essa capacidade tendem a ser mais produtivas e eficazes em qualquer atividade que exerçam. Utilizar nossas preferências mais profundas para impulsionar-nos e guiar-nos na direção de nossas metas, a fim de ajudar a termos iniciativa e a sermos altamente eficazes, perseverando diante de reverses e frustrações.

Uma das habilidades mais importantes de desenvolver é o reconhecimento das emoções nos outros – empatia. Desenvolvendo essa habilidade emocional fundamental ao empreendedor o indivíduo passa a entender os motivos de determinadas ações dos outros e desenvolve assim, formas e mecanismos para lidar com ela, aumentando também a empatia necessária para compreender seu universo. Além disso, passa a aceitá-la, sem julgamentos, o que melhora ainda mais os relacionamentos

interpessoais que necessita desenvolver para ter um empreendimento bem-sucedido. GOLEMAN destaca:

“Reconhecer emoções nos outros. A empatia, outra capacidade que se desenvolve na autoconsciência emocional, é a “aptidão pessoal” fundamental. As pessoas empáticas estão mais sintonizadas com os sutis sinais do mundo externo que indicam o que os outros precisam ou o que querem. Isso as torna bons profissionais no campo assistencial, no ensino, vendas e administração”. (GOLEMAN, 1995, p. 74).

Trabalhando as competências socioemocionais, a escola estará oferecendo aos alunos ferramentas antibullying, que é outro tema urgente nas escolas. Saber lidar com as diferenças, com a diversidade, não causar ofensas aos colegas e saber agir diante de ofensas recebidas, são alguns dos benefícios de trabalhar as emoções. Há também impactos positivos na aprendizagem dos alunos, visto que as competências socioemocionais desenvolvem habilidades de responsabilidade e organização.

FAMÍLIA: A PRIMEIRA A GERENCIAR AS EMOÇÕES DAS CRIANÇAS E COMO ESSA EDUCAÇÃO IMPACTA NA ESCOLA

Desde o nascimento, uma criança é cercada de emoções, é no seio familiar que a criança tem o primeiro contato com o mundo, com as emoções. A família é a primeira a educar a criança emocionalmente. Através de experiências, a criança vai consolidando algumas reações e emoções, tanto de maneira saudável quanto na aquisição de alguns desajustes de comportamento. Visto que a família é primeira escola de aprendizado emocional cabe aqui apresentar como os problemas familiares podem influenciar no processo de desenvolvimento do indivíduo e como essas influências vão se apresentar diante de todas as situações da vida. Assim como uma criança que é influenciada positivamente, acreditará em sua capacidade diante dos obstáculos da vida, do relacionamento com outras pessoas.

É fundamental que a família invista na saúde emocional de seus filhos, contribuindo para a prevenção da depressão, ansiedade, fobias, agressividade, entre outros transtornos psicológicos, assim como saberem lidar com situações adversas. Para isso, primeiramente a família deve permitir que a criança vivencie sua infância com todos os obstáculos que surgirem. É preciso que se frustrem, que percam, que inventem, que encontrem soluções em suas brincadeiras, que corram riscos e despertem por si mesmos. É preciso que a família acompanhe sua criança, mas que a permita tomar decisões.

Uma grande etapa dessa conquista emocional que pode ser oferecida pelas famílias está em permitir que as crianças passem por situações, por exemplo, de frustração. Permitir que uma criança vivencie esse processo e ajudá-la a encontrar caminhos de superação é um ganho inigualável para a vida adulta dessa criança. Assim, ela vai aprendendo a gerenciar suas emoções, a compreender que o outro tem emoções e respeitá-las.

Estimular a autonomia e resolução de conflitos é outro ponto importante que faz com que a criança cresça responsável por suas ações. Os conceitos vivenciados pela criança em sua casa, determinarão o que ela vai aprender, como vai lidar em cada situação e, que adulto se tornará. Daí a importância de a família repensar como são as situações em casa, o que sua criança presencia, como as questões são resolvidas e permitir que sua criança também lide com as emoções de maneira a aprender com suas atitudes, seja repeti-las ou alterar a maneira de resolver. Sobre isso, Gottman diz:

“Trabalhe junto com seu filho para achar uma solução para o problema. As ideias dos pais podem ser uma benção, sobretudo para uma criança pequena que costuma pensar para imaginar soluções alternativas. Mas é importante se controlar para não assumir o comando. Se você realmente quer que seu filho seja o dono da solução, deve pensar por ele para que apresente ideias”. (GOTTMAN, 1997, p. 110).

Diante desse papel fundamental no desenvolvimento da criança, a família deve buscar uma comunicação assertiva, onde a escuta faça parte, favorecendo um ambiente em que haja confiança para a expressão de suas necessidades, seus desejos e particularidades, oferecendo recursos para que nossas crianças se tornem adultos inteligentes emocionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo possibilitou agregar conhecimento acerca do tema inteligência emocional no ambiente escolar e perceber sua relevância neste espaço, tanto para uso na escola, quanto para desenvolver tais competências. É preciso pensar a educação para além do desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes sendo a educação socioemocional um elemento cada vez mais imprescindível para a prevenção dos transtornos mentais que estão ligados diretamente à saúde mental do estudante.

As ferramentas que são usadas para se desenvolver uma inteligência emocional cada vez mais são essências para que os profissionais utilizem as informações, os sentimentos e as emoções de um modo inteligente e que as mesmas

sejam transformadas em ações positivas. O relacionamento é, em grande parte, a capacidade de lidar com as próprias emoções e as dos outros e isso não é nada fácil. Portanto, a inteligência emocional é muito importante para o âmbito organizacional, pois funcionários e principalmente líderes que possuem as habilidades da inteligência emocional se tornam mais eficientes, produzem mais, se relacionam melhor e tomam decisões mais assertivas, assim tendo como consequências melhores resultados, ambiente mais agradável e menos conflitos. Profissionais tomando decisões assertivas, diminuindo conflitos no ambiente de trabalho, resistir a tensões, otimizar os processos tudo isso é resultado do uso da inteligência emocional.

Alunos com habilidades socioemocionais são mais propensos a alcançar sucesso na vida, seja no âmbito pessoal, quanto profissional. Reconhecer suas emoções, reconhecer a emoção do outro e maneiras de lidar, trazem múltiplos benefícios. Trabalhando as competências socioemocionais, a escola estará oferecendo aos alunos ferramentas *antibullying*, que é outro tema urgente nas escolas, assim como impactos positivos na aprendizagem dos alunos. A educação emocional deve ser oferecida pela escola e também pela família do educando, que é o primeiro contato social da criança e o modo como ela é educada, impactará em toda sua vida.

REFERÊNCIAS

BISQUERRA, R. A., “**Educación emocional y bienestar**”. Barcelona, Práxis, 2000, pp. 22-66.

_____, “**Atividades para o desenvolvimento da inteligência emocional nas crianças**”, Barcelona, Arteplural, 2010, p. 243.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 10 jun. 2023.

CASASSUS, J., “**Fundamentos da educação emocional**”, Brasília: UNESCO, Liber Livro Editora, 2009, pp. 201-206.

COOPER, R. Sawaf, A., “**Inteligência Emocional na Empresa**”, Rio de Janeiro, 1997, Campus, p. 19.

CURY, A, “**Pais brilhantes, professores fascinantes**”, Rio de Janeiro, 2003, Sextante, p. 15.

GOLEMAN, D , “**Inteligência Emocional**”, Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 1995, pp. 73 a 75.

_____, **“Inteligência Emocional. A teoria revolucionária do que é ser inteligente”**, Rio de Janeiro. Objetiva, 2007, p. 384.

GOTTMAN, J. C., **“Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos”**, Rio de Janeiro, Objetiva, 1997, pp. 110 a 143.

OLIVEIRA, M. **Inteligência emocional nas organizações: estudo de caso**. São Paulo, 2010.

WEISINGER, H. **Inteligência emocional no trabalho**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.



AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM DISLEXIA

Caroline Pereira

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em ABA - Análise do Comportamento Aplicado ao Autismo, Alfabetização Matemática, Práticas de Alfabetização e Intervenções e em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

RESUMO

O artigo tem a finalidade de retratar um pouco sobre a dislexia que é um transtorno de escrita e de leitura, portanto, um déficit linguístico que dificulta a aprendizagem de leitura, escrita, soletração e decodificação das palavras. A dislexia está muito presente nas escolas hoje e faz-se necessário que os professores estejam capacitados para atender essas crianças da melhor maneira possível. A dislexia, antes de qualquer definição, é um jeito de ser e de aprender; reflete a expressão individual de uma mente, muitas vezes engenhoso e até genial, mas que aprende de maneira diferente das mentes ditas normais. Muito pouco se sabe sobre as causas da dislexia, o que se tem de concreto é que possui fatores genéticos como principal causa e é uma das responsáveis pelo fracasso escolar, trazendo consequências na área social, afetiva e cognitiva do educando, principalmente se ele não for motivado. Cabe ao professor e a família compreender e apoiarem as crianças portadoras de dislexia e é isso que este artigo vem mostrar. Além disso, este artigo trata das dificuldades de aprendizagem encontradas em crianças com dislexia e as principais técnicas que podem pelos professores durante o processo para garantir um processo de ensino e aprendizagem eficaz para as crianças disléxicas. Através do artigo foi possível aprender muito sobre a dislexia e como atuar com essas crianças. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Palavras-chave: Aprendizagem; Escola; Dislexia;.

INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado tem a finalidade de mostrar o que é dislexia, como ela atua dentro da mente humana e principalmente quais as dificuldades de aprendizagem encontradas pelas crianças com dislexia, e algumas técnicas para se trabalhar o com essas crianças a fim de diminuir tais dificuldades.

Nas primeiras páginas deste artigo veremos que a dislexia é um transtorno de aprendizagem que compromete a capacidade de ler, de entender as palavras manuscritas ou impressas, de escrever e de soletrar palavras. No entanto na literatura educacional já disponível, há exemplos de intervenções que surtem efeito satisfatório no processo de ensino aprendizagem dos disléxicos.

Nas páginas finais percebemos que as escolas, os professores, e a família têm um papel muito importante na aprendizagem das crianças com dislexia, principalmente com relação ao lado psicológico da criança quanto a sua autoestima.

E para que os alunos com dislexia aprendam verdadeiramente é preciso que o professor use algumas técnicas como as citadas no decorrer do trabalho, isso se faz preciso, pois as crianças disléxicas aprendem diferente das crianças ditas normais e por isso é preciso que os professores desenvolvam técnicas de ensino diferenciadas para esses alunos, principalmente durante o processo de alfabetização.

No artigo percebe-se que o professor tem um papel chave no processo de ensino/aprendizagem da criança com dislexia é ele quem vai direcionar a criança na leitura e na escrita.

Além disso, o educador deve também estar atento desde as primeiras dificuldades enfrentadas pelos educandos, nos primeiros passos dados durante o processo de alfabetização, para que seja iniciado o diagnóstico e a intervenção devida pelos multiprofissionais, para que assim se evitem problemas mais graves futuramente. Quanto mais precoce é o diagnóstico mais rápido a criança pode ser tratada.

As dificuldades de aprendizagem apresentadas por crianças com dislexia foi o tema escolhido, pois trata de um problema que está virando até “modismo”, hoje, pois qualquer tipo de déficit é entendido como dislexia e tratado como, sem um diagnóstico adequado, é por isso que o trabalho visa mostrar o que é dislexia realmente e quem pode diagnosticar e as técnicas que devemos usar com os disléxicos verdadeiros durante o processo de ensino e aprendizagem.

Para realiza o artigo foi feito uma pesquisa bibliográfica em busca dos principais autores como Bombonato, Bossa, Emília Ferreiro, entre outros. Qual o papel

do educador na identificação da dislexia em sala de aula e quais as atividades voltadas para essas crianças?

O professor deve estar atento a qualquer tipo de dificuldade encontrado por seus alunos durante o processo de aprendizagem, principalmente durante o processo de alfabetização, pois assim ele pode ajudar a diagnosticar os distúrbios e propor intervenção. Pois, quanto mais cedo houver intervenção por profissionais capacitados, menos dificuldades esse aluno terá em aprender.

Após a identificação da dislexia, gestão escolar e o educador devem procurar meios para incluir de fato essa criança na sala de aula, para isso o professor deve pesquisar e propor atividades para que seja amenizado esse tipo de distúrbio. O professor deve realizar um trabalho em conjunto com os profissionais que realizarão o tratamento e a família do educando.

Mesmo realizando atividades diferenciadas, e fazendo tratamento multiprofissional a criança portadora de dislexia, sempre terá o distúrbio, mas com estímulos corretos, e tratamento ela terá uma vida dita “normal”, podendo exercer futuramente a profissão que quiser.

Para realizar um bom trabalho com crianças portadoras de dislexia, o professor deve estar capacitado, isto é deve conhecer o que é dislexia, seus sintomas e os meios de intervenção. Para que com essas informações ele pode trabalhar com o aluno em sala de aula, não deixando que este se sinta excluído e com autoestima baixa e propondo atividades próprias.

Quanto mais cedo a dislexia for diagnosticada, mais cedo acontecerá a intervenção e o tratamento, pois não adianta nada reforços e aulas particulares, pois a dislexia tem todo um tratamento a ser realizado com profissionais capacitados nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, terapia ocupacional e neuropediatra. Como menciona BOSSA,

“Quando se trata de problemas de aprendizagem escolar, de nada adianta medidas como reforço ou a aula particular apenas. Seria como ministrar o antitérmico sem o antibiótico, ou seja, combater a febre sem tratar a infecção”. (BOSSA, 2000, p. 12).

Pois, é preciso que haja tratamento adequado a essas crianças a fim de que possam aprender com qualidade.

Infelizmente muitos educadores ainda possuem um conceito errôneo sobre a dislexia ao acabam rotulando o aluno de preguiçoso, desatento, que não tem vontade de aprender. Fazendo com que o educando se sinta incapaz, tenha sua autoestima diminuída e perca o interesse pela escola, as vezes até ocorre casos de depressão. O

quadro agrava ainda é agravando quando acontece a repetência e como consequência muitas vezes a evasão escolar, tudo isso muitas vezes por não ter um diagnóstico conclusivo de dislexia.

Por isso se faz tão necessário que o professor entenda um pouco sobre os principais distúrbios de aprendizagem e quais os principais sintomas apresentados. E assim possa ajudar no diagnóstico e também propor atividades que o aluno consiga desenvolver e que assim aconteça um aprendizado significativo.

Existem inúmeros casos de pessoas com dislexia que conseguiram vencer os obstáculos e almejar seus objetivos, entre eles pode ser citado Einstein, Picasso, Thomas Edson, Robin Willians e tantos outros. A dislexia não é nenhum empecilho, ela é um distúrbio que deve ser tratado para diminuir os sintomas. E o professor tem um papel importante nesse processo, pois ao mesmo tempo em que ele pode auxiliar o aluno, ele também pode prejudicar se não propor atividade coerentes com a realidade dessas crianças e também se julgar e discriminar.

Por isso se faz tão necessário que o professor entenda o que são os distúrbios de aprendizagem, principalmente os mais comuns como Dislexia e TDAH.

DISLEXIA UM BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO

O termo dislexia foi mencionado pela primeira vez em 1896, quando o Dr. W. Pringle Morgan relatou no jornal, British Medical, o caso de um garoto de 14 anos, que era um menino brilhante e inteligente, porém o garoto possuía uma grande incapacidade em ler. Ele não tinha dificuldades alguma com números, o problema era somente em decifrar as palavras impressas ou escritas, até então esse tipo de transtorno era conhecido como cegueira verbal. Dr. Morgan foi o primeiro a considerar a cegueira verbal sendo uma falha no desenvolvimento em crianças saudáveis e não uma doença que comprometesse todo o desenvolvimento da criança.

Mas foi um médico francês chamado Paul Broca, que através de suas observações, concluiu que o córtex cerebral era base para leitura, ou seja, para linguagem e fala, esse foi o primeiro passo para que se pudesse buscar o mapeamento do sistema neural responsável pela leitura. Pois até então, acreditava-se que a língua era responsável pela capacidade que temos de falar e os olhos responsáveis pela leitura.

Os estudos do neurologista Drake Duane foram os responsáveis para a compreensão da dislexia, pois os estudos mostravam as diferenças entre cérebros de

peessoas consideradas portadoras de dificuldades em decodificação das palavras desde pequenos e daqueles considerados normais. As diferenças apresentadas foram nas estruturas associadas à formação da linguagem e essas se localizam no lado esquerdo do cérebro. (HOUT; ESTIENNE, 2001).

A partir desses estudos, é que se concluiu que a dislexia é proveniente de um erro geneticamente programado, ou seja, mal conectado. É por esse motivo que as crianças passam a ter um problema na decodificação das palavras e possivelmente em sua fala e escrita.

Hoje em dia os estudiosos do tema consideram a dislexia como um distúrbio específico da linguagem, que tem como principal característica a dificuldade de um educando em decodificar ou compreender palavras. Para a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) o transtorno é uma insuficiência do processo fonológica e está incluída geralmente entre as dificuldades de leitura e aquisição da capacidade de escrever e soletrar, ou seja, podemos entendê-la como uma alteração de leitura e da escrita.

A escrita é uma das maneiras pela qual o ser humano se comunica, e existe para o ser humano a partir do momento em que este adquire a leitura. Porém, quando a criança se depara com sinais gráficos que não pode ler nem compreender, a comunicação perde sua função assim como a escrita. A leitura tem o papel de tornar a escrita significativa e deve ser valorizado dentro processo de alfabetização, pois é uma prática social.

A Dislexia é marcado pela dificuldade na aquisição e/ou desenvolvimento da linguagem escrita. Normalmente são crianças que apresentam déficits tanto na decodificação fonológica quanto de compreensão da linguagem oral e/ou escrita que possuem esse distúrbio Essa distúrbio recebe o nome de Dislexia. Segundo Luczinnsky:

Dislexia é muito mais do que uma dificuldade em leitura, embora muitas vezes, ainda lhe seja atribuído este significado circunscrito. Refere-se à disfunção ou dano no uso de palavras. O prefixo “dys” do grego significando imperfeita, como disfunção imperfeita, isto é uma função anormal ou prejudicada; “lexia”, do grego, referente ao uso de palavras (não somente em leitura) (2003, p.134)

Portanto, segundo o autor a dislexia é um distúrbio das palavras e da leitura, e as manifestações do distúrbio de escrita e leitura são evidentes durante o aprendizado da leitura e escrita, já nos anos pré-escolares podem aparecer alguns sinais de

dificuldades mais amplas de linguagem tais como vocabulário pobre, uso inadequado da gramática e dificuldades no processamento fonológico.

Vale ressaltar que é nos anos iniciais da escolaridade durante o processo de alfabetização, que eles aparecem com mais intensidade, pois além de dificuldades no reconhecimento das palavras e de compreensão na leitura, podem aparecer também dificuldades em manter a atenção e narrar fatos e acontecimentos, e problemas de compreensão do discurso, com frequência, as crianças apresentam uma relação de sofrimento com a escrita, desinteresse pelas atividades de leitura e escrita, desconhecimento acerca de suas funções, frustrações e até inseguranças geradas pelos erros que cometem enquanto estão na posição leitor e escritor.

A dislexia possuem causas diversas, que podem ser orgânicas, psicológicas, pedagógicas ou socioculturais.

Alguns estudiosos acreditam que pode haver distúrbios de leitura e escrita que vai além do processamento fonológico, comprometendo o vocabulário, a morfossintaxe e até a própria compreensão do texto. Porém esses sintomas ficam mais visíveis na época da alfabetização, porém esses transtornos podem já estar presentes desde muito cedo na vida da criança, com limitações até mesmo na compreensão oral. Neste sentido, o que está sendo descrito como distúrbios de leitura e escrita parece corresponder à categoria dos transtornos ou distúrbios de aprendizagem uma vez que configuram problemas que vão muito além do domínio específico de aprender a ler e a escrever, com prejuízos em vários aspectos da linguagem, tanto oral quanto escrita.

Com a intervenção dos profissionais capacitado promovendo o entendimento da funcionalidade da escrita e da leitura, e no estabelecimento de uma relação satisfatória e prazerosa na elaboração, interpretação e organização de textos, a criança consegue aprender a ler e a escrever, porém é preciso um diagnóstico precoce para que a criança sofra as intervenções corretas, no período correto.

O distúrbio da leitura e escrita pode ser denominado também como dislexia, embora alguns estudiosos acreditar ser equivocado chamar esse distúrbio de dislexia.

Nos casos de Distúrbios Específicos de Leitura e Escrita (ou Dislexias), o processo de desenvolvimento inicial da criança não apresenta alterações. Dificuldades significativas começam a surgir no aprendizado da leitura escrita, desde o início do processo de alfabetização.

As crianças com dislexia apresentam dificuldades na correspondência entre som e letra, o que ocasiona prejuízos significativos para a escrita e para a leitura. O nível de leitura é geralmente abaixo do esperado para a escolaridade do educando, ele também troa muitas letras como por exemplo: d, pelo t, entre outras. Na criança com

dislexia não há problemas neurológicos, cognitivos, emocionais ou educacionais que justifiquem tais dificuldades apresentadas.

As dificuldades encontradas pelas crianças com dislexia se apresentam na leitura e na escrita, porém, pode haver comprometimento das funções expressivas e de processamento de informações.

Catts e Kahmi (1999) acreditam que a dislexia que é a um distúrbio de desenvolvimento da linguagem, marcado por um déficit no processamento fonológico, o qual seria o responsável pelas dificuldades na decodificação e correspondência entre letras e sons. As dificuldades procedem de compreensão de textos, nestes casos, das limitações na decodificação. Mas se, esses mesmos textos, forem apresentados oralmente, poderiam ser bem compreendidos, revelando que os aspectos semânticos estão preservados.

DIFERENTES FORMAS DA DISLEXIA

Os estudiosos apresentam basicamente três tipos de distúrbios específicos relacionados à dislexia: o distúrbio da leitura, o distúrbio da matemática, o distúrbio da expressão escrita.

Distúrbio de leitura e de escrita: é uma denominação bem genérica, usada para definir as alterações que impedem ou dificultam a aquisição e continuidade do processo de leitura e escrita, variando segundo a etiologia e sintomatologia pode apresentar-se de muitas formas. O distúrbio da escrita: são aqueles distúrbios neurológicos que afetam especificamente a produção da escrita e podem aparecer de maneira isolada ou combinados a outras patologias como, por exemplo, a dislexia (uma dificuldade na aprendizagem da leitura, na escrita ou no cálculo). Ou seja, é a forma de dislexia mais comum que encontramos. E com as principais características já citadas acima.

A discalculia é um distúrbio que afeta o aprendizado de matemática por parte do educando, porém ele não afeta a contagem de números, mas assim o raciocínio lógico matemático, bem como na resolução de situações problemas e expressões numéricas.

Segundo Kosci (1974) a discalculia é uma desordem estrutural das habilidades matemáticas e sua possível origem são desordens genéticas nas partes cerebrais onde se desenvolvem as habilidades matemáticas.

Já para BOMBONATTO, (2006, s/p.) “A discalculia apresenta-se como uma imaturidade das funções neurológicas ou uma disfunção sem lesão”.

O que se sabe é sobre a discalculia que ela é um o distúrbio que afeta a capacidade da criança em operar com os números e de calcular de forma ágil e precisa. Esse distúrbio atinge ente 5 a 8% da população geral.

O distúrbio apresenta inúmeros sintomas, porém, o diagnóstico só poderá ser feito profissionais habilitados como psicopedagogos, psicólogos, etc. As discalculia possui uma série de sintomas que podem aparecem em conjunto ou não.

A criança permanece usando estratégias de contar todos os números para realizar operações como $3 + 6$, a criança conta 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7,8. 9), isso podemos perceber nas séries mais avançadas ainda após o 4º ano.

Além disso o educando apresenta dificuldade em armazenar e recuperar fatos básicos, das quatro operações como, por exemplo, o resultado das tabuadas. A criança com discalculia também apresenta dificuldade em alinhar os numerais na contas verticais; como por exemplo colocar dezena embaixo de dezena e assim por diante.

Apresenta também dificuldade em entender e lembrar os diferentes procedimentos sequenciais em cálculos com números multidígitos. Além disso, o educando apresenta também dificuldade em compreender e usar conceitos e fórmulas tais como expressões numéricas, a criança parece entender o problema o educador está demonstrando, porém quando ele próprio precisa usar o conceito, fica confuso e a informação não pode ser acessada em seu cérebro. O educando com discalculia apresenta inconstância no desempenho em cálculos aritmético, em certos momentos sabe e em outros momentos não consegue realizar os cálculos sozinho. Esses segundo Johnson e Myklebust (1987), são as principais características encontradas na discalculia.

Ainda não há uma definição precisa sobre as causas desse distúrbio, o que provoca uma discussão sobre a influência dos fatores genéticos e/ou ambientais no seu desenvolvimento. Alguns estudiosos acreditam que a discalculia, assim como os demais transtornos de aprendizagem, tem um forte componente familiar, sugerindo o papel da genética durante a evolução desse tipo de transtorno, outro item a ser considerado é o uso de álcool durante a gravidez. Porém, alguns componentes ambientais tem se mostrado como possível causa, como características dos alunos (como falta de motivação), o papel do professor, problemas relacionados com a prática instrutiva e com o currículo escolar, além do contexto, no qual a criança aprende e ansiedade em relação à aprendizagem de matemática.

O diagnóstico desse tipo de transtorno ainda é clínico, e ocorre através de uma avaliação do desempenho da criança em relação à matemática, para verificar se ela está abaixo do nível esperado para sua faixa etária, também é avaliado se a criança não apresenta nenhum outro tipo de transtorno ou síndrome que justificariam a dificuldade em matemática, esse diagnóstico só pode ser fechado após a 3ª série, antes disso podem aparecer dificuldades evolutivas do processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação deve ser realizado por meio de profissionais qualificados como psicólogos e psicopedagógicos. Depois de feito o diagnóstico é necessário realizar a intervenção por parte de uma equipe multidisciplinar que ajudará o aluno a enfrentar tais dificuldades relacionadas ao ensino de matemática.

Não há ainda meios de se prevenir esse tipo de transtorno, mas as pesquisas já mostram possibilidade de identificação precoce dos transtornos de matemática, com a identificação precoce da discalculia a escola pode organizar situações de ensino que amenizem o transtorno e as repercussões que ele traz para a vida dos educandos afetados pelo transtorno. O professor deve proporcionar auxílios específicos que amenizem ou até mesmo resolvam o problema, ou pelo menos possamos prevenir pelo menos nas crianças em situação de riscos.

Depois que a criança passa por todas as fases de aquisição da escrita e chega à fase alfabética, pode-se dizer que teve início o processo de alfabetização, sendo que o desafio passa a ser o domínio das regras que determinam as convenções da escrita, isto é, a ortografia e como correto de se escrever as palavras. É nesse período que esse transtorno começa a surgir.

No transtorno da expressão escrita, existe uma combinação de dificuldades na capacidade de se compor textos escritos, evidenciando muitos erros de gramática e pontuação das frases, má organização dos parágrafos, muitos erros ortográficos e ainda pode haver uma fraca caligrafia, além de outros prejuízos na expressão escrita.

Em comparação com outros Transtornos de Aprendizagem, sabe-se relativamente menos acerca do Transtorno da Expressão Escrita e sobre o seu tratamento, particularmente quando ocorre na ausência de Transtorno de Leitura. Existem evidências de que déficits de linguagem e perceptomotores podem acompanhar o transtorno de expressão escrita.

No distúrbio de leitura a capacidade de expressão escrita apresenta-se muito inferior a idade cronológica, a capacidade intelectual e o nível de escolaridade da criança. Além disso a criança apresenta dificuldade na expressão escrita da criança, de modo muito significativo e nas atividades cotidianas que requerem habilidades de

escrita, como por exemplo, escrever frases gramaticalmente corretas e parágrafos organizados.

Se a criança apresenta algum outro tipo de déficit sensorial, as dificuldades de escrita se excedem ainda mais do que a eles estão associados; As pessoas portadoras desse distúrbio têm dificuldade de aprender e de desenvolver as habilidades de escrita. É uma alteração na planificação da linguagem escrita, causando dificuldades no aprendizado da ortografia, gramática e redação.

Além, de muitos erros gramaticais a pessoa com esse distúrbio possui um traçado incorreto da letra, lentidão na escrita, alteração no espaço, sujeira e falta de clareza na escrita.

Muitas crianças também reclamam de dores nas mãos e nos braços, pois, realizam muita força para escrever. As pessoas que sofrem com esse transtorno também denominado de disortografia, tendem a escrever textos curtos, tendem a ter dificuldade no uso de coordenação e subordinação das orações, além de dificuldade na percepção de sinais de pontuação, e falta de vontade para escrever. As pessoas tendem a trocaras letras, como exemplo a invés de escrever todos, escreve totos, além da omissão de letras como no caso chuva forte, por chua fote, etc.

A disortografia pode aparecer sozinha, isso ocorre quando a pessoa lê e escreverem, porém não consegue desenhar a letra de forma clara e limpa, ou pode aparecer junto com a dislexia.

Quando a disortografia aparece sozinha ela pode ser ajudada com um caderno de ortografia, que pode auxiliar a percepção de coordenação motora da criança e, conseqüentemente melhorar o desempenho na escrita. Mas algumas pessoas com precisam de atividades mais específicas e mais eficazes necessitam de intervenção fonoaudiológica o quanto antes possível, para evitar o fracasso escolar e a diminuição da autoestima dessas crianças.

O distúrbio é avaliado por fonoaudiólogas e a crianças terão um tratamento para que o distúrbio não seja o vilão de sua aprendizagem. É importantíssimo que a criança seja estimulada com exercícios para os ombros, cotovelos, punhos, mãos e dedos, para isso pode se usam bolas, petecas, brinquedos, exercícios de relaxamento, percepção corporal, pranchas de equilíbrios, materiais como tinta, massa de modelar, jogos, etc.

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS DA CRIANÇA COM DISLEXIA: A DISLEXIA NA ESCOLA

A criança com dislexia tem dificuldade de compreender o que está escrito e de escrever o que está pensando. Quando tenta expressar-se no papel o faz de maneira incorreta fazendo com que o leitor não compreenda suas ideias e por muitas vezes nem a sua letra é de fácil compreensão.

O cérebro das crianças disléxicas, devido às falhas nas conexões cerebrais do lado esquerdo, não funciona da mesma forma que as crianças ditas normais. No processo de leitura os disléxicos só recorrem à área cerebral que processa fonemas. Por isso, as crianças com dislexia têm dificuldade em diferenciar fonemas de sílabas, pois a região cerebral responsável pela análise de palavras permanece inativa. Suas ligações cerebrais não incluem a área responsável pela identificação de palavras e, portanto, a criança disléxica não consegue reconhecer palavras que já tenha lido ou estudado. A leitura se torna um grande esforço para ela, pois toda palavra que ela lê aparenta ser nova e desconhecida.

Por causa dessa diferença no funcionamento cerebral detectada nas crianças com dislexia, cabendo à escola e ao professor, ser verdadeiramente uma escola inclusiva e, introduzir o educando com dificuldades dentro da sala de aula e fazendo com que o educando sinta-se parte da escola e da sala e interaja com os demais alunos e com os adultos. Porém o educador deve realizar um trabalho diferenciado, onde garanta atividades diferenciadas que condizem com o grau de compreensão do aluno, porém a criança nunca deixará de ser disléxica, mas poderá ter uma vida escolar quase “normal”, podendo aprender a ler e escrever como os demais, apesar das dificuldades que possui. Existem grandes nomes da história que tiveram dislexia com Albert Einstein, Van Gogh, entre outros. Portanto, com o auxílio da família, dos professores, dos profissionais qualificados e da escola o educando pode aprender e ter muito sucesso na carreira que escolher.

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DURANTE A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DISLÉXICAS

É preciso que o educador seja muito paciente para lidar com as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, principalmente não os rotulando e os motivando diária, e atendendo as necessidades que eles apresentam propondo atividades diferenciadas. As crianças que têm dislexia não devem ser alfabetizadas pelo método tradicional, pois elas não conseguem internalizar o todo, precisam ter um trabalho individualizado, com atividades lúdicas e que tenham bastante repetição, para alfabetizar tais crianças pode e usar o método fonético, pois sua dificuldade está,

principalmente, em fixar os fonemas. O professor deve propor leitura de livros que tenham uma simples compreensão, aumentando devagar o conteúdo dos mesmos e só chegar a livros mais complexos quando achar que o educado já está preparado ou capacitado para ter esta compreensão.

O trabalho de alfabetização deve ser realizado juntamente com a família da criança disléxica. Primeiramente, para que a criança com dislexia seja bem atendida e consiga se alfabetizar é preciso um diagnóstico real do problema se a escola perceber que a criança tem algum problema relacionado à aprendizagem, o educador deverá encaminhar a criança para profissionais qualificados para que esse emitam um laudo.

É preciso valorizar todo e qualquer esforço e interesse demonstrado pela criança dislexia, respeitando seu ritmo, pois ela necessita de mais tempo para compreender o que é para ser feito, do que uma criança dita normal, e para isso o educador precisa ser paciente e ter força de vontade para ajudar este educando, pois não existe um método específico e único para alfabetizar as crianças com dislexia.

Mas, para que isso aconteça o professor primeiro precisa conhecer o assunto e buscar informações com pessoas conhecedoras do assunto como, por exemplo, profissionais qualificados para daí elaborar atividades para esta criança, sendo que, nenhuma criança com dislexia é igual, todos tem suas peculiaridades bem como pontos positivos e pontos a ser desenvolvidos, para isso o professor deve desvenda o seu educando. O professor acima de tudo precisa ter calma com este aluno, pois ele será mais lento que os demais, e é preciso dar mais tempo para ele fazer a prova, copiar a

Para que o educando com dislexia seja alfabetizado com qualidade e aprenda durante todo o processo de ensino aprendizagem no decorrer dos anos letivos é preciso que a escola esteja verdadeiramente aberta a receber as diferenças e que ocorra a colaboração e troca de ideias incessante de professores e colegas, em busca do prazer em ler e aprender das crianças disléxicas, pois os professores é que farão a diferença na vida de cada criança disléxica.

ESTRATÉGIAS QUE PODEM AJUDAR CRIANÇAS COM DISLEXIA DURANTE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os alunos com algum tipo de dislexia não são crianças incapazes, apenas apresentam alguma dificuldade para aprender, por inúmeros fatores. São crianças que tem um nível de inteligência bom, não apresentam problemas de visão ou audição, são emocionalmente bem organizadas e fracassam na escola.

Para Guerra (2001) crianças com dislexia não são deficientes, não são incapazes e, ao mesmo tempo, demonstram dificuldades para aprender. Incapacidades de aprendizagem não devem ser confundidas com dificuldades de aprendizagem.

As crianças com tais dificuldades de aprendizagem precisam de apoio multidisciplinar paralelo ao ensino regular para garantir aprendizagem; diagnóstico só pode ser concluído após os 9 (nove) anos de idade, pois o erro normal naturais das fases iniciais do processo de alfabetização devem ser confundidos com os distúrbios de aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) garante a esses alunos atendimento educacional especializado, cabendo a cada prefeitura desenvolver esse trabalho, precisamos saber se as Prefeituras realmente estão desenvolvendo.

As crianças, que seguem apresentando dificuldade mesmo após concluir o primeiro ciclo do ensino fundamental, dificuldades intensas e persistentes para ler textos, sempre trocam as letras das palavras e não consegue transmitir o que aprendeu por meio da escrita pode apresentar dislexia ou disortografia, ou até ambas. Já o educando que, na mesma etapa do ensino, não consegue memorizar tabuadas e sequer fazer contas simples talvez seja portador de discalculia.

A dislexia, a disortografia e a discalculia trazem dificuldades ao processo de ensino e aprendizagem e pode até ser agravado dependendo de como ele for tratado. Mas, se atendidos da forma correta, e estimulando corretamente por meio do suporte de equipes pedagógicas multidisciplinares, os educandos com esses transtornos tendem a superar os obstáculos e a concluir a vida estudantil.

Alguns sintomas que costumam estar associados à dislexia e disortográfica - entre eles a escrita espelhada, os erros ortográficos e a dificuldade na separação de sílabas - fazem parte do processo natural de aprendizagem.

Todas as crianças passam por essas fases. Porém, os educandos disléxicos, no entanto, geralmente são aqueles que cometem erros não esperados à série em questão, e a faixa etária que estão.

Assim, para fazer um diagnóstico correto, é preciso ter uma compreensão complexa da situação da criança, descobrindo os fatores emocionais que influenciam o processo de aquisição da linguagem, de que forma ela aprende e o método que está sendo usado. A relação da família da criança com a linguagem também deve ser considerada, pois muitas não têm acesso à leitura e à escrita em casa é isso é algo que pode dificultar a alfabetização.

Pois, como afirmado em Ferreiro (1998), a criança aprende a importância da escrita e leitura vendo os outros lendo e tendo contato com materiais escritos e se isso não acontece em casa pode dificultar no processo de aprendizagem.

O professor deve estar atento aos sintomas dos distúrbios, porém ele não tem condições de realizar um diagnóstico, pois é preciso o envolvimento de psicopedagogos, fonoaudiólogas, neuropediatras, pois a dislexia, a disortografia e discalculia são distúrbios neurológicos. Além disso, hoje em dia, qualquer dificuldade de aprendizagem é tida como dislexia ou discalculia precisou tomar muito cuidado com diagnósticos equivocados que podem atrapalhar as crianças com dificuldades.

Após o diagnóstico já concluído o professor deve tomar certas atitudes em relação aos alunos com distúrbios de aprendizagem, como por exemplo:

1-Não chamar a atenção para os erros da criança com dislexia, disortográfica ou discalculia perante o resto da sala;

2-Não devolver trabalhos ou avaliações com várias correções em vermelho;

3-Não pedir que as crianças leiam ou façam operações de matemática perante a sala toda;

Isso quer dizer que a correção das avaliações feitas, por exemplo, deve ser feita em conjunto com o aluno, para que ele saiba onde errou e não se sinta reprimido pela escrita ou pelos números.

No caso das avaliações, o ideal é realizá-las oralmente, ou por meio da mediação de um professor, que pode ler as questões em voz alta para o educando, que também deve ter mais tempo para concluir as avaliações, ou trabalhar com textos mais curtos em relação ao resto da classe.

Além disso, a equipe gestora da escola precisa apoiar os educadores que tenham alunos com distúrbios de aprendizagem, prevendo no planejamento letivo tempo a mais para que ele passe com os educandos que apresentam tais transtornos.

O professor que tem alunos com distúrbios de aprendizagem deve desenvolver algumas estratégias para que eles consigam aprender. Mesmo adotando estratégias diferenciadas para os alunos com transtornos de aprendizagem, o professor deve tomar cuidado para não estigmatizá-los nem excluí-los das atividades propostas para o restante da sala.

No caso da elaboração de um cartaz, por exemplo, o estudante pode ser incumbido de ilustrá-lo. Se os educandos precisam ler textos em voz alta na sala de aula, o professor deve passar um dia antes um trecho menor a esse jovem, para que ele treine em casa e, na sala de aula, consiga realizar a tarefa pedida sem sofrer constrangimento. Não se pode pedir a um educando com dislexia que leia um texto em voz alta de improviso, já que ele precisa organizar essa leitura antes. Caso contrário, corre o risco de ser ridicularizado pelos demais alunos da sala.

O professor deve sempre repensar suas metodologias e técnicas de ensinar, para que não atrapalhe seus alunos e que consiga fazer com que seus alunos aprendam de forma eficaz e com qualidade. O aluno deve perceber no professor um aliado alguém com que possa tirar dúvidas, pedir-lhe opinião ou mesmo ajuda.

Para isso, as escolas devem buscar formas de prevenção nas propostas de trabalho, preparar os professores para entenderem seus alunos, diferenciar um a um, respeitar o ritmo de cada um. A escola deve ser um ambiente onde as crianças possam se sentir amadas, alegre e incluídas numa sociedade. Não exclusas e tristes como acontece em muitas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do artigo concluiu-se que a dislexia é um transtorno de aprendizagem que tem como causas atualmente estudadas hoje, a genética e neurológica, ou seja, os últimos trabalhos desenvolvidos a respeito da dislexia resultam que existem processos cognitivos e psicolinguísticos que se desenvolvem na etapa pré-escolar e que são decisivos para o aprendizado da leitura na criança e que as crianças disléxicas tem esse aprendizado comprometido.

O mais importante nos casos de dislexia é que a criança se sinta confiante e segura e com a sua autoestima elevada, para que consiga superar os problemas causados pelo transtorno da dislexia e consiga aprender de forma plena.

Como pudemos perceber durante a execução deste artigo, é que existem inúmeras atividades que podem ser adotadas para alfabetizar as crianças disléxicas e até no tratamento de crianças disléxicas, incluindo-se fatores como, animar e elogiar sempre a criança pelos seus talentos e atitudes mesmo que sejam mínimos, evitando colocá-la em situações de fracasso ou de expô-la de mais, como pedir para que ela leia em voz alta perante a sala no começo do seu tratamento; outro ponto é favorecer a aprendizagem através da utilização de métodos baseados nas faculdades auditivas, visuais, táteis e de movimento; bem como dar tempo extra na realização das atividades e tarefas, além de períodos de descanso, permitindo a utilização de equipamentos como calculadoras e tablets se necessário ou avaliações e atividades orais.

Com a execução deste artigo, observamos também que já foram desenvolvidos diversos programas para auxiliar pessoas com dislexia, porém não existe um só método que seja adequado para todas as crianças, pois, existem diferentes tipos de dislexia como a disgrafia, discalculia, etc., porém a maioria dos métodos enfatizam a assimilação de fonemas, o desenvolvimento do vocabulário, a melhoria da

compreensão e fluência na leitura. Através desses itens, é possível auxiliar a criança disléxica a reconhecer sons, sílabas, palavras e frases. É recomendável e de grande importância que elas realizem leitura em voz alta com um adulto para que ele possa corrigi-la, porém deve se tomar muito cuidado com isso, para que a criança não se sinta intimidada ou constrangida com essa situação.

Por fim, é importante mencionar que o auxílio às crianças com dislexia quanto à leitura é bastante, árduo e exige muita atenção e repetição, porém um bom tratamento exige atenção, carinho, respeito e pode resultar em bons resultados.

REFERÊNCIAS

ABD - **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA**. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br>. Acesso em: 10 jul 2023.

ALMEIDA, Mariana S. Rodrigues. **Dislexia** In: E-aprender. 2002. Disponível em: <http://eaprender.ig.com.br/ensinar.asp?RegSel=115&Pagina=1#materia>. Acesso em: 20 jul 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 2006. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BOMBONATTO, Q. & MALUF, M. I. M. **História da Psicopedagogia e da ABPp no Brasil. de um estilo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BOSSA, Nádia. **Dificuldades de aprendizagem: o que são? Como tratá-las?** Porto Alegre: Artimed, 2000. CIASCA, S. M. (org.) **Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, 220p.

CATTS, H.W., KAHMI, A.G. **Language and reading disabilities**. Boston: Allyn Bacon, 1999.

CORREIA, L. M. **Escala de Comportamento Escolar**. Porto: Porto Editora, 1983.

CIASCA, S. M.; RIBEIRO, M. V. L. de M. **Avaliação e manejo neuropsicológico da dislexia**. In: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. dos S. **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

CHESS, S.; MAHIN, H. **Princípios e Prática da Psiquiatria Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

COELHO, D. T. **Dislexia, disgrafia, disortográfica e discalculia**. Portugal. Porto: Areal Editores, 2012.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **A História não Contada dos Distúrbios de Aprendizagem**. Campinas: Papyrus, 1993. p. 31-48.

FELIPE, Sione Maschio; BENEVENUTTI, Zilma Sansão. **Dificuldade de aprendizagem**. UNIASSELV. Revista Maiêutica pedagogia, v. 01, n. 01, 2013. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/index/index> Acesso em: 03 ago. 2023.

FERREIRO, Emília, **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo, Cortez, 2001.

FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985

FERNANDEZ, A. **A inteligência aprisionada: Uma abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2ª Ed, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FRANÇA, C. apud NUTTI, J. Z. **Distúrbios, Transtornos, Dificuldades e Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: UNESP, 1995.

FERNANDEZ, A. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GARCIA, J.N. **Las dificultades de aprendizaje y otros transtornos Del desarrollo**. In Futuro Eventos (org.) Livro do 6º Simpósio Nacional sobre Distúrbios de Aprendizagem. São Paulo, 2003, 157-17.

GARCIA, J.N. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre, Artimed, 1998.

GARCIA, V. **Disléxicos Famosos 2010**. Disponível em: <http://www.deficienteciente.com.br/2010/05/lista-de-dislexicos-famosos.html> Acesso em: 09 jul. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HOUT, Anne Von; ESTIENNE, Françoise. **Dislexias: descrição (avaliação), explicação e tratamento**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

JOHNSON, D.J e MYKLEBUST, H.M. **Distúrbios de aprendizagem: princípios e práticas educacionais**. Tradução Marília Zanella Sanvicente. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

KIRK, S. A. **Educating Exceptional Children**. Boston: Houghton Mifflin, 1962

KOSC, Ladislav. **Developmental dyscalculia**. *Journal of Learning Disabilities*, v. 7, p. 164-177, 1974.

MARTINS, V. **O papel da família na aprendizagem da leitura.** Revista Espaço Acadêmico, v.2, n.22, mar. 2003.

MARTINS, V. **Dislexia e mau-leitor: as diferenças.** In: Centro de Referência Educacional. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/mauleitr.htm>. Acesso em: 15 jul 2023.

OLIVEIRA, Roberto de. **Maioria tem diagnóstico tardio de dislexia.** Folha de São Paulo, 04 jul. 2004. Cotidiano

PESTUN, Magda S. V. **Avaliação psicopedagógica em dislexia: Um estudo de caso.** Revista de Psicologia Social e Institucional, Londrina, v.1, n.1, Jan. 1999.

SOUZA, E. M. **Problemas de aprendizagem – Crianças de 8 a 11 anos.** Bauru: EDUSC, 1996.

STOWE, Cynthia M. **How to reach & teach children & teens with dyslexia.** San Francisco: Jossey-Bass, 2000

STRICK, C. e SMITH, L. **Dificuldades de aprendizagem de A Z – Um guia completo para pais e educadores.** Porto Alegre: ARTMED, 2001

TAVARES, H. V. **Apoio pedagógico às crianças com necessidades educacionais especiais,** São Paulo, 2008, disponível em <http://www.crda.com.br/tccdoc/43.pdf> Acesso em 11 jul 2023.

VIZIM, M. **“Educação Inclusiva: O Averso e o Direito de uma mesma realidade”**, In: Políticas Públicas: Educação, Tecnologias e Pessoas com Deficiências, Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, Campinas/SP, p. 49-71, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRINCAR HEURÍSTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES COM MATERIAIS NÃO ESTRUTURADOS



Bruna Marins

Formada em Pedagogia, Especialista em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Física.



Renata Corrêa Fidêncio Ferreira

Formada em Pedagogia



Vanélli Pires Amaro

Formada em Pedagogia, com Mestrado em Educação.

RESUMO

Na sociedade atual, a brincadeira é uma ação relacionada à infância. Com os avanços nos estudos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem, percebe-se cada vez mais que esta atividade pode ser uma experiência potente e rica em possibilidades de aprendizagem nesta fase inicial da vida. A educação infantil deve considerar a brincadeira como um eixo norteador das práticas pedagógicas, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), sendo uma atividade intencional e que demanda planejamento dos educadores. Assim, é necessário que nas instituições de educação infantil, considerando a relevância da brincadeira, sejam oportunizadas diferentes experiências com a brincadeira para as

crianças. Nesse sentido, o brincar heurístico, por meio de materiais não estruturados, configura-se uma possibilidade de criar contextos lúdicos para brincadeiras ricas em possibilidades de exploração e investigação para as crianças, colaborando com seu desenvolvimento e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil; Brincadeira e Brincar Heurístico.

INTRODUÇÃO

A educação infantil, como primeira etapa da educação básica, apresenta-se com características e organizações distintas de outras etapas da educação, principalmente pelas às especificidades da faixa etária. Com os avanços nas pesquisas e estudos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem, verifica-se cada vez mais que a brincadeira pode ser uma experiência rica em possibilidades de descobertas, interações, desenvolvimento e aprendizagem. Brincar não é apenas um momento presente na rotina da educação infantil, mas faz parte dos eixos estruturantes das práticas pedagógicas desta etapa, como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009). No entanto, é imprescindível que as propostas com brincadeiras sejam intencionais e planejadas, atendendo às necessidades e potencialidades das crianças. Assim, no cotidiano escolar a brincadeira deve estar presente de diferentes formas e com diferentes organizações e materiais, proporcionando oportunidades de aprendizagem. Nessa perspectiva, o uso de materiais não estruturados apresenta-se como uma forma de proporcionar experiências de pesquisa, investigação e criatividade nas brincadeiras.

BRINCAR

Ao falar de infância não há como desvincular a brincadeira como algo muito presente nesta fase da vida. Em diferentes culturas e contextos, podemos encontrar as crianças brincando de diversas maneiras. Apesar de ser uma atividade que para as crianças seja um momento de satisfação, prazer e alegria, a brincadeira também é considerada como uma atividade importante durante a infância, tanto que segundo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – (BRASIL, 1990), em seu artigo 16º, a brincadeira é também um direito a ser garantido.

O brincar tem recebido cada vez mais ênfase nos estudos e pesquisas sobre a educação infantil. Esta etapa da educação, que muitas vezes ainda recebe influências de outras etapas, com práticas escolarizantes e que antecipam conteúdos que ainda serão vivenciados pelas crianças no Ensino Fundamental, tem sido foco de estudos que buscam revisar suas concepções e identificar propostas que realmente atendam às necessidades dessa faixa etária, bem como o objetivo da educação infantil, trazendo a brincadeira como uma ação de grande importância na infância, conforme destaca Kishimoto:

“Para a criança, o brincar é a atividade principal do dia-a-dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver”. (KISHIMOTO, 2010, p. 1)

Presente também nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), a brincadeira deve compor as práticas pedagógicas da educação infantil, fazendo parte do planejamento das propostas. Sua realização demanda organização que envolve tempo, espaço e materiais que devem ser pensados intencionalmente, como destaca a BNCC:

“Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais”. (BRASIL, 2018)

Desde bebês percebemos o interesse e o prazer das crianças ao brincar. Porém esta não é uma ação simplesmente natural, mas aprendida por meio das interações que as crianças estabelecem com os adultos e com outras crianças. Deste modo, o espaço institucional de creches e pré-escolas pode ser um ambiente muito potente em proporcionar experiências com a brincadeira.

Para tanto, o conhecimento sobre o modo como as crianças dessa faixa etária se desenvolvem e aprendem e como proporcionar situações lúdicas adequadas e

diversificadas para a brincadeira torna-se essencial para os educadores que atuam na educação infantil.

BRINCAR NA ESCOLA

Ao observar uma instituição de educação infantil possivelmente serão encontrados diversos momentos em que a brincadeira está presente. Mas quando o objetivo é que a brincadeira favoreça o desenvolvimento e a aprendizagem é necessário considerar a intencionalidade das propostas.

No contexto de vida atual é comum que muitas crianças tenham acesso a meios tecnológicos para brincar e entreter-se. As telas e brinquedos tecnológicos, que realizam muitas funções já programadas, têm feito parte da rotina familiar como meios de estimular ou mesmo manter as crianças “mais calmas” sem a atenção dos adultos. Perante essa realidade, também se destacam estudos sobre os riscos que as telas trazem para as crianças e a importância de evitar ou limitar o seu uso, principalmente para as crianças pequenas, conforme destaca A Sociedade Brasileira de Pediatria no Manual de Orientações Menos Telas Mais Saúde (2019).

Diante desse panorama, o brincar na escola pode ser uma atividade ainda mais necessária para muitas crianças, pois pode contemplar experiências diversificadas que muitas vezes as crianças só terão oportunidade de vivenciar nesse espaço.

“A possibilidade de a criança pequena crescer, de modo social, cognitivo e afetivo, está estritamente ligada à qualidade das suas experiências lúdicas.” (BECCHI, p. 24). Assim, é imprescindível que as propostas de brincadeiras sejam planejadas e priorizadas pelos educadores. A escolha do espaço, dos materiais e brinquedos, do tempo que vai durar a proposta devem ser feitos com intencionalidade educativa, pautada em conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil.

Ao realizar propostas com os bebês e crianças pequenas é preciso ainda compreender que detalhes podem fazer muita diferença na brincadeira. A escolha dos materiais e brinquedos é um dos aspectos que pode favorecer ou limitar o brincar das crianças.

É comum ao pensar na brincadeira nas instituições de educação infantil que sejam necessários muitos brinquedos para que as brincadeiras possam acontecer. Os brinquedos industrializados ou artesanais realmente possibilitam muitas formas de brincar. Qual criança não aprecia brincar com bonecas, carrinhos, dinossauros, panelinhas, entre outros brinquedos tão conhecidos? Mas apesar de possibilitar muitas brincadeiras, estes brinquedos já inspiram um contexto pronto para brincar,

apresentando certa função já prevista para a brincadeira, por exemplo: painelinhas para brincar de fazer comida. E apesar de essa previsibilidade de como brincar com os brinquedos não ser um aspecto negativo, há ainda mais possibilidades de brincar que as crianças precisam vivenciar para estimular outras habilidades.

Nesse sentido, podemos diversificar o recurso utilizado para as brincadeiras com materiais que não sejam brinquedos. As crianças apresentam em geral muita curiosidade por aquilo que não é brinquedo. Quando bebês, tentam explorar as painelas dos armários, uma caixa de papelão, o controle remoto da TV; ao ficarem maiores, podem ter interesse por outros objetos ou materiais presentes em suas casas ou nas instituições de educação infantil.

Isso se deve ao interesse de explorar o mundo ao seu redor, conhecer os materiais, suas formas, texturas, sons, enfim, suas características e possibilidades de exploração. “Os materiais definem-se, então, como objetos mediadores das diversas situações, com referência ao incremento das competências e às novas curiosidades infantis.” (BECCHI, p. 34). Assim, aproveitando esse interesse e curiosidade natural da infância, temos a possibilidade de oferecer esses materiais para as crianças criarem formas de brincar. Materiais como: sucatas, utensílios de cozinha, caixas, elementos da natureza (como galhos, pedras, folhas, etc.), são alguns tipos de materiais que as crianças podem utilizar para brincar, respeitado os aspectos de segurança e adequação para faixa etária.

Estes materiais têm sido chamados de materiais não estruturados, por não terem uma função específica, como o brinquedo, por exemplo, mas possibilitam a exploração e a brincadeira de forma distinta do que geralmente as crianças têm com os brinquedos, ampliando suas descobertas e aprendizagens, pois elas precisam descobrir os materiais para criar formas de brincar.

MATERIAIS NÃO ESTRUTURADOS E O BRINCAR HEURÍSTICO

Os materiais não estruturados são “materiais que não foram concebidos como brinquedos ou material didático e não têm, no cotidiano das crianças dentro da escola, uma função pré-estabelecida ou uma utilização exclusiva.” (CEDUC, 2020). Assim, esses materiais podem ser objetos do cotidiano, restos de materiais da indústria, elementos da natureza, materiais de construção, enfim, uma grande variedade de possibilidades.

Estes materiais podem ser considerados mais acessíveis se comparados com alguns brinquedos e materiais pedagógicos. Alguns podem ser até mesmo reaproveitados ao invés de serem descartados.

Todavia, para que a brincadeira com os materiais não estruturados possa acontecer de forma potente é necessário planejar essa proposta não somente oferecendo os materiais, mas criando um contexto favorável para que as crianças possam brincar de forma livre. É importante considerar a possibilidade de “combinação” entre os materiais selecionados para que possam possibilitar diferentes formas de brincar, como empilhar, encaixar, fazer construções, etc.

A organização da brincadeira com materiais não estruturados pode se configurar em uma proposta de brincar heurístico. Uma das principais referências sobre o brincar heurístico é a abordagem de Elinor Goldschmied, sendo uma proposta muito interessante para as crianças pequenas, conforme destaca Paulo Fochi (2018):

“Trata-se de um jogo de descobrir de grande importância para o desenvolvimento das crianças bem pequenas pela oportunidade de potencializar a ação autônoma e sua liberdade em investigar. O termo heurístico tem sua origem etimológica na palavra grega “heúreka”, que significa “encontrei” ou “descobri”. (FOCHI, 2018, p. 88).

Apesar de o brincar heurístico ser realizado com materiais acessíveis e simples, somente fornecer materiais não estruturados às crianças não garante uma proposta de brincar heurístico, pois existe a demanda de organização e planejamento dos educadores. Além disso, o brincar heurístico, segundo Fochi (2018) pode acontecer em três modalidades: o Cesto de Tesouros, o Jogo Heurístico e a Bandeja de Experimentações.

Na modalidade Cesto de Tesouros, são selecionados objetos que possuam características diversificadas para que os bebês possam explorar e investigar. Tais objetos devem ser acomodados em um cesto ou outro recipiente que comportem os objetos e permitam que os bebês retirem ou coloquem os objetos sozinhos. Esta proposta atende a necessidade de bebês que já conseguem sentar. “O propósito destas coleções de objetos é despertar, ao máximo, o sentido dos bebês, instigar a curiosidade, a pesquisa, a investigação, ou seja, provocar a ação sobre os objetos e desenvolver a capacidade de concentração.” (FOCHI, 2018 p. 90). No material Brinquedos e Brincadeiras de Creches: manual de orientação pedagógica (BRASIL, 2012) propõe que cerca de 3 crianças brinquem com cada cesto. Também sugere algumas listas de objetos e materiais que podem compor um cesto dos tesouros.



Figura 1: Cesto dos Tesouros

Fonte: Brinquedos e Brincadeiras de Creches: manual de orientação pedagógica (BRASIL, 2012).

O Jogo Heurístico é uma modalidade que amplia as possibilidades de exploração e brincadeiras, com a disposição dos objetos no chão, utilizando alguma forma de delimitação como o uso de tapetes ou tatames, para que as crianças possam interagir ao brincar. Nessa proposta, os materiais também são elementos importantes.

“Os materiais ocupam um papel muito importante nas sessões do Jogo Heurístico. Além de selecionar, com atenção, cada um dos materiais, é importante pensar na organização estética para que a sessão seja convidativa. Os materiais são eleitos e colocados, intencionalmente, em um espaço para seduzir e provocar a ação da criança”. (FOCHI, 2018, p. 91).

Esta organização dos materiais de forma atrativa e com materiais com potencial de combinações entre si pode possibilitar ricas investigações e construções pelas crianças. É importante que a quantidade de materiais também seja adequada e bem distribuída entre os tapetes ou tatames para que todos os grupos possam brincar.



Figura 2: Organização dos materiais para o Jogo Heurístico

Fonte: Arquivo pessoal

A Bandeja de Experimentação é uma proposta também de descobrir e investigar. Nesta modalidade os materiais ofertados são organizados em bandejas ou recipientes maiores, para que as crianças possam investigar suas possibilidades.

“(…) podemos definir as Bandejas como um momento no qual as crianças, em um espaço de tempo, com materiais contáveis (contínuos) e não contáveis (descontínuos), com intencionalidade e previamente organizados, realizam ações com vistas a nomear os fenômenos matemáticos e físicos que vão ocorrendo. Nesse brincar a criança tenta compreender o resultado de suas ações e as consequências das mesmas na interação com os materiais”. (FOCHI, 2023, p. 109).



Figura 3: Bandejas de experimentação
Fonte: Oficina Criar e Brincar – página do Facebook

Nas três modalidades apresentadas, as crianças precisam poder brincar de forma livre, sem serem dirigidas pelo adulto, tendo mínimas interferências (FOCHI, 2018). Os educadores devem estar disponíveis, mas sem ficar fazendo muitas intervenções. Estes são ainda momentos importantes em que as crianças devem ser observadas e os educadores podem realizar registros para o acompanhamento das propostas, por meio de fotos, vídeos ou anotações. Tais registros podem ser instrumentos para avaliar as propostas e delinear novos planejamentos. “O ato de registrar poderá ajudar no exercício de desabituar-se. Escrevendo poderemos limpar os olhos, clarear a visão, para melhor percebermos as crianças que estão no nosso grupo, assim como as relações que vamos construindo. (OSTETTO, 2012)

Ampliar as possibilidades do brincar por meio dos materiais não estruturados é uma possibilidade acessível para as instituições de educação infantil proporcionem diferentes contextos lúdicos e possível de ser adaptado conforme cada local, pois a diversidade de materiais que podem ser utilizados é muito ampla. Estas propostas

podem contribuir muito com o desenvolvimento das crianças, estimulando a pesquisa e investigação dos materiais, bem como a criatividade e a imaginação para criar brincadeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo buscamos trazer algumas reflexões sobre a importância da brincadeira para o desenvolvimento e aprendizagem na infância, bem como a necessidade garantir este direito preconizado por vários documentos legais.

Considerando a instituição de educação infantil um espaço muito relevante para promover propostas com a brincadeira de forma diversificada e intencional, destacamos a possibilidade de utilizar os materiais não estruturados como uma proposta para criar diversos contextos lúdicos para que a brincadeira desenvolva-se de modo potente.

Para tanto, é necessário que os educadores tenham conhecimentos sobre com os bebês e crianças pequenas desenvolvem-se e aprendem, bem como os princípios para a realização do brincar heurístico utilizando os materiais não estruturados. Essa proposta não é simplesmente uma técnica a ser reproduzida, mas uma proposta pedagógica que precisa ser construída, sendo sempre permeada pela reflexão dos educadores, apoiando-se nos registros realizados durante as propostas.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA PELA INFÂNCIA. **Materiais naturais e não estruturados e pouca intervenção externa: conheça o brincar heurístico.** Disponível em <<http://aliancapelainfancia.org.br/inspiracoes/materiais-naturais-e-nao-estruturados-e-pouca-intervencao-externa-conheca-o-brincar-heuristico/>> Acesso em 20 ago. 2023.

BECCHI, E. et al. **Ideias orientadoras para a creche: a qualidade negociada.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012. Trad. Maria de Lourdes Tambaschia Menon. (Coleção Formação de Professores. Série Educação Infantil em Movimento).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e Brincadeiras de Creches: manual de orientação pedagógica.** Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao brinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf Acesso em 17 ago. 2023.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em 5 set. 2023.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB Nº 20/2009: **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009c. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf> Acesso em 4 set. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular – Educação Infantil**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>>. Acesso em: 5 set. 2023.

CEDUC. **Entrelaçamento de experiências de crianças e adultos com materiais não estruturados**. CEDUC – Centro de Formação Profissional e Educacional Ltda. Edição 1. Jundiaí SP: 2020.

FOCHI, Paulo. **O brincar heurístico na creche: percursos pedagógicos no Observatório da Cultura Infantil – OBECI/ Organização Paulo Fochi**. Porto Alegre: Paulo Fochi. Estudos Pedagógicos, 2018.

KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>> Acesso em 2 set. 2023.

MAJEM, Tere. ÔDNA, Pepa. **Descobrir brincando**. Campinas: Autores Associados, 2010.

OSTETTO, L. E. Observação, registro, documentação: nomear e significar experiências. In **Educação infantil: Saberes e fazeres da formação de professores**. Luciana Esmeralda Ostetto (org.) - 5ª ed. Campinas, SP: Papiros, 2012. p. 13-32.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Grupo de Trabalho Saúde na era digital **Manual de Orientação: Menos telas. Mais saúde**. Disponível em <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c>. Acesso em 21 ago. 2023.

TEMPO DE CRECHE. **Atividades para bebês: aprendizados com jogo heurístico e cesto de tesouros**. Disponível em <<https://tempodecreche.com.br/recursos-tempo-espaco-e-materiais/atividades-para-bebes-aprendizados-com-jogo-heuristico-e-cesto-de-tesouros/>> Acesso em 31 ago. 2023.



ALFABETIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIFICULDADES E DESAFIOS DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

Luciana de Carvalho Cardoso Bressane

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento, Dificuldades na Aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado, Educação Especial, Psicomotricidade, Neurociência e Aprendizagem e Libras.

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo compreender como vem ocorrendo o processo de alfabetização em tempo de pandemia pela Covid-19, as dificuldades e desafios da rede pública municipal durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE), buscando ressaltar a realidade social deste grupo, a dificuldade ao acesso digital e os desafios vivenciados pelos professores alfabetizadores com o fechamento das escolas. Também observando o apoio familiar no processo de aprendizagem durante o ensino remoto. A abordagem empírica foi construída através de pesquisas bibliográficas, a partir de artigos científicos, palestras on-line, BNCC, estratégias realizadas em escolas da rede municipal de ensino e a partir de análise de dados coletados com pesquisas realizadas com pais e professores da rede pública municipal,

Palavras-chave: Alfabetização. Ensino Remoto. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Na segunda quinzena do mês de março de 2020, o mundo vive um momento de alerta ocasionado pela pandemia por conta de vírus da Covid-19, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde - OMS, passamos a conviver com o isolamento social, adquirindo novas práticas de convívio, como uso de máscaras e práticas de higienização, fechamento do comércio e de instituições. Assim, as escolas, faculdades e cursinhos se viram obrigadas a suspenderem as aulas presenciais, o que a princípio pensou-se em 15 dias, se prorrogou por tempo indeterminado, visto que em alguns estados, ao final deste período, o retorno presencial se fez de forma facultativa e o ensino híbrido passou a fazer parte da realidade das escolas. Inicia-se, então, um grande desafio para os professores, gestores e famílias, diante do medo e pânico.

Diante deste novo quadro da educação, esta pesquisa busca revelar como a escola pública da rede municipal se comportou diante da nova realidade, as dificuldades e desafios dos professores no processo de alfabetização, considerando a falta de recursos tecnológicos dos alunos assistidos, bem como os recursos pensados pela escola, com o intuito de atingir o maior número de alunos possível, sempre preocupados em amparar as famílias e as crianças, proporcionando, dentro das possibilidades, um aprendizado significativo e diminuir as posteriores dificuldades de aprendizagem e evasão escolar. Assim, este artigo está organizado por temas:

Primeiro tema - Os desafios da escola pública em tempos de pandemia - ressaltando as carências educacionais já existentes anteriormente a pandemia; O acesso às tecnologias digitais por parte dos alunos da educação básica, buscando demonstrar, por meio de dados estatísticos, a carência de tais recursos tecnológicos e o de acesso a internet por grande parte da população. Ressaltando a urgência de políticas públicas, para amenizar a inegável desigualdade social e educacional existente no Brasil, que se manifestou nitidamente durante este período de pandemia. Os desafios do ensino remoto para o professor e o apoio das famílias, questões como – como estão vivendo estas crianças longe das escolas? Seus cuidadores estão acompanhando? Elas estão ficando em casa sem o cuidado de um adulto? Elas estão sofrendo algum tipo de violência? Há na casa pessoas capacitadas para auxiliar seus menores com o conteúdo a ser aprendido? Estas questões inquietaram gestores e professores, que buscavam meios de atender as crianças de suas unidades.

O segundo tema – Pesquisa, Metodologia e Resultados – vêm apresentar dados da pesquisa de caráter exploratório e a análise de dados informados.

As considerações finais tratam de forma sucinta, o papel do educador em proporcionar no ensino remoto, com ou sem uso das tecnologias digitais, abrandar os prejuízos de aprendizagem diante do ensino á distância. Identificando sinais de dificuldade de aprendizagem e utilizando diferentes recursos para alfabetizar.

DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Diante da nova realidade mundial com a Covid-19, a escola vivencia um novo momento, visto que a maior preocupação é garantir o direito ao ensino, conforme determina a Constituição Federal de 1988, artigo 205 que diz:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

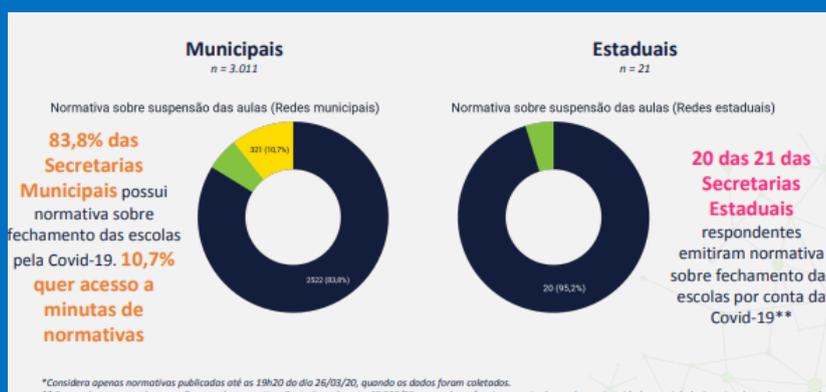
Primeiramente, algumas ações foram realizadas para que não houvesse prejuízos no número de dias letivos obrigatórios, correspondentes a 200 dias letivos, visto que em primeiro de abril de 2020, em caráter emergencial, é publicada no diário oficial a Medida Provisória 934, estabelecendo que as 800 horas definidas em lei, poderiam ser redistribuídas nos 200 dias letivos, conforme segue na edição extra do diário oficial da união de 01 de abril de 2020:

“Art. 1º O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1.º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.

Parágrafo único. A dispensa de que trata o caput se aplicará para o ano letivo afetado pelas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020” (BRASIL, 2020).

Conforme investigação da CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira, as secretarias receberam orientações para seguir algumas providências como suspensão temporária das aulas, adiantamento de férias e recesso escolar. Visto que as secretarias tomaram diferentes ações conforme demonstrado. (figuras 1 e 2)

Figura 1-As Secretarias respondentes já emitiram normativa legal (Decreto, Portaria, etc.) sobre o fechamento das escolas por conta do Corona vírus (COVID-19)?



Fonte: CIEB,2020

Figura 2 – Qual foi a determinação das orientações/normativas dadas pelas Secretarias Municipais?

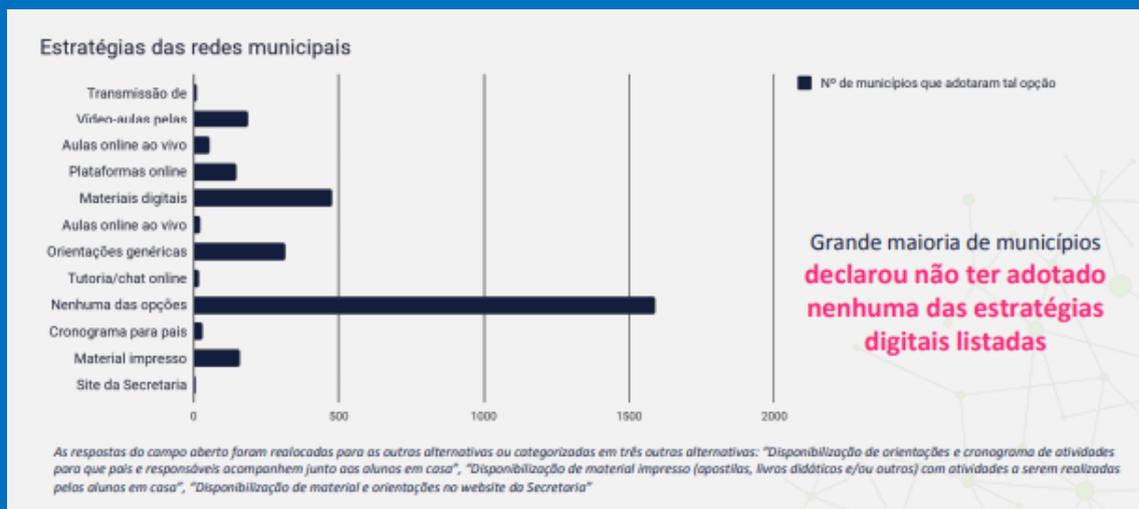


Fonte: CIEB 2020

Com antecipação de férias e feriados, conforme as medidas normativas estabeleceram, pois não havia muito conhecimento sobre a situação e por quanto tempo ela perpetuaria, lança-se o Ensino Remoto Emergencial (ERE) que são estratégias didáticas e pedagógicas criadas sobre a aprendizagem, a partir dos impactos das medidas de isolamento, mediadas por tecnologias preocupadas em manter os vínculos intelectuais e emocionais dos estudantes e da comunidade escolar.

Tendo em mente que o acesso à internet não era realidade de todos os alunos da rede pública, fez-se necessário o desenvolvimento de planos para atender a todos. Conforme investigação do CIEB, vários foram os meios utilizados pelos municípios para garantir a aprendizagem aos estudantes da rede pública de forma não presencial: a transmissão de conteúdos educacionais via TV; disponibilização de vídeo aulas dos professores aos estudantes pelas redes sociais; aulas on-line (transmitidas por redes sociais) ao vivo com professores de etapas de ensino específicas, disponibilização de plataformas on-line, com conteúdos segmentados por etapa de ensino; envio de materiais digitais específicos pelo professor, via redes sociais a sua turma; aulas on-line (transmitidas por redes sociais) ao vivo com professores; envio de orientações genéricas via redes sociais para que seus estudantes acessem em casa com apoio de livros didáticos; disponibilização de tutoria/chat on-line com professores para dúvidas e/ou apoio na resolução de atividades. Conforme demonstra gráfico disponibilizado pela CIEB. (figura 3).

Figura 3- Quais foram as opções escolhidas pelas Secretarias Municipais para continuar garantindo a aprendizagem dos estudantes?



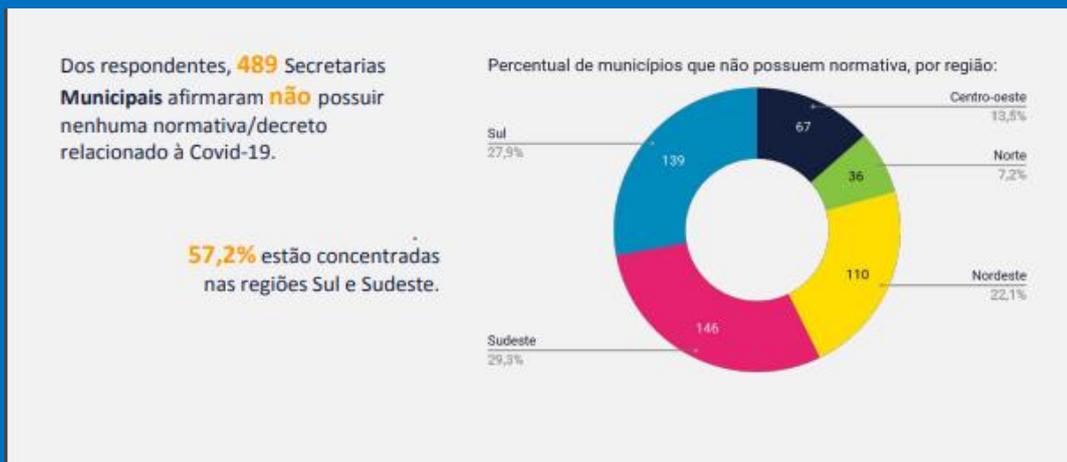
Fonte: CIEB,2020

Visando atender todos os estudantes, em todos os graus e níveis, durante o período de pandemia da Covid-19. Emergencialmente fizeram-se necessárias providências para manter o vínculo com a escola, evitando o desamparo educacional e a posterior evasão escolar. Assim, explica Hodges, 2020.

“Em contraste com as experiências que são planejadas desde o início e projetadas para serem on-line, o ensino remoto de emergência (ERE) é uma mudança temporária de ensino para um modo de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que, de outra forma, seriam ministradas presencialmente ou como cursos combinados ou híbridos e que retornariam a esse formato assim que a crise ou emergência diminuísse. O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional robusto, mas, sim, fornecer acesso temporário à instrução e aos apoios instrucionais de uma maneira rápida de configurar e estar disponível de maneira confiável durante uma emergência ou crise. Quando entendemos a ERE dessa maneira, podemos começar a separá-la do "aprendizado online" (HODGES, 2020 p. 29).

Segundo informe da CIEB. 60% das escolas da rede municipal dos estados brasileiros pesquisados, não desenvolveram com urgência, nenhum plano de ação com propósito inclusivo, para amparar os alunos fora da sala de aula. (Figura 4,5,6 e 7). Dados esses que, apresentam um quadro preocupante e mostra, explicitamente, uma realidade de desigualdade da educação pública, que se vê sem ações rápidas, enquanto o contrário acontece no ensino privado.

Figura 4 – Onde estão as Secretarias respondentes que não publicaram normativa sobre suspensão das aulas?



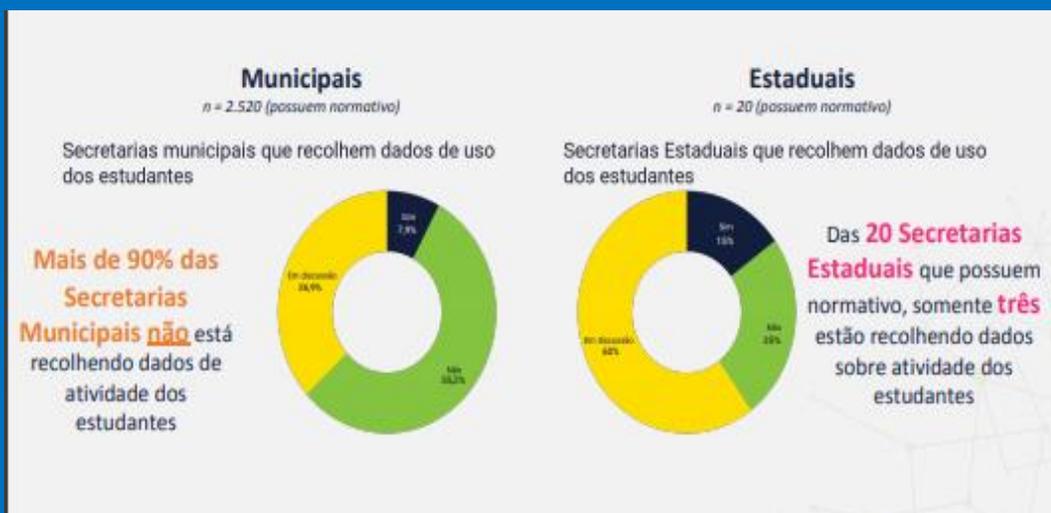
Fonte: CIEB,2020

Figura 5 – Em qual estágio se encontram as opções pelas Secretarias?



Fonte: CIEB,2020

Figura 6 – Em caso de já possuírem em andamento, as Secretarias já possuem instrumentos/ferramenta para recolhimento das atividades dos estudantes, para que futuramente, permitam a avaliação e controle de presença?



Fonte: CIEB 2020

Figura 7 – Principais achados a partir das 3.032 respondentes.



Fonte: CIEB 2020

Diante de dados referentes a leitura e escrita já apresentados anteriormente à pandemia, a educação pública no Brasil já vivenciava grandes desafios. Segundo informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), revelam que 54,73% dos estudantes acima dos 8 anos, faixa etária de 90% dos avaliados, permanecem em níveis insuficientes de leitura. Encontram-se nos níveis 1 e 2 (elementares). Na avaliação realizada em 2014, esse percentual era de 56,1. Outros 45,2% dos estudantes avaliados obtiveram níveis satisfatórios em leitura, com desempenho nos níveis 3 (adequado) e 4 (desejável). Em 2014, esse percentual era de 43,8. Consoante a ANA, os níveis de alfabetização dos brasileiros em 2016 são praticamente os mesmos que em 2014. O desempenho dos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental matriculados nas escolas públicas permaneceu estatisticamente estagnado na avaliação durante esse período. Os resultados revelam ainda que parte considerável dos estudantes, mesmo havendo passado por três anos de escolarização, apresentam níveis de proficiência insuficientes para a idade. A terceira edição da ANA foi aplicada pelo Inep entre 14 e 25 de novembro de 2016. Foram avaliadas 48.860 escolas, 106.575 turmas e 2.206.625 estudantes.

Com as mudanças na BNCC, que antecipa do 3º ano para o 2º ano o tempo para que a criança aprenda a ler e escrever, já apontava que novas práticas já se faziam necessário.

A BNCC determina que:

“Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201029, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo”. Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente” (BRASIL, 2010).

Vivenciando este momento transformador, ainda diante de um mapa não satisfatório, a escola se vê obrigada a trocar a vivência física, pela virtual, com uso dos smartphones e computadores, a partir das aulas remotas. Inicia-se neste momento, o primeiro grande desafio da escola pública, atingir todas as crianças, considerando a falta de recursos tecnológicos dos seus alunos.

Diante da necessidade das aulas remotas, novas questões são evidenciadas, como proporcionar a todos a mesma qualidade de educação? Como garantir a todos o acesso às tecnologias? Como proporcionar aos professores, rapidamente, o conhecimento tecnológico, com recursos que auxiliassem o aluno no seu processo de aprendizagem a distância? O que antes era uma realidade distante da escola pública, agora se torna uma necessidade.

O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS

A BNCC prevê o uso das tecnologias na educação básica pelos alunos de forma crítica e responsável em duas competências:

“Competência 4: Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar in formações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. Competência 5: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa,

reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva” (BRASIL, 2017).

Mesmo que a BNCC contemple o uso das tecnologias na escola, ainda não é possível confirmar tal realidade em todas as escolas públicas, não consistindo como recurso essencial na complementação do conteúdo. Durante o momento que a sociedade brasileira passa por algo ainda não pensado pela população leiga, ficou claro a discrepância do ensino particular com relação ao público, que depende de ações públicas que permitam a acesso à internet para todos e assim, garantir o direito a educação assegurado por Lei. A realidade dos estudantes e das famílias, social e economicamente, levantou debates acerca das possibilidades que são criadas ao público de baixa renda, para que o acesso ao ensino on-line acontecesse. Políticas públicas são programas governamentais voltados a uma ou mais áreas específicas de governo, visando o desenvolvimento e cumprimento de metas que influenciam na vida dos cidadãos (Peters, 1986 apud CARDOSO; FERRERIA; BARBOSA, 2020, p. 40).

Cardoso; Ferreira; Barbosa (2020), são sensatas em falar das diferentes realidades que passa a educação no Brasil e que providências públicas devem ocorrer distintamente, procurando atender a todos.

“Se comparados estados e municípios, é evidente que cada região apresenta problemas diferentes, em graus diferentes, o que requer planos de ação por vezes diversos. A realidade local, a nível econômico e cultural, é disparitária, e tais setores, fundamentais no desenvolvimento de projetos educativos, devem ser devidamente contabilizados no processo de surgimento de políticas públicas” (CARDOSO, FERREIRA E BARBOSA, 2020 p. 33).

A respeito da desigualdade socioeconômico cultural que vivenciamos no Brasil, o pensamento geral é que:

“De modo geral, a criação de condições, dimensões e fatores para a oferta de um ensino de qualidade social também esbarra em uma realidade marcada pela desigualdade socioeconômico cultural das regiões, localidades, segmentos sociais e dos sujeitos envolvidos, sobretudo dos atuais sujeitos-usuários da escola pública, o que exige o reconhecimento de que a qualidade da escola seja uma qualidade social, uma qualidade capaz de promover uma atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social. [...] Por outro lado, faz-se necessário implementar políticas públicas e, entre essas, políticas sociais ou programas compensatórios que possam colaborar efetivamente no enfrentamento dos problemas socioeconômico

culturais que adentram a escola pública. Nessa perspectiva, a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem deve envolver os diferentes setores a partir de uma concepção ampla de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia”.(CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020, p. 40).

Fica clara a urgência de políticas públicas educacionais, para garantir uma educação de qualidade, mesmo no ensino remoto, pois é sabido que a desigualdade cresce, quando as oportunidades se limitam apenas a um grupo. Dados estatísticos apresentam informações desoladoras quando ao crescimento da pobreza em nosso país e previsões futuras pós-pandemia. Conforme publicação eletrônica da FGV Social – Centro de Políticas Sociais, estudos recentes mostram a alta vulnerabilidade dos mais jovens brasileiros em tempos de crise. Estes choques podem deixar marcas permanentes, o chamado efeito-cicatriz, sobre a trajetória de ascensão social de toda uma geração.

Pesquisas apresentam dados preocupantes, conforme segue:

“De acordo com projeções feitas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada em março de 2021. Existiam no Brasil, entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, cerca de 17,7 milhões de pessoas que voltaram à pobreza, passando de 9,5 milhões (4,5% da população) para 27,2 milhões em fevereiro (12,8% da população)”. (BOG ECO, 2021).

Conforme constata a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mais de 1,5 bilhões de estudantes em 191 países ao redor do mundo foram atingidos pela suspensão das aulas e da rotina escolar habitual. A UNESCO também aponta que mais de 800 milhões desses estudantes que estão com as aulas suspensas não possuem computador em casa, bem como 43% do total destes estudantes não têm acesso à internet (UNESCO, 2020).

O quadro de desigualdade socioeconômico e consequentes acessos à tecnologia, registrado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, registra que a quantidade de alunos da rede pública de ensino sem acesso a computador em casa é de 39%, sendo que na rede privada de ensino, este número cai substancialmente para 9%.

Os dados demonstram o que os estudantes de baixa renda que frequentam a rede pública de ensino vivenciam neste período de pandemia. Mesmo que o acesso a aparelhos eletrônicos seja provável nas famílias, ainda há a dificuldade em acessar a internet, além de problemas causados pela pandemia como: impactos emocionais, crise financeira, falta de um ambiente propício para o estudo, o auxílio de um adulto com os conteúdos, falta de internet com boa velocidade, a violência doméstica e até

mesmo o sofrimento pela perda de alguém querido, vítima da Covid-19. Todas essas dificuldades impactam de forma negativa na aprendizagem dessas crianças.

O desafio do ensino remoto também não foi fácil para os professores da rede pública, onde muitos não apresentavam habilidades para as tecnologias e acesso a aparelhos digitais e internet com velocidade adequada, necessários para uma aula de qualidade. Este foi um momento de se reinventar e se adequar a uma nova realidade, sem planejamento prévio, os professores e gestores se viram em uma situação que dependida de algo maior que força de vontade e desejo de ensinar. A pandemia da Covid-19, deixou clara a necessária aplicação de políticas públicas, para proporcionar a inclusão digital. A Lei 9.998 de 17 de agosto de 2020 declara que:

“Art. 1º É instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), com as finalidades de estimular a expansão, o uso e a melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, reduzir as desigualdades regionais e estimular o uso e o desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade para promoção do desenvolvimento econômico e social. Os recursos do Fust serão destinados a cobrir, no todo ou em parte, investimentos e custos de:

I - programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações para serviços de telecomunicações;

II - políticas para inovação tecnológica de serviços de telecomunicações no meio rural, coordenadas pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), prevista na Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013;

III - programas, projetos e atividades governamentais voltados a ampliar o acesso da sociedade a serviços de telecomunicações prestados em regime público ou privado e suas utilidades.

§ 2º Na aplicação dos recursos do Fust será obrigatório dotar todas as escolas públicas brasileiras, em especial as situadas fora da zona urbana, de acesso à internet em banda larga, em velocidades adequadas.

I - apoio não reembolsável (BRASIL, 2020).

A pandemia da Covid-19 evidencia a desigualdade social, educacional e tecnológica e continua aguardando ações públicas efetivas para mudanças deste quadro, pois diferente de outros momentos, as relações pessoais foram substituídas pelas digitais e a escola deixa de ser aquela antiga estrutura física, onde as relações se formam presencialmente, onde o giz, a lousa e os livros são os únicos instrumentos de trabalho e conhecimento, agora ela se dá pelas redes sociais, com recursos digitais que se tornam essenciais para o desenvolvimento da educação, onde o professor, nas várias tentativas de acertar, prepara suas aulas com vídeos, jogos digitais, festas on-line, para chamar a atenção de suas crianças e proporcionar a efetivação da aprendizagem, com o desejo de atender a todos. Assim, fica claro que neste momento

o direito a educação, garantido por lei, só acontece quando o acesso a recursos digitais for permitido.

PESQUISA, METODOLOGIA E RESULTADOS

Foi efetivada pesquisa de campo exploratória, que descrever o sujeito pesquisado, suas práticas com o ensino remoto e análise dos dados informados, procurando averiguar como se deu o processo de alfabetização no período de pandemia pelo Covid-19 com o fechamento das escolas, quais foram às maiores dificuldades e conseqüentemente efeitos para o aprendizado das crianças de primeiro a terceiro ano do ensino fundamental I.

A pesquisa se deu em forma de questionário (anexo1) com dez perguntas de múltipla escolha e caixa de seleção através da plataforma Google forms, enviadas às professoras alfabetizadoras, de primeiro a terceiro ano do ensino fundamental I, da rede pública municipal. Foram formuladas questões tendendo sobre a formação e tempo de experiência das professoras, equipamentos tecnológicos que possuem e como se deu o processo de alfabetização com o ensino remoto, logo as dificuldades e desafios encontrados.

Serão apresentados resultados da análise dos dados pesquisados, buscando salientar as dificuldades e desafios encontrados pelos professores durante a pandemia, em seguida, os recursos utilizados para que se consolidasse a leitura e escrita dos alunos em idade de alfabetização.

Conforme apresentado em pesquisa, todas as professoras participantes possuem graduação em pedagogia, de seis a dez anos de experiência como docente, 14,3% lecionam no primeiro ano do ensino fundamental e 42,9% lecionam com segundo e terceiro ano, respectivamente. Do universo analisado, 100% possuem aparelho celular com acesso à internet; 100% possuem computador ou tablet, sendo que 85,7% possuem internet de qualidade. Quanto ao acesso às atividades remotas oferecidas pela rede Municipal de ensino, as professoras declaram que 100% foram realizadas por entrega de atividade impressas retiradas nas escolas e 71,4% somente mediante plataformas digitais. Em relação aos recursos de suporte para a realização do trabalho pedagógico durante o período de pandemia devido à Covid-19, 100% responderam parcialmente e 100% mencionou ter utilizado a plataforma google meet, disponibilizada gratuitamente, sendo que 85% dos professores pesquisados, utilizaram o WhatsApp. Quanto a maior dificuldade enfrentadas nas aulas não presenciais, 100% mencionaram o fato da dificuldade ao acesso à internet por parte dos alunos e 85,7% a

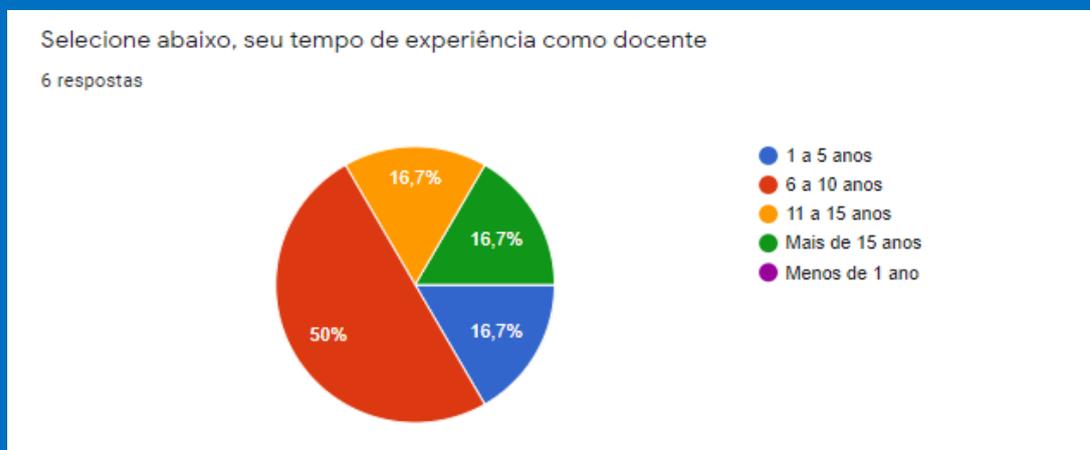
falta motivação e o apoio da família. Em relação à consolidação da alfabetização nas aulas remotas, 71,4% responderam parcialmente e 28,6% que as crianças não efetivaram a escrita e leitura. Finalizando os tópicos questionados, quanto a interação com professor X alunos por meio de vídeo, áudio e plantão se foram eficientes no processo de alfabetização neste período de pandemia, 85,7% responderam parcialmente e 14,3%, não.

Figura 1- Gráfico de respostas do Formulários Google



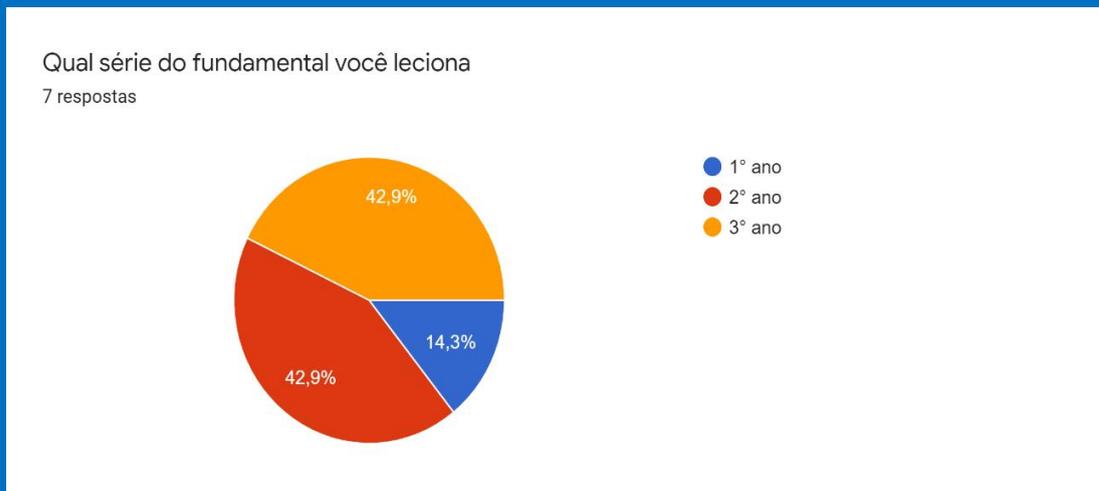
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 2- Gráfico de respostas do Formulários Google



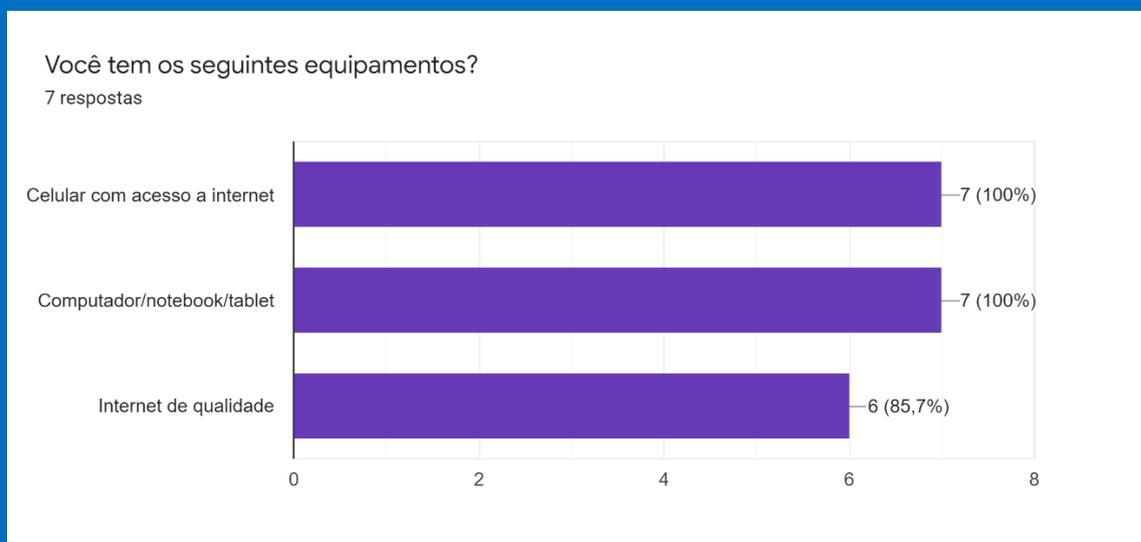
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 3- Gráfico de respostas do Formulários Google



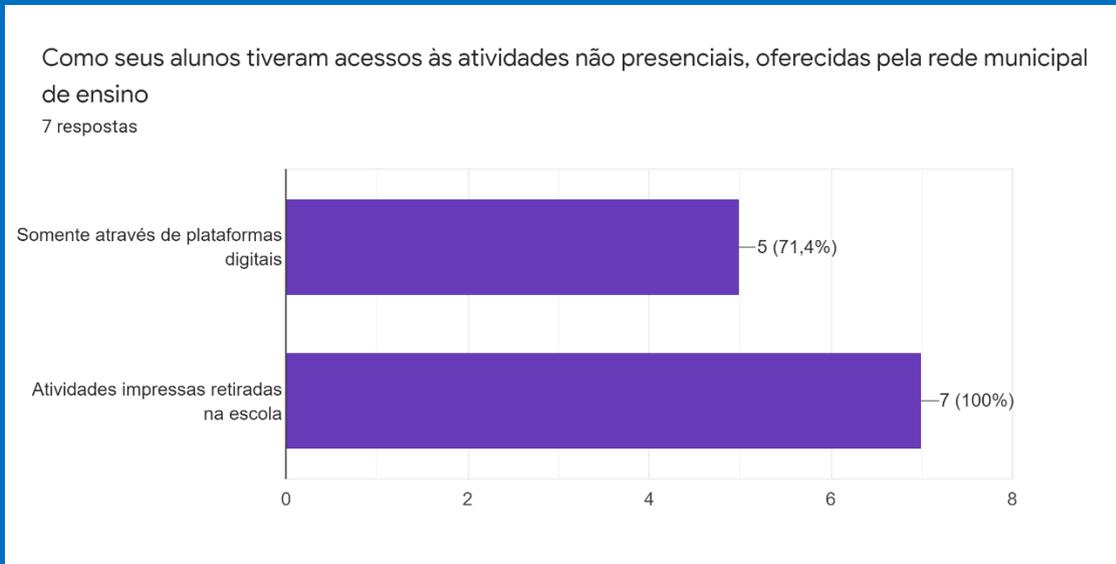
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 4- Gráfico de respostas do Formulários Google



Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 5- Gráfico de respostas do Formulários Google



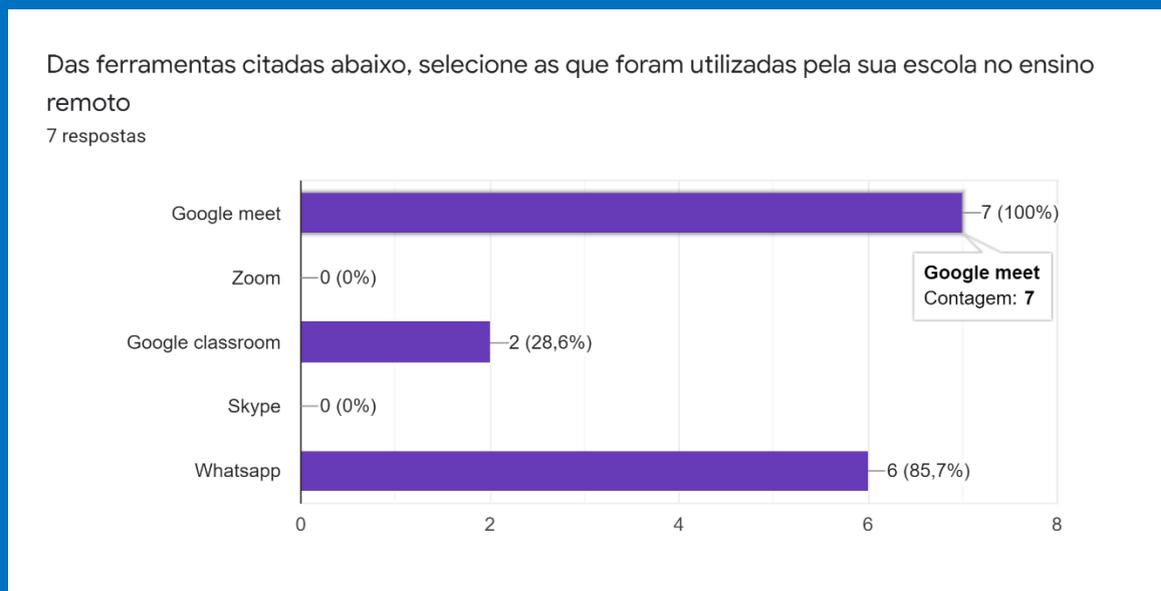
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 6- Gráfico de respostas do Formulários Google



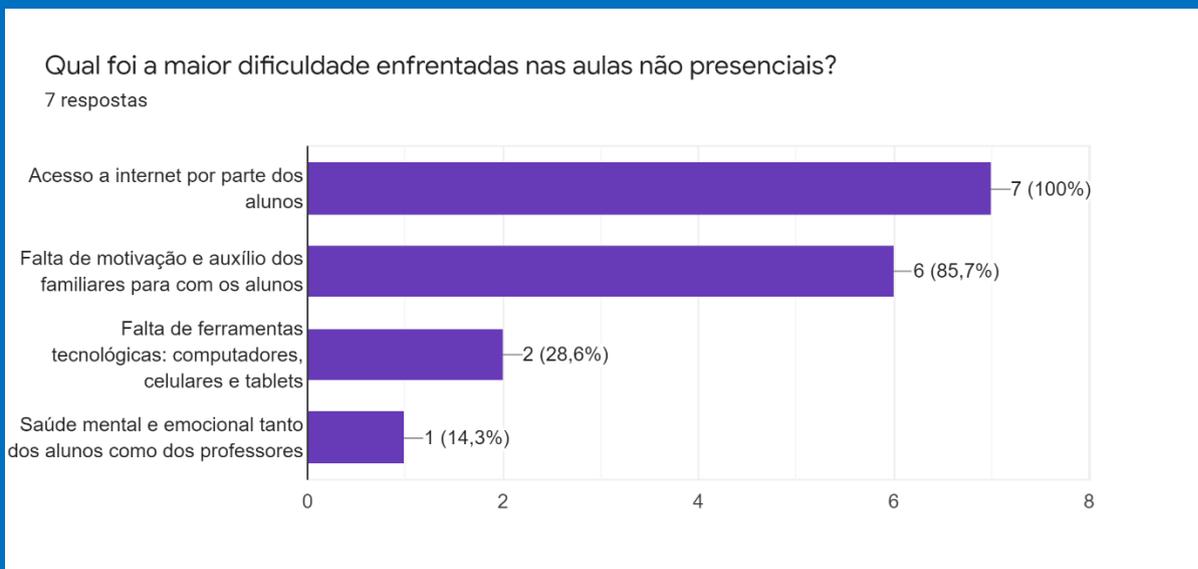
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 7-Gráfico de respostas do Formulários Google



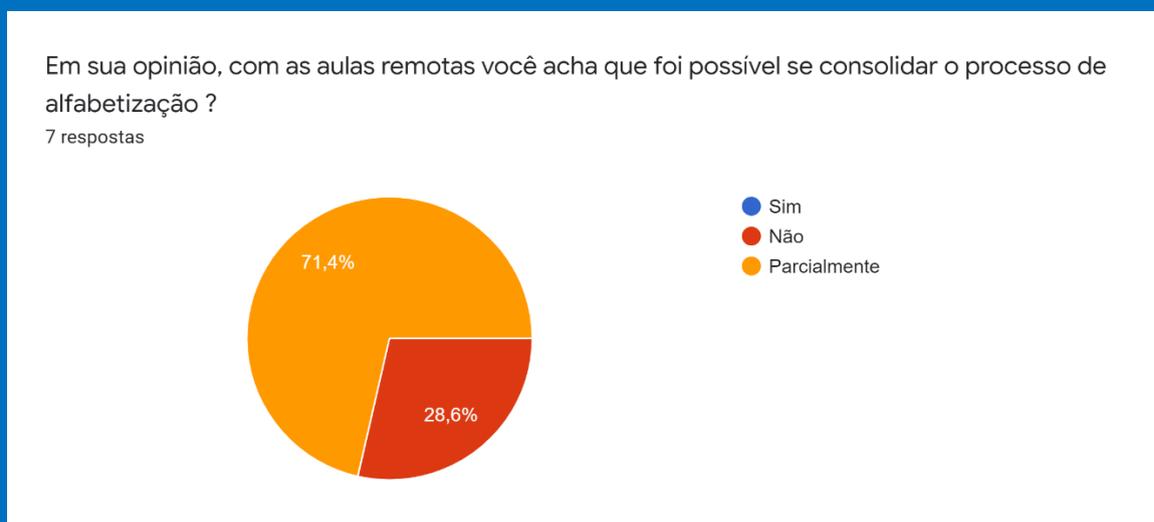
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 8 - Gráfico de respostas do Formulários Google



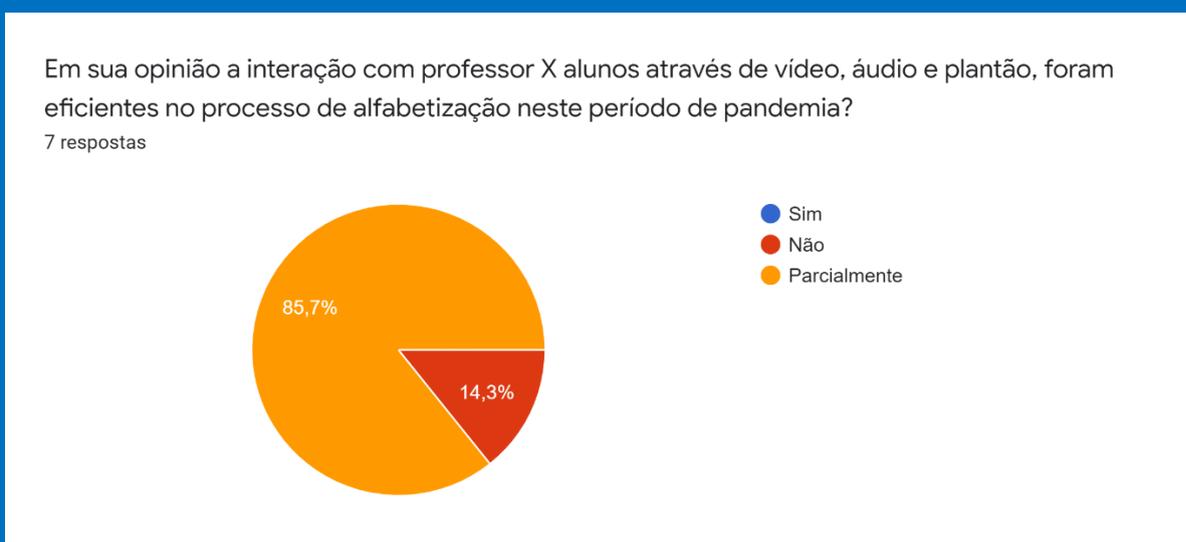
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 9- Gráfico de respostas do Formulários Google



Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 10 -Gráfico de respostas do Formulários Google



Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar no processo de realização da pesquisa, que o período de pandemia pela Covid-19, trouxe muitos prejuízos aos alunos da rede pública de educação, que já passava por um momento de recuperação da aprendizagem focando

na leitura e escrita, conforme foi observado em dados estatísticos a partir das avaliações ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) aplicados aos alunos da rede. Neste momento, os aparelhos digitais e o acesso à internet, foram prioritários na continuidade do processo de alfabetização.

Que o direito a educação somente será para todos, quando o acesso à internet de qualidade acontecer. Os professores e gestores, conseguiram alternativas, como atividades impressas entregues aos alunos nas unidades escolares, esperando-se, o apoio da família para a realização, a qual também não estava preparada para atender seus filhos, sobrinhos ou irmãos, com o conhecimento do profissional professor. Sendo que, deve haver um olhar observador para as dificuldades de aprendizagem, que precocemente possa-se diagnosticar aspectos no comportamento, como compreensão auditiva, orientação espacial e temporal, no equilíbrio, estruturação rítmica, coordenação e com atenção importante ao comportamento social que podem caracterizar dificuldade de aprendizagem.

Vale ressaltar que não existe ensino sem haver aprendizagem, e que está só se concretiza quando de fato são ofertadas condições para que a criança possa desenvolver o cognitivo, afetivo e o emocional. E com o ensino remoto, poucas trocas foram possíveis, principalmente aos alunos impossibilitados de assistir aulas on-line, perdendo o vínculo com a escola. Que por mais que os professores se esforcem para não perder o vínculo com seus alunos, disponibilizando suas redes sociais e ficando disponíveis para atendê-los, o fato de não haver o contato on-line ou presencial impossibilitou o aprendizado da escrita e leitura de muitas crianças. Podemos perceber no resultado, não satisfatório por parte dos professores entrevistados, quanto a efetivação do processo de alfabetização. Que ficou notória a discrepância quanto a qualidade de ensino do particular, que logo se organizou e manteve-se conectado aos seus alunos, enquanto a escola pública aguardava políticas públicas para dar continuidade ao ano letivo.

Contudo, fica clara a urgência de políticas públicas educacionais, para garantir uma educação de qualidade, visto que diante da situação atual, estas devem fomentar meios que a educação seja garantida para todas as crianças durante o período em que o ensino deve acontecer à distância, disponibilizando meios tecnológicos para que a desigualdade educacional, não se torne ainda maior, e, conseqüentemente, diminuindo as oportunidades das classes menos favorecidas, tão prejudicadas neste momento oriundo da nova realidade e o aumento da pobreza em nosso país, que tende a perpetuar por mais tempo, devido á falta de oportunidades geradas.

REFERÊNCIAS

BRASIL – Lei 9988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9998.htm acesso 02 ago 2023.

BRASIL - <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/04/CIEB-Planejamento-Secretarias-de-Educac%C3%A3o-para-Ensino-Remoto-030420.pdf> acesso em 20 ago 2023.

BRASIL - <https://cps.fgv.br/pesquisas/juventudes-educacao-e-trabalho-impactos-da-pandemia-nos-nem-nem>. Acesso em 10 ago 2023.

BRASIL, <https://irisbh.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Inclus%C3%A3o-Digital-como-Pol%C3%ADtica-P%C3%BAblica-IRIS.pdf> Acesso em 30 jul 2023.

BRASIL - <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=600&pagina&data=01/04/2020&totalArquivos=1>. Acesso em 20 ago 2023.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular, BNCC – Disponível em <https://www.competenciasnabncc.org.br>. Acesso em 01 ago 2023

BLOG ECO, **Pesquisa sobre Pobreza no Brasil.** Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil/> Acesso em 01 ago 2023.

MEC – Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio; Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2000.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacaosuperior/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211..>Acesso em 01 ago 2023



A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO LÚDICO PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mithylene de Almeida Batista

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado- AEE.

RESUMO

Este artigo teve como objetivo trazer algumas reflexões a respeito da contribuição do ensino lúdico para o desenvolvimento psicomotor no período da Educação Infantil, reconhecendo que por intermédio de jogos, brincadeiras e demais atividades lúdicas, a criança se expressa, brinca e se alegra ao mesmo tempo em que aprende, visto que é pelo movimento corporal que vai evidenciar seus gostos e os seus sentimentos. A psicomotricidade contribui para a formação do esquema corporal da criança, e estimular atividades repletas de intensidade e movimento, nas diversas etapas do crescimento da criança, causará impacto positivo no seu desenvolvimento. A ludicidade já se incorporou às diversas áreas do conhecimento, pois apresenta uma relação direta com o prazer, alegria, e espontaneidade, gerando uma forte carga de satisfação durante a execução das atividades, e esta é, sem dúvida, uma maneira excelente para as crianças se identificarem com o mundo, com a cultura e com os sentimentos das pessoas. Importante destacar que as atividades lúdicas não podem ser enxergadas como atividades desprovidas de objetivo, ou aplicadas apenas para passar o tempo, visto que a criança, mesmo durante as brincadeiras, está desenvolvendo seus aspectos psicomotores e sua aprendizagem. Ao brincar, a criança experimenta ações que a levam a expressar sua criatividade construindo, fantasiando e imaginando, e este movimento é altamente proveitoso, pois ao jogar, brincar, correr, cantar e dançar, a criança está desenvolvendo fatores importantes da sua personalidade como memória, atenção, afetividade, inteligência, criatividade e imaginação. Além disso, as atividades lúdicas permitem às crianças adquirirem um conhecimento gradativo sobre seus próprios corpos, seus limites e suas capacidades. Assim, é importante que o professor se torne um agente mediador do processo, interagindo com a criança, apresentando a ela novos conceitos e novos espaços. O professor deve, ainda, estimular e motivar seus alunos para as atividades que explorem a criatividade e a liberdade de expressão,

e que proporcionem troca de experiências entre as crianças, entretanto, deve considerar sempre as limitações e a capacidade individual dos seus alunos. Portanto, as práticas pedagógicas preparadas mediante o ensino lúdico, proporcionarão diversas experiências com impacto positivo na aprendizagem e no crescimento dos aspectos psicomotores dos alunos da Educação Infantil.

Palavras-chave: Ensino Lúdico; Psicomotricidade; Brincadeiras; Aprendizagem

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é, reconhecidamente, uma das mais fundamentais etapas dentro do processo de formação dos indivíduos, pois trata-se de um período no qual o seu desenvolvimento educacional está se formando. *“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, completando a ação da família e da comunidade”* (LDBEN - BRASIL, 1996). Tais aspectos são abordados de maneira completa durante a realização de atividades lúdicas, e que, por isso, não podem de forma alguma ser empregadas como passatempo ou distração aos alunos, mas desenvolver os exercícios sempre com foco e objetividade. As atividades promovidas pelo ensino lúdico na educação infantil possuem uma significativa função pedagógica, uma vez que viabilizam experiências repletas de prazer, inserindo a criança num contexto de participação coletiva que a integra ao grupo e que proporciona um sólido desenvolvimento psicomotor.

Normalmente, o lúdico é encarado como algo sem compromisso e pouco produtivo, porém, para a Educação Infantil, a realidade é bem outra:

“...brincar é agir lúdica e criativamente, e tal fenômeno acontece em todas as fases da vida humana, fugindo a restrição da esfera da infantilidade, o brincar faz parte de um fenômeno psicológico de transição entre a subjetividade e a objetividade. Assim fazem cientistas, artistas, criadores e inovadores, portanto, o exercício da criatividade e da ludicidade por intermédio do brincar são de fundamental importância para a formação de indivíduos capazes de inovar e administrar melhor a vida individual e social. A importância do brincar é enfatizada em todas as fases da vida, portanto, este exercício de criar, brincar e imaginar, agindo ludicamente, está longe de ser algo improdutivo” (PORTO, 2002, p. 52).

Na Educação Infantil, o conceito de brincar não significa apenas recrear, mas sim atingir propósitos estabelecidos para o desenvolvimento da criança, e cada atividade deve buscar alcançar estes objetivos.

“Através do brincar a criança pode desenvolver áreas da personalidade como inteligência, afetividade, criatividade além de capacidades importantes como atenção, memória, a imitação e a imaginação. Acrescenta-se que as brincadeiras são o modo básico pelo qual elas tomam consciência de seus corpos e de suas capacidades motoras. Assim, brincar também serve como importante facilitador do crescimento cognitivo e afetivo da criança pequena, bem como importante meio de desenvolver as habilidades motoras e rudimentares” (GALLAHUE, 2013 p. 49).

À medida que as brincadeiras e atividades lúdicas são introduzidas nas práticas pedagógicas, vão ocorrendo uma diversidade de contribuições para a construção da aprendizagem e para a ampliação de aspectos relacionais e emocionais da criança.

“As brincadeiras funcionam como exercícios vinculados ao prazer de viver e aprender de forma natural e agradável e elas passaram a ser vistas com seriedade, tanto que hoje, a importância das brinquedotecas e espaços para desenvolvimento de jogos e brincadeiras é cada vez maior. A infância é um conjunto de possibilidades criativas que não devem ser abafadas. O ser humano tem uma necessidade vital de saber, de pesquisar, de trabalhar. Essas necessidades se manifestam nas brincadeiras, que não são apenas diversão, mas um efetivo trabalho” (GADOTTI, 1994 p. 53)

É inquestionável que, enquanto brinca, a criança está vivenciando uma grande variedade de experiências intensas, por isso, torna-se uma atribuição fundamental do educador incentivar e promover brincadeiras na Educação Infantil, considerando que no ensino lúdico o mais importante não é a atividade em si, mas o que é possível extrair delas, como o próprio movimento corporal e seus efeitos. Dessa forma, as brincadeiras e as demais atividades lúdicas são indispensáveis para um desenvolvimento adequado dos aspectos relacionados à psicomotricidade das crianças.

“A criança, ao explorar o ambiente no qual está inserida, passa por experiências concretas, indispensáveis ao seu desenvolvimento intelectual, e é capaz de tomar consciência de si mesma e do mundo que a cerca. E a educação psicomotora para ser trabalhada necessita que sejam utilizadas as funções motoras, perceptivas, afetivas e sócio-motoras” (BARRETO, 2000 p.49).

PRINCIPAIS CONCEITOS ENVOLVENDO A PSICOMOTRICIDADE

A psicomotricidade pode ser definida, de uma maneira bem simples, como a área da ciência que estuda as relações que ocorrem entre a atividade psíquica e as práticas motoras. A atividade psíquica abrange conceitos muito importantes como as emoções, os afetos, as sensações, os medos, as ideias e as simbolizações. No entanto, a prática motora diz respeito à relação existente entre os cinco subsistemas motores neurológicos principais: piramidal, extrapiramidal, cerebelar, reticular e medular. Nesse sentido, a atividade psicomotora pode ser considerada como a materialização da atividade psíquica.

“Ela se constitui por um conjunto de conhecimentos psicológicos, biológicos, fisiológicos e neurológicos que permitem, utilizando o corpo como mediador, abordar o ato motor humano com o intento de favorecer a integração deste sujeito consigo e com o mundo dos objetos e das pessoas” (FONSECA, 2008, 86).

O desenvolvimento psicomotor está atrelado ao processo contínuo de amadurecimento e aprimoramento que começa a acontecer ainda na concepção, na qual o corpo se configura como a origem das aquisições biológicas e cognitivas. Sua dinâmica envolve três sistemas que são: Estimulação, em que todas as informações do ambiente, tanto interno quanto externo, são coletadas pelos órgãos sensoriais. Integração, responsável por executar o armazenamento e o processamento dessas mesmas informações, as quais formarão o alicerce para ativar os aspectos relacionados às sensações, à memória, à consciência, ao planejamento e à percepção. E, o terceiro, é Resposta, que procede a exteriorização mediante a ação motora de tudo o que foi processado pelo indivíduo.

Dessa forma, as atividades psicomotoras também favorecem a construção de um desenvolvimento afetivo entre as pessoas, por meio do contato físico, das emoções e das ações coletivas. Portanto, o propósito fundamental da psicomotricidade é desenvolver as possibilidades motoras e criativas do indivíduo, de uma forma completa, considerando o seu corpo e desenvolvendo ações que estejam totalmente fundamentadas no movimento.

“O principal objetivo da psicomotricidade é incentivar a prática do movimento em todas as etapas da vida da criança. Esta abordagem da psicomotricidade na educação infantil permite que a criança tenha consciência do seu corpo e a possibilidade de se expressar por meio deste. Uma das suas funções mais importantes é desenvolver o aspecto comunicativo do corpo, o que equivale a dar ao indivíduo a possibilidade de dominar seu

corpo, de economizar sua energia, de pensar seus gestos a fim de aumentar-lhes a eficácia e a estética, de completar e aperfeiçoar seu equilíbrio” (GONÇALVES 2009, P.21).

A psicomotricidade, até bem pouco tempo atrás, ocupava-se tão somente com a correção de debilidades, fragilidades, dificuldades ou deficiências. Entretanto, no tempo presente, a psicomotricidade já ganhou maior reconhecimento, ocupando um lugar de destaque no cenário da educação infantil, especialmente na primeira infância, devido ao reconhecimento da forte relação existente entre os desenvolvimentos motores, afetivos e intelectuais. Assim, a psicomotricidade é reconhecida como a ação do sistema nervoso central que processa os movimentos praticados pelas pessoas por intermédio dos padrões motores, como espaço, velocidade e tempo. Trata-se de um conceito de movimento integrado e estruturado, mediante as experiências vividas por este indivíduo, seja coletivamente ou individualmente.

Portanto, a psicomotricidade viabiliza ao aluno desempenhar as condições mínimas necessárias para que ele tenha um aproveitamento escolar favorável.

“Neste sentido, ela pretende aumentar o potencial motor do aluno, dando-lhe recursos e ferramentas para que desenvolva com maior grau de satisfação suas potencialidades cognitivas e pedagógicas. Na medida em que dá condições à criança de se desenvolver melhor em seu ambiente, a psicomotricidade é vista como preventiva. E, também, como reeducativa, quando trata de indivíduos que apresentam dificuldades cognitivas e motoras desde o mais leve retardo motor até problemas mais sérios” (LE BOULCH, 1984 p. 101).

A psicomotricidade não se ocupa somente dessa dinâmica relacionada ao corpo e ao movimento em si, mas, ela é responsável pela mente e pelo comportamento, inclusive.

“A psicomotricidade como seu nome indica, trata de relacionar os elementos aparentemente desconectados, de uma mesma evolução: o desenvolvimento psíquico e o desenvolvimento motor. Parte, portanto, de uma concepção do desenvolvimento que coincide com a maturação e as funções neuromotoras e as capacidades psíquicas do indivíduo de maneira que ambas as coisas não são duas formas, que até então eram desvinculadas, na realidade trata-se de um mesmo processo” (COSTALLAT, 2002 p. 22).

A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO LÚDICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A contribuição que as atividades lúdicas promovem na educação infantil, nos dias de hoje, é inquestionável, sua prática é estimulada, praticada e reconhecida por

séculos, e para a criança, as brincadeiras, os jogos e as atividades lúdicas não apresentam somente um momento de diversão, pelo contrário, quando está brincando, mesmo sem possuir esse entendimento, a criança executa vários movimentos que estarão contribuindo para o seu desenvolvimento psicomotor e para sua plena integração ao ambiente escolar.

Nesse sentido, a prática de brincadeiras, jogos e atividades lúdicas que a criança executa possibilitará a ela o aprimoramento de vários aspectos físicos e sensoriais, contribuindo para desenvolver sua percepção, resistência, força e habilidades motoras. As brincadeiras também exercem impacto positivo considerável no processo de aprendizagem da criança, especialmente na Educação Infantil.

“Por meio da brincadeira podemos trabalhar a linguagem e a comunicação da criança, pois até mesmo sozinha ela se comunica com seu imaginário e no faz de conta, pois acaba conversando com seus brinquedos ou com algum amiguinho de sua imaginação. Através da brincadeira a criança cria a zona de desenvolvimento proximal, dando um salto no desenvolvimento e na aprendizagem infantil, pois durante a brincadeira ocorrem as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico infantil” (CORDAZZO, 2007 p. 4).

Além disso, outra perspectiva relevante é considerar que as atividades lúdicas propiciam à criança conhecer e respeitar regras, aprimorando sua forma de se relacionar com outras crianças. Por meio da ludicidade a criança seguramente passará a se expressar mais facilmente, se disponibilizando a ouvir, manifestar sua opinião, respeitar e discordar.

“A criança brinca daquilo que vive; extrai sua imaginação lúdica de seu dia a dia. Portanto, as crianças, tendo a oportunidade de brincar, estarão mais preparadas emocionalmente para controlar suas atitudes e emoções dentro do contexto social, obtendo assim melhores resultados gerais no desenrolar da sua vida” (ZANLUCHI, 2005, p.91). Brincando, a criança se prepara para a vida, pois é por meio da atividade lúdica que ela vai experimentando aspectos do mundo à sua volta, e descobrindo como as coisas funcionam. Quando a criança brinca, ela adentra, de forma simbólica, no mundo dos adultos, fazendo com que ela tenha que lidar com situações complexas e tenha de tomar decisões difíceis. “Brincando a criança desenvolve suas capacidades físicas, verbais ou intelectuais. Quando a criança não brinca, ela deixa de estimular, e até mesmo de desenvolver suas capacidades inatas, podendo vir a ser um adulto inseguro, medroso e agressivo. Já quando brinca à vontade tem maiores possibilidades de se tornar um adulto equilibrado, consciente e afetuoso” (VELASCO, 1996 p 78).

Importante considerar que as atividades lúdicas desenvolvidas na Educação Infantil, como as brincadeiras, os jogos, os cânticos, as danças, teatro e tantas outras

atividades mais, possuem papel importantíssimo no desenvolvimento infantil, possibilitando que a criança tenha liberdade para se expressar, criar e conhecer novos significados e novas possibilidades de maneira constante.

Portanto, as atividades lúdicas praticadas pelas crianças no ambiente escolar proporcionam uma enorme contribuição para a aprendizagem e para o desenvolvimento integral dos aspectos cognitivo, físico, cultural, social e afetivo, permitindo, assim, o desenvolvimento completo e integral da criança. Dessa forma, torna-se imprescindível que os educadores compreendam que a Educação Infantil é uma etapa fundamental e enxerguem o lúdico como parceiro potencial, e aproveitem este conceito para aprimorar o desempenho dos seus alunos.

O PROFESSOR E A LUDICIDADE

É impressionante o quanto as atividades lúdicas oferecem de valor educativo para as crianças da Educação Infantil, e os especialistas reconhecem plenamente que os jogos e as brincadeiras são considerados indispensáveis para a aprendizagem da criança. Com este entendimento, é muito importante que os professores passem a incluir as brincadeiras dentro do contexto escolar, reconhecendo que se trata de uma ferramenta bastante útil no desenvolvimento da criança, a qual vai aprender brincando e se alegrando.

Por isso, o brincar desenvolve o conceito ensino-aprendizagem de uma maneira mais envolvente e muito mais próxima da vida real, permitindo que se estabeleça uma relação bastante intensa entre a realidade e a fantasia. Assim, torna-se fundamental compreender a ludicidade como uma ferramenta estrategicamente positiva na sala de aula, sendo importante reforçá-la como um forte instrumento de orientação pedagógica. Considerando que o ensino lúdico promove o aprimoramento dos aspectos físicos e sensoriais, além dos aspectos emocional, social e da personalidade da criança, utilizar este recurso como método pedagógico torna-se altamente recomendável.

“O notável poeta e escritor Carlos Drummond de Andrade disse: Brincar com as crianças não é perder tempo, é ganhá-lo. Se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentadinhos e enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem” (FORTUNA, 2000 p.1).

É necessário, portanto, que o professor se torne parte integrante e efetiva do processo, interagindo com a criança e sempre buscando intervir, facilitar e aplicar ideias novas. Ele deve se dedicar em obter recursos que sejam apropriados para as

atividades lúdicas, sempre estimulando as crianças e motivando-as em suas dificuldades e necessidades, bem como na compreensão das coisas. Essa cooperação entre o professor e a criança se transforma num contexto de experiências e descobertas.

“Quando o educador compartilha uma brincadeira ou um jogo com a criança, ele pode ajudá-la a enfrentar eventuais insucessos, estimular seu raciocínio, sua criatividade, reflexão e autonomia. Isto quer dizer que, quando o educador tem a intenção de brincar junto com a criança, pode criar diversas situações que estimulem o seu desenvolvimento, sua inteligência e afetividade” (MACHADO & NUNES, 2011, p.29).

O professor poderá adequar as salas de aula transformando-as em espaços efetivos de brincadeiras e jogos, podendo ser dividido utilizando cadeiras, mesas ou algum objeto apropriado. Já no contexto de fora da sala de aula, especialmente no pátio, as brincadeiras ocorrem de uma forma inteiramente espontânea, com um predomínio da atividade física. Dessa forma, as atividades lúdicas, os jogos e as brincadeiras devem constar no programa de atividades curriculares, principalmente na Educação Infantil, disponibilizando um tempo pré-determinado durante o planejamento, para que ele seja colocado em prática, e alcance os resultados esperados.

“É de fundamental importância selecionar brinquedos que levem os alunos a transformarem, criarem e ressignificarem sua realidade, estimulando não só a criatividade, por meio da atividade lúdica, mas também a resolução de problemas, tomada de decisões e cooperação no trabalho em grupo. A proposta de utilização do brinquedo e da brincadeira em sala de aula, como recurso pedagógico, objetiva então estimular o desenvolvimento dos alunos por meio de um elemento comum. Mas qual seria o papel do professor nesse contexto do brincar? Para que o brincar aconteça, é necessário que o professor tenha consciência do valor das brincadeiras e dos jogos para a criança, o que indica a necessidade desse profissional conhecer as implicações nos diversos tipos de brincadeiras, bem como saber usá-las e orientar sua realização” (TEIXEIRA, 2010, p. 65).

Portanto, é muito importante que o professor compreenda a necessidade de incluir o máximo de atividades lúdicas durante suas práticas pedagógicas. Ele deve ter a compreensão de que o brincar não deve fazer parte da rotina infantil somente no período do intervalo escolar, praticado como uma mera distração, mas é necessário que passe a se tornar uma atividade cotidiana no trabalho do professor, o qual pode organizar e dimensionar a sua sala de aula de forma lúdica e adaptada para atingir este propósito.

O LÚDICO EMPREGADO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM

Conforme já apresentado, as atividades lúdicas devem ser preparadas com foco e objetividade, e não devem, em hipótese alguma, ser jogadas ao acaso, de forma displicente, acreditando que a descontração e a diversão já são suficientes, pelo contrário, as atividades lúdicas precisam estar sempre sendo aprimoradas e contextualizadas.

“A atividade lúdica, o jogo, o brinquedo, a brincadeira, precisam ser melhorados, compreendidos e encontrar maior espaço para serem entendidos como educação. Na medida em que os professores compreenderem toda sua capacidade potencial de contribuir no desenvolvimento infantil, grandes mudanças irão acontecer na educação e nos sujeitos que estão inseridos nesse processo” (CARVALHO, 1992, p. 28-29).

“As atividades lúdicas devem permitir aos alunos novas descobertas. Cabe ao professor buscar em diversas fontes, materiais que possam auxiliá-lo em sua prática. É necessário ter sempre em mente que atividades lúdicas podem (e devem, sempre que possível), ser interdisciplinares, haja vista a abrangência maior de possibilidades de aprendizagem por parte do aluno, e de possibilidades de desdobramentos da aula, por parte do professor” (KISHIMOTO, 1993, p.60).

Cabe ressaltar que as atividades lúdicas propostas pelo professor devem estar coerentemente embasadas, pois o jogo não pode ser proposto se não tiver objetivo definido, visto que o processo de ensino-aprendizagem começa a se estabelecer no momento em que o aluno percebe, vivencia e compreende a proposta do jogo. Quando o jogo é inserido na rotina da sala, o professor precisa ter em mente que não se trata de uma simples distração, mas um recurso para se alcançar objetivos previamente planejados. O professor se colocará na função de mediador, e, portanto, estará ali para fazer todas as intervenções necessárias para cumprir os seus intentos pedagógicos.

“Quando refletem sobre as possibilidades de intervenção e de ensino com a utilização do lúdico, os educadores sempre relatam experiências sobre sentimentos e posicionamentos que evidenciam a relação entre educador e educando, adulto e criança. Nessa perspectiva, se o educador souber observar as perguntas que seus alunos fazem, a maneira como exploram objetos e brinquedos, ele irá perceber que existem inúmeras possibilidades de intervenção durante as atividades pedagógicas desenvolvidas na sala de aula. A ludicidade como prática pedagógica requer estudo, conhecimento e pesquisa por parte do educador” (RAU, 2011, p. 42).

É fundamental que as atividades lúdicas contêm objetivos pedagógicos claros e definidos, e existe uma grande variedade de possibilidades: Cabra-Cega, Siga o Mestre, Amarelinha, Empilhar Caixas, Quebra-Cabeças, Jogo da Memória, Cordel Encantado, Labirinto etc. Os materiais são relativamente poucos, e plenamente suficientes para as atividades: caixas, bexigas e fitas, entre outros, o que é necessário somente é definir quais os objetivos pedagógicos que se pretende alcançar e deixar que a criatividade faça o restante do trabalho.

É fato que jogos recreativos despertam a curiosidade da criança, potencializando o desenvolvimento de suas habilidades e seus conhecimentos básicos, numéricos e de raciocínio lógico. As músicas infantis desenvolvem a memorização e estimulam a socialização e o relacionamento com seus pares ao cantarem em conjunto. Já as brincadeiras de roda oferecem à criança momentos de socialização, em que os laços de amizade e de afetividade se consolidam. As histórias de Faz de Conta, Contos de Fadas ou Fábulas (Leituras de Histórias Infantis) aguçam os conceitos de concentração e atenção da criança, e isto aprimora sua capacidade de imaginação e compreensão.

O jogo da memória é um excelente exemplo da aplicação de estratégias pedagógicas, que se estabelece como um recurso didático-pedagógico importantíssimo para a alfabetização, tanto na construção da base alfabética (desenvolvimento dos níveis da escrita e leitura pré-silábica, silábico-alfabética e alfabética), quanto na consolidação da base ortográfica (ortografia correta). Assim, o jogo da memória possui como objetivo observar e analisar o desempenho de cada aluno nas perspectivas de relações e esquemas que utilizam, forma como tratam as dificuldades que se apresentam, a linguagem verbal que empregam, como lidam com o cumprimento efetivo das regras e as tentativas de burlar essas regras, a capacidade de concentração, de memorização, além do grau de socialização e afetividade.

Os jogos, em geral, tornam bastante possível a identificação de alguns elementos importantes para os alunos da Educação Infantil, como: participação, respeito aos direitos dos colegas, respeito às regras do jogo, liderança, timidez, interesse, etc.

“Os jogos como atividades que envolvem disputas ou desafios são considerados sucessos garantidos. Além de estimularem o raciocínio e a concentração, os jogos ajudam a compreender regras importantes na escola e na vida. O jogo possibilita ao aluno se expressar de forma verbal, romper barreiras com a timidez, vencer as inabilidades, a vergonha e também perceber seu erro para reforçar a aprendizagem, percebendo que todos podem errar

e aprender a respeitar os erros dos outros” (SOARES, 2005, p.57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi propor algumas considerações básicas a respeito da importância de se aplicar atividades lúdicas na Educação Infantil, especialmente considerando o desenvolvimento psicomotor e os inúmeros benefícios obtidos por meio da utilização deste recurso, e como estas atividades produzem impacto positivo nos aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores das crianças nas suas primeiras experiências com o ambiente escolar. Entendendo a contribuição que estes benefícios proporcionam, os educadores tem procurado introduzir as atividades lúdicas, especialmente jogos e brincadeiras, no currículo pedagógico das suas instituições. Nesse sentido, os jogos são propostos para apresentar situações-problema, para aprimorar conteúdos e para preparar o aluno para aprender conceitos que o professor irá propor. Já as brincadeiras, sendo uma linguagem bastante comum ao universo infantil, é fundamental que estejam presentes também no ambiente escolar desde os anos iniciais. Dessa forma, o aluno poderá se expressar livremente por meio das atividades lúdicas, das brincadeiras, dos jogos, da música, da arte, da expressão corporal, ou seja, por meio de práticas repletas de espontaneidade e que as mantenham concentradas e focadas.

Ao brincar, a criança expressa toda sua individualidade, nesse sentido, ela não está preocupada em errar, ela participa das brincadeiras se divertindo, sonhando e fantasiando, e isto tende a contribuir beneficentemente para o desenvolvimento do seu aprendizado de uma maneira mais significativa. A imaginação se transforma em criatividade e realização, portanto, estimular essa liberdade e espontaneidade, experimentando o simples fato de ser criança na sua mais profunda essência, levará os educadores a investir no desenvolvimento integral da criança. Enquanto brinca, a criança se predispõe a aprender, e esta aprendizagem se torna algo interessante e repleta de significados.

Assim, o educador deve assimilar a ideia de que a educação pelo movimento é um instrumento estratégico bastante eficaz no processo da construção pedagógica, e ele possibilitará à criança resolver mais facilmente os problemas relativos ao seu aprendizado.

Dessa forma, as atividades lúdicas não devem mais ser vistas como algo secundário, principalmente quando os professores e educadores já estão plenamente conscientizados de que esse instrumento educativo, produzido pela dinâmica do

movimento, já se constitui numa excelente ferramenta para desenvolver os aspectos psicomotores das crianças, oferecendo a elas uma evolução constante do desenvolvimento da sua aprendizagem. Todas essas características, quando trabalhadas de maneira descontraída e espontânea, bem próprias de alunos dessa faixa de idade, contribuem significativamente para a construção sólida dos aspectos cognitivo e psicomotor das crianças.

Professores qualificados e conscientes dos inúmeros benefícios da aplicação das atividades lúdicas aos alunos da Educação Infantil estarão aptos a utilizarem estes recursos para atingir os objetivos propostos em cada uma das atividades lúdicas desenvolvidas, e logo identificarão a evolução dos seus alunos nos aspectos psicomotor, cognitivo e social.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Sidirley de Jesus. **Psicomotricidade: educação e reeducação**. 2. ed. Blumenau: Acadêmica, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação infantil (LDBEN)**, n. 9.394, de 20 dezembro de 1996. Brasília, Diário Oficial, 23 dez. 1996, p. 27833.

CORDAZZO, Scheila T. **A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*: UERJ: Rio de Janeiro, ano 7, n.01, 1ºSemestre de 2007.

COSTALLAT, D. M. M. **A psicomotricidade otimizando as relações humanas**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

FONSECA, Vitor. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FORTUNA, T. R. **Sala de aula é lugar de brincar?** In: XAVIER, M. L. M.; DALLAZEN, M. I. H. (org.). Porto Alegre: Mediação, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Histórias de ideias pedagógicas**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

GALLAHUE, D. J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor dos bebês, crianças, adolescentes e adultos**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

GONÇALVES, F. **Do andar ao Escrever. Um caminho psicomotor**. São Paulo: Cultural RBL, 2009.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento psicomotor – do nascimento até 6 anos.** Trad.: Ana G. Brizolara, 2ª ed., Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.

LIMA, A. S.; BARBOSA. S. B. **Psicomotricidade na Educação Infantil – desenvolvendo capacidades.** Expoente, 2007.

MACHADO, J. R. M. e NUNES M. V. S. **245 Jogos Lúdicos: para brincar como nossos pais brincavam.** Rio de Janeiro: Walk Editora, 2011.

PORTO, Bernadete de Souza (Org.). **Educação e Ludicidade – Ensaio 02.** Bahia: GEPEL/FACED/ UFBA, 2002, p. 22-60.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica.** 2ª ed. Curitiba, PR, Ibpex, 2011.

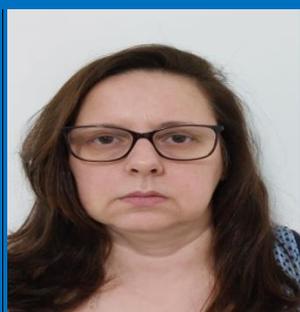
SOARES, Carlos. **Artigo para o Site da Revista Nova Escola.** São Paulo: Abril, 2005.

TEIXEIRA, Sirlândia. **Jogos Brinquedos, Brincadeiras e Brinquedoteca.** Rio de Janeiro: Walk Editora, 2010.

VELASCO, Cacilda Gonçalves, **Brincar: o despertar psicomotor,** Rio de Janeiro: Sprit, 1996.

ZANLUCHI, Fernando Barroco. **O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade.** Londrina: 2005.

CONHECENDO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Danielle Osti Ferreira

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em AEE-Atendimento Educacional Especializado, Pedagogia Sistêmica e Psicopedagogia.



Telma Stocco Martins

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Direito Educacional e Educação Especial com Ênfase em Deficiência Auditiva.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estabelecer algumas reflexões sobre o tema dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, especialmente por compreender que este é o público fundamental com o qual as instituições de ensino lidam em seu cotidiano. Dessa forma, é essencial trazer um olhar a respeito destes indivíduos, observando seus direitos, sua condição, sua essência e suas responsabilidades, e, assim, esboçar o futuro que pode ser almejado por eles, isto certamente contribuirá para que a escola oriente seus recursos e suas metodologias de forma mais definida e mais convicta, para alcançar os objetivos estabelecidos para as crianças e adolescentes que ela se propõe a preparar. Nesse contexto, o ponto central desta reflexão é a criança e o adolescente, que, sendo seres totalmente sociais, como, aliás, é característico do ser humano, possuem a necessidade de viver em grupos, pois desde os tempos mais remotos, o fato de viver em grupos sociais facilitou a distribuição de tarefas, a divisão de esforços e a consequente evolução da qualidade de vida. Entretanto, essa vida em sociedade trouxe também uma grande quantidade de conflitos, e a forma mais prática de resolver essa questão de maneira que promovesse uma convivência satisfatória entre esses indivíduos, e mesmo entre os demais grupos sociais, foi por meio da organização de regras de conduta que regulassem as normas de comportamento para viabilizar um convívio satisfatório para todos. Todavia, em todas as sociedades, em todas as épocas, sempre houve seres dominantes, governantes, reis e imperadores, que sempre subjugaram os cidadãos comuns por meio da força e do abuso do poder. Entretanto, as sociedades evoluíram e reconheceram a necessidade de limitar esse

poder autoritário, garantindo direitos que pudessem proteger a população em geral. Este cenário possibilitou a criação dos direitos humanos, os quais passaram a exigir do Estado um tratamento mais eficiente em relação às suas necessidades básicas como: saúde, educação, moradia, segurança, trabalho, lazer, acesso à cultura, redução de desigualdades, livre iniciativa, defesa do consumidor, entre outras. No Brasil, estes direitos estão garantidos pela Constituição, e dentre eles está o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual tem sido uma ferramenta bastante eficaz para a proteção dos direitos dessa parcela tão importante da sociedade. Este artigo visa trazer algumas reflexões sobre os direitos e deveres desse público que é tão vulnerável e tão explorado por meio de abusos sexuais e trabalho infantil, entre outros, que ainda são identificados, mas que precisam ser eliminados da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Criança; Adolescente; Educação.

INTRODUÇÃO

A Declaração de Independência Americana e a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão tornaram-se marcos fundamentais para a idealização dos Direitos Fundamentais, cuja conquista foi alcançada por meio de muitas lutas, conflitos e contendas, que culminaram com a promulgação dos Direitos Humanos, uma conquista alcançada mediante esforços gigantescos visando a construção de uma sociedade mais autônoma em relação ao Estado, o qual passou a ter suas atividades mais limitadas e mais controladas. Por essa razão, os Direitos Humanos são reconhecidos como uma construção histórica que tem por objetivo proteger os direitos e a dignidade dos cidadãos.

“Os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, em espaço de tempo recente, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e garantir melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla”. (ALMEIDA; BITTAR, 2010 p. 11).

Este cenário levou a sociedade a se engajar na luta pelos direitos da criança e do adolescente, e, à medida que este pleito foi ganhando força, os resultados apareceram. Assim, em 1989, foi adotada pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), a Convenção referente aos Direitos da Criança,

documento que se destacou como sendo o tratado internacional de garantia e proteção aos direitos das crianças e adolescentes. Todavia, somente em 1990 o documento foi oficializado como uma lei internacional, que consolidou o preceito da proteção integral à criança e ao adolescente, reconhecendo, assim, o princípio da dignidade da pessoa humana.

“A criança e o adolescente passaram a ser vistos como sujeitos titulares de direitos fundamentais e que precisam de proteção especial e com prioridade, diante de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A Convenção de 1989 estabeleceu uma relação com os direitos que pretendia salvaguardar, dentre eles: direito à vida (art. 6.º), direito ao nome, à nacionalidade e a conhecer aos seus pais e a ser cuidada por eles (art. 7.º), direito à identidade (art. 8.º), proteção ante a separação dos pais (art. 9.º), à liberdade de expressão (art. 13), pensamento, consciência e crença (art. 14); proteção contra exploração e abuso sexual (art. 19)” (PIOVESAN, 2015, p.18).

Estes avanços se fortaleceram no Brasil com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, que estabeleceu o princípio integral dos direitos das crianças e dos adolescentes, em Julho de 1990. Este documento determinou que as crianças e os adolescentes passassem a gozar plenamente de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

“Em 13 de julho desse ano (2022), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 32 anos de existência e já passou por algumas revisões durante sua ‘vida’ para que fosse cada vez mais eficaz na proteção integral à criança e ao adolescente em nosso país, uma vez que ele é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos deles. Dentre muitos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente,. Assim, o ECA garante a todos aqueles que estão debaixo de sua proteção, em seu Art. 3º o ECA explicita que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BLOG INSTITUTO LIVRES, 2022).

Os avanços alcançados pelo ECA nestes 33 anos de sua promulgação são inegáveis, todavia, ainda são evidentes as dificuldades e problemas encontrados para se consolidar sua aplicação prática, principalmente num país com as dimensões territoriais do Brasil, o que torna ainda mais difícil a implantação de políticas públicas eficazes no atendimento de crianças e adolescentes.

“Ainda temos zonas no país em que o Estado está ausente. Temos dificuldade de acesso a diversos locais, como na

Amazônia, onde o único modo de se chegar a algumas localidades é por barco, e isso após sete dias de viagem. Além disso, verifica-se que falta acesso à informação e internet, que não chega para todas as crianças e adolescentes, gerando exclusão. Esse tipo de desigualdade explica por que a evasão dos adolescentes no ensino médio ainda é tão alta: a previsão, segundo especialistas, é de que o Brasil só chegue a ter 33% da população no ensino superior no ano de 2041” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2022).

Assim, propor algumas reflexões sobre os direitos da criança e do adolescente, sua abrangência, suas conquistas e os desafios para sua aplicação prática é o que este artigo busca retratar.

A CRIAÇÃO DO ECA, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Com o fim da ditadura militar, e após uma luta intensa da população que se mobilizou em todos os níveis, foi promulgada a Constituição, em 1988, fruto de reivindicações da sociedade, todavia, constatou-se que algumas leis estabelecidas precisavam ser regulamentadas, dentre as quais a que consta no artigo 227. Tal fato tem profunda relevância histórica, uma vez que as organizações voltadas à infância se mobilizaram buscando envolver toda a sociedade em torno do tema: “Emenda da Criança, Prioridade Nacional”. Essa mobilização atingiu seu ápice quando crianças e adolescentes se dirigiram ao Congresso Nacional para entregar um documento que continha mais de um milhão de assinaturas coletadas, o que fez com que os legisladores constituintes aprovassem o artigo 227.

Após este momento histórico, houve a necessidade de se regulamentar o artigo 227, o qual garantia às crianças e aos adolescentes direitos fundamentais para sua sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral, assegurando, também, proteção de forma especial, ou seja, por meio de dispositivos legais direcionados a combater a negligência, maus-tratos, violência, crueldade opressão e exploração. A matéria e o enfoque desse artigo remetiam à Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, e foi dentro desse contexto que foi criado o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente.

“O Estatuto é resultado da articulação e da participação dos movimentos sociais e contemplou o que havia de mais avançado na normativa internacional em relação aos direitos da população infante-juvenil. Especialistas apontam que o Estatuto da Criança e do Adolescente é fruto de uma construção coletiva, do depósito de expectativas de transformação que redundaram em realidades normativas dotadas, por esta razão, de grande legitimidade” (PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA, 2021).

Antes da consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, havia uma legislação que objetivava defender esse público, era o “Código de Menores” promulgado em 1927, designado à população menor de 18 anos. Este documento ficou conhecido ao longo do tempo como “Código Mello Matos”, possuindo um inquestionável caráter assistencialista e controlador, vindo a se tornar, na verdade, um mecanismo de intervenção sobre a população menos favorecida. O Código de Menores, promulgado em 1927, só veio a ser revisado em 1979, porém não obteve êxito em romper com o sentido arbitrário, assistencialista e repressor para com o público infante-juvenil. A atualização não abrangia a totalidade de crianças e adolescentes, mas apenas os que eram reconhecidos como estando em “situação irregular”. Além disso, o Código era praticado com grande discriminação, havendo distinção entre “criança” e “menor”, em que se considerava “criança” o que era filho ou filha proveniente de família abastada, enquanto que o filho de família pobre era chamado de “menor”.

Foi nesse contexto que foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, em Julho de 1.990, que estabeleceu a proteção integral das crianças (pessoa até 12 anos de idade incompletos), e dos adolescentes (pessoas entre 12 e 18 anos de idade). É importante ressaltar que o ECA passou a considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e procedeu a criação de importantes instituições como o Conselho Tutelar, responsável por cuidar da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, e os Conselhos de Direitos da Criança. Essas duas instituições atuam na esfera federal, estadual e municipal, e sua principal atribuição é formular políticas públicas eficientes para crianças e adolescentes. Apesar das evidentes dificuldades para sua implementação em todo o território nacional, o ECA é reconhecido como um dos melhores do mundo, tratando-se de uma das leis mais evoluídas sobre proteção de crianças e adolescentes. Sua importância se deve ao reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, vivendo etapas e experiências intensas de desenvolvimento psicológico, físico, social e moral, merecedores de receber proteção integral e prioritária em seus anseios e necessidades.

ASPECTOS IMPORTANTES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Por muito tempo a criança e o adolescente não eram considerados como sujeitos de direitos perante a legislação e ordenação jurídica brasileira, as normas que regulamentavam situações envolvendo crianças e adolescentes eram utilizadas

exclusivamente para tratar de algum ato infracional que eles cometiam, porém, não havia nenhum direito lhes garantindo proteção ampla e integral. Assim, a Constituição de 1.988, fundamentada na Declaração dos Direitos Humanos, determinou que a criança e o adolescente fossem reconhecidos como sujeitos de direitos, ou seja, serão tratados como cidadãos, com total acesso aos seus direitos e deveres.

“Direitos humanos são tudo o que um ser humano deve ter ou ser capaz de fazer para sobreviver, prosperar e alcançar todo o seu potencial. Todos os direitos são igualmente importantes e estão conectados entre si. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece os direitos humanos como um pré-requisito para a paz, a justiça e a democracia. Os direitos humanos são universais, isto é, todos os 7,6 bilhões de seres humanos que vivem na Terra nasceram com esses direitos, e ninguém pode tirá-los deles. As crianças e os adolescentes têm todos os direitos humanos, não porque são o futuro, mas porque são seres humanos, hoje” (UNICEF, 2022).

Nesse sentido, os direitos da criança e do adolescente foram estabelecidos, todavia, compete à sociedade fazer uso deles, tornando-os conhecidos e respeitados. Dessa forma, com base nas disposições legais aprovadas na Constituição de 1.988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069 de 1990), é possível fazer um resumo dos direitos conquistados:

- Proteção à maternidade, à infância e à adolescência como direito social, que viabilize o seu nascimento e um desenvolvimento sadio com condições dignas de existência.
- Amparo às crianças e adolescentes "carentes" perante a assistência social.
- Acesso universal e gratuito à educação básica (educação infantil ao ensino médio), desde o seu nascimento.
- Vida, saúde, alimentação saudável, educação, lazer, profissionalização (para os maiores de 14 anos), cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária.
- Vedação de sofrer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, e ainda, ao tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- Assistência integral à saúde.
- Acolhimento de crianças e adolescentes que estiverem em situação de risco, abandono, ou outras situações que atentem aos seus direitos.
- Programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

- Desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- O direito à liberdade compreende: ir e vir, opinião e expressão, crença e culto religioso, brincar e praticar esportes, participar da vida familiar e comunitária, participar da vida política, buscar refúgio, auxílio e orientação.
- Inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral.
- Educação sem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.
- Igualdade de direitos em relação aos seus irmãos adotivos, consanguíneos, socioafetivos.

Estes direitos, em sua totalidade, são constitucionais e assegurados pelas leis brasileiras, tornando-se necessário que toda a sociedade tome conhecimento para apoiar, aconselhar, dar suporte e, se necessário, auxiliar estes indivíduos que são vulneráveis e muitas vezes não fazem valer estes seus direitos. Neste sentido, a responsabilidade dos educadores acaba sendo maior ainda, pois cada comportamento que a sociedade passa a adotar, resultado da sua evolução e liberdade, acarretará em direitos legítimos que precisam ser defendidos, e os educadores se tornam instrumentos para coibir o caráter repressivo que ainda existe em uma parte significativa da sociedade.

“Importante constatar que diante dos direitos que as crianças e os adolescentes são sujeitos, estão amplamente resguardados a sua liberdade de identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero, entre outras interseccionalidades das quais observamos, com recorrência, infelizmente, que os seus genitores, familiares e responsáveis, visam impedir, mitigar e obstaculizar” (SASSO ADVOCACIA, 2021).

DIFICULDADES PARA O CUMPRIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tornou-se um verdadeiro marco na história dos direitos humanos no Brasil, desde 1990, ano de sua proclamação, passou a garantir que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de garantir a preservação de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Todavia, após décadas de avanço contínuo, o estatuto

agora enfrenta novos desafios, e, segundo alguns especialistas, até mesmo retrocessos, pois as mudanças significativas trazidas pelo ECA, especialmente nos aspectos sociais e educacionais, passam a enfrentar desafios e alguma resistência.

Estes desafios surgem em decorrência de aspectos sociais, financeiros, religiosos e culturais que se tornam repressores em todo o território nacional, especialmente em regiões mais distantes e menos assistidas. Entretanto, cabe listar alguns dos maiores desafios que o Estatuto da Criança e do Adolescente enfrenta nos dias atuais, segundo a interpretação de especialistas no tema, conforme apontado pela Revista Crescer:

Creches – Já em 2016, apenas 22,53% das crianças brasileiras entre 0 e 3 anos estavam matriculadas em creches segundo o relatório 'Desafios na Infância e na Adolescência no Brasil', produzido pela Fundação Abrinq. Um dos maiores desafios do país na área da educação será aumentar o acesso a essas instituições, chegando ao atendimento de metade das crianças dessa faixa etária até 2024, meta do Plano Nacional da Educação.

Combate à pobreza – O Eca garante o desenvolvimento da criança em um ambiente saudável. Porém, segundo dados do IBGE de 2016, 8,2 milhões de jovens entre 0 e 14 anos se encontram em situação de pobreza extrema e 20,4 milhões de crianças dessa faixa etária enfrentam pobreza domiciliar.

Expansão dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – De acordo com o ECA, todas as cidades do Brasil deveriam contar com conselhos para discutir políticas públicas focadas em crianças e adolescentes. Porém, de acordo com dados do IBGE de 2016, 321 municípios ainda não possuíam Conselhos.

Cultura e lazer – O acesso à cultura e lazer são direitos fundamentais garantidos pelo ECA a todas as crianças e adolescentes. Mas, segundo dados divulgados pelo Ministério da Cultura em 2016, apenas 24,8% dos municípios brasileiros possuíam um centro cultural.

Trabalho infantil - A meta do país é erradicar o trabalho infantil até 2025, porém especialistas afirmam que ela provavelmente não será cumprida. Em 2017, 3,5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam ilegalmente empregadas, segundo o IBGE.

Equipagem dos conselhos tutelares - Os conselhos tutelares são outra ferramenta criada pelo ECA para que a sociedade colabore na garantia do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Segundo a lei, todo município deveria contar com um, mas dados do Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares de 2017 mostram que apenas 95% deles possui conselho tutelar. O maior desafio em relação aos conselhos ainda é a falta de equipamento. O Cadastro mostrou que na época em que foi realizado: 41% dos Conselhos Tutelares não tinham sedes exclusivas, 44% não possuíam veículo motorizado próprio, 25% não tinham telefone próprio e 37% não tinham celular de plantão, o que torna extremamente difícil o trabalho dos conselheiros.

Redução da gravidez da adolescência - Segundo relatório do Ministério da Saúde, 19,3% das crianças nascidas vivas em 2016 no Brasil são filhos de mulheres de 19 anos ou menos.

Redução no número de cesáreas – Desde 1985, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que a taxa ideal de cesáreas para um país está entre

10% e 15% dos partos. O Brasil está bem longe disso. Segundo levantamento da Organização, atualmente no país 53,7% dos nascimentos acontecem mediante dessa cirurgia. **Aleitamento materno** - A Organização Mundial da Saúde recomenda o aleitamento materno exclusivo até os seis meses e complementar até os dois anos ou mais. O ECA garante o direito de amamentar às mães lactantes, mas no Brasil, 33,21% dos menores de dois anos não foram amamentados, de acordo com dados de 2017 do Ministério da Saúde. **Redução da taxa de mortalidade materna** - Um recente relatório da UNICEF apontou a redução da mortalidade materna como um dos principais desafios do ECA para os próximos anos. O Brasil ainda está longe de alcançar a meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, que estabeleceu o número de mortes de mulheres diretamente ligadas à gravidez para no máximo 35 por 100 mil nascidos vivos. No Brasil, esse indicador é de 61,5 por 100 mil nascidos vivos, segundo estimativas de 2017". (REVISTA CRESCER. 2020).

Todos estes elementos listados são apenas uma pequena parte dos direitos e conquistas estabelecidos pelo ECA, mas que ainda estão muito longe de obter uma consolidação efetivamente prática.

A ESCOLA E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

É bastante comum que os educadores, durante sua jornada de trabalho nos estabelecimentos de ensino, consigam observar um número considerável de violências e desrespeitos praticados contra crianças e adolescentes, indivíduos reconhecidamente vulneráveis e que se encontram em plena formação de sua condição psíquicas moral e física, necessitando, portanto, de acompanhamento constante e orientação, além de uma educação de qualidade. A promulgação do ECA (Lei 8.006/90), representou uma grande conquista para os movimentos sociais que pleiteavam a defesa dos direitos da infância e adolescência. Tais entidades buscavam reduzir consideravelmente o quadro de violência e desigualdade existentes, concedendo a eles a condição de sujeitos de direitos, justamente por reconhecer que se trata de pessoas em fase de formação de sua personalidade, de sua integridade física e emocional e que estas características são fundamentais para o seu desenvolvimento individual. Cabe ressaltar que essa conquista de direitos não significa que não haja responsabilidades, uma vez que o estatuto não oferece somente direitos às crianças e aos adolescentes, mas também aponta suas responsabilidades e deveres.

Dessa forma, o ECA se torna um componente importantíssimo de auxílio ao trabalho dos profissionais da educação em sua atuação pedagógica, além de ser um instrumento que oferece garantia de aplicação de políticas públicas tão necessárias

para a infância e para a juventude, especialmente as que estejam vulneráveis ou em situação de risco.

“Ao contrário dos dizeres populares alardeados pela mídia e especuladores, o ECA não se apresenta como uma ameaça à autoridade do sistema educacional, e sim, como um contendor das negligências promovidas contra crianças e adolescentes. A garantia de prioridade compreende direitos fundamentais como educação e saúde, cultura, esporte e lazer, enfim, políticas públicas para a proteção à infância e a juventude. A escola, além de instruir e educar, deve assumir junto com a sua comunidade a função de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes correspondendo aos artigos 227 da Constituição Federal de 1988, regulamentada no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que normatizou a Proteção Integral como responsabilidade de todos, bem como a Lei nº 9.394/96, em seu artigo 32, § 5º que trata da inserção dos conteúdos no Ensino Fundamental dos direitos de crianças e adolescentes, instituído pela Lei Federal 11.525 de 2007” (EDUCADORES DIA-A-DIA, 2021).

Portanto, a escola deve sempre priorizar ações que abordem a educação em direitos humanos, propondo um trabalho coletivo que estimule e garanta a participação dos diferentes componentes do ambiente escolar, tais ações certamente contribuirão para o desenvolvimento da cidadania, um dos principais objetivos da educação. Dessa forma, a escola precisa estar focada em cumprir as determinações do Artigo 53 do ECA, que estabelece que a criança e o adolescente tem direito à educação, com vistas ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, para que sejam preparados para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes as seguintes premissas:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Direito de ser respeitado por seus educadores;
- Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

A gestão escolar deve estar determinada a colocar em prática todas estas disposições de forma efetiva, e necessita ter pleno conhecimento das obrigações constantes no Artigo 56 do ECA:

“Cabe aos gestores escolares comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo os seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, os elevados níveis de repetência, após esgotados os recursos escolares de solução pedagógica dos casos em questão. A não comunicação implica em infração administrativa prevista no artigo 245 do ECA. Os pais e responsáveis, em relação ao filho em idade escolar, devem ter o direito de ter ciência do processo pedagógico, participar da definição das propostas educacionais e providenciar a matrícula dos filhos na escola. O não cumprimento acarretará sanções de natureza civil e penal” (EDUCADORES DIA-A-DIA, 2021).

Como todos estes direitos envolvem a participação de diferentes organizações, o ECA orientou a criação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Esse sistema foi institucionalizado e legalizado com a Resolução 113 de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

“A ideia do sistema é garantir a articulação intersetorial, que envolva diferentes instâncias públicas governamentais e sociedade civil no sentido de, como diz o seu art. 2º, promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes. Assim, assistência social, secretarias de educação, órgãos de saúde, defensorias e conselhos tutelares são alguns dos organismos que devem trabalhar juntos em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes. Campanhas de vacinação, por exemplo, que são realizadas pelo sistema de saúde, podem fazer uso da escola como espaço para disseminar informação e chegar até a população. A merenda escolar também é um importante fator (quando não o único) na garantia da segurança alimentar dos estudantes” (BLOG CENPEC, 2020).

Neste cenário, a importância da escola se consolida, uma vez que ela é o único aparelho do Estado disponível em muitas localidades do país, e, dessa forma, acaba assumindo o papel de outras redes, e essa tem sido uma situação que exige a máxima atenção, visto que o objetivo do sistema de garantia de direitos é, essencialmente, providenciar a articulação entre as diferentes áreas, e não o direcionamento para uma entidade somente, sobrecarregando a escola, por exemplo. Dessa forma, num contexto em que muitos alunos precisam trabalhar para ajudar suas famílias na composição da renda familiar, o aluno sempre argumenta que não conseguiu fazer um trabalho ou mesmo estudar para uma prova porque não teve tempo. É função do ECA resguardar o direito deste adolescente em exercer uma carga horária bem específica, e assegurar os direitos de intervalo de estudo, na condição de menor aprendiz. Todavia, muitos estudantes não sabem disso, e muitos nem trabalham sob a condição de menor aprendiz.

Para atuar em casos como este, a escola necessita contar amplamente com o apoio fundamental do Conselho Tutelar. Muitas escolas tem adotado o critério de, constatando que determinado aluno atingiu cinco faltas alternadas ou três consecutivas, por exemplo, o aluno será chamado para explicar o motivo das faltas ou até mesmo de possíveis atrasos. Caso ele alegue que o problema é de ordem familiar ou de trabalho, será elaborado um relatório dirigido ao Conselho Tutelar, para que este venha até à escola para trabalhar em conjunto com este aluno e com sua família. Essa parceria é extremamente importante para lidar com qualquer tipo de violação pelas quais as crianças e adolescentes possam estar passando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste artigo foi o de promover algumas reflexões sobre a importância de se conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente num momento em que o ECA completa 33 anos de sua promulgação, o que torna importante conhecer sua história de lutas e demandas sociais que culminaram nessa conquista que a sociedade brasileira tanto se esforçou para alcançar. Neste sentido, os aspectos históricos que ganharam força com a promulgação da Declaração dos Direitos Humanos, motivaram diversos segmentos da sociedade brasileira a empreender esforços na busca da liberdade democrática. Assim, Com o término da ditadura militar, aconteceu a instauração da Assembleia Nacional Constituinte, e a população idealizou vários projetos, dentre os quais um que visava oferecer à criança e ao adolescente, mecanismos de proteção e de direitos que coibissem a exploração e violação de direitos fundamentais aos quais eles eram submetidos. Assim, com uma mobilização gigantesca da população, o Congresso Nacional legalizou o direito das crianças e dos adolescentes se tornarem sujeitos de direitos, e, dessa forma, passando a desfrutar dos direitos e responsabilidades inerentes à pessoa humana.

Dessa forma, por meio da instituição do ECA, as crianças e adolescentes passaram a ter os seus direitos à vida, saúde, alimentação saudável, educação e lazer, entre tantos outros plenamente reconhecidos. Entretanto, considerando as dimensões territoriais do país, e seus aspectos econômicos e sociais tão diferentes e tão desiguais em cada região do país, os desafios encontrados para viabilizar e efetivar estes direitos são imensos. Eliminar a violência física e psíquica, e a exploração profissional e sexual, promovendo uma alimentação adequada no mínimo três vezes ao dia, com total

acesso à saúde, à educação de qualidade e ao lazer, são condições que, em muitíssimos recantos do país, não são encontradas.

No contexto educacional, o ECA defende premissas fundamentais como a igualdade de condições, tanto para ingressar quanto para se manter na escola, ser respeitado por seus professores, contestar os critérios de suas avaliações, incluindo o direito de recorrer a instâncias superiores caso discorde dos critérios adotados nessas avaliações, além de poder se organizar e participar de entidades estudantis. A cooperação de entidades sociais como os Conselhos Tutelares, tende a reduzir a sobrecarga de providências e deliberações a serem tomadas pela escola, a qual deve se empenhar em cuidar do desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes, mobilizando suas equipes para estarem muito atentas à manifestação de qualquer tipo de abuso, desrespeito ou violência sofridos pelos seus alunos nessa etapa de tantas aprendizagens e tantas descobertas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme A de; BITTAR, Eduardo Carlos. **Mini-Código de Direitos Humanos. Associação Nacional de Direitos Humanos (ANDHEP)**. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). Brasília: Teixeira Gráfica e Editora, 2010.

BLOG CENPEC. **O papel da escola na rede de proteção de crianças e adolescentes**. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/o-papel-da-escola-na-rede-de-protecao-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em 27 ago 2023.

BLOG INSTITUTO LIVRES, **Direitos Fundamentais garantidos pelo ECA**. Disponível em: <https://institutolivres.org.br/direitos-fundamentais-garantidos-pelo-eca/> Acesso em 30/06/2022.

EDUCADORES DIA-A-DIA. **Eca na Escola, Agentes de Apoio I e II**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/agentes_eca_anexo1.pdf. Acesso em 29 ago 2023.

MPPR (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ). **Aos 32 anos, ECA enfrenta desafios para sua efetiva implementação**. Disponível em: <https://mppr.mp.br/2020/07/22769,10/Aos-30-anos-ECA-enfrenta-desafios-para-sua-efetiva-implementacao.html>. Acesso em 27 ago 2023.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA. **Construção histórica do estatuto**. Disponível em <https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/coordenadoria-estadual-da-infancia-e-da-juventude/campanhas/eca-30-anos/construcao-historica-do-estatuto>. Acesso em 01 set 2023.

REVISTA CRESCER, **Dez desafios para implantação do ECA**. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2015/07/25-anos-do-eca-dez-desafios.html>. Acesso em 27 ago 2023.

SASSO ADVOCACIA, **Quais são os direitos da criança e do adolescente?** Disponível em: <https://www.sassoadvocacia.com.br/blog2.php?item=223>. Acesso em 27 ago 2023.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), **Os direitos das crianças e adolescentes**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/os-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes>. Acesso em 30 ago 2023.



A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO

Mislaine Fernandes Florentino

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento.

INTRODUÇÃO

A alfabetização é a conquista de habilidades em codificar a linguagem oral em escrita e de decodificar a linguagem escrita em linguagem oral, ler. Um processo abrangente e permanente que pode se estender por toda a vida, que não se finaliza na aquisição do aprendizado da leitura e da escrita.

Segundo Magda Soares (2002), o termo alfabetização não ultrapassa o significado de “levar a aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever, pedagogicamente confere um significado abrangente ao processo seria negar a especificidade dele, com reflexos não desejáveis na caracterização de sua natureza.

O Brasil é um país que vem reincidindo no fracasso em alfabetização, arrisca-se comentar que neste início do século XXI, o problema permanece, a diferença é que hoje os alunos não rompem às barreiras do primeiro ciclo, que substituiu a primeira série como etapa da alfabetização, no caso de sistemas que optaram pela progressão continuada, passam ao ciclo seguinte ainda não alfabetizados.

Neste cenário, ensinar a ler e escrever envolve vários desafios para escola, inserir o aluno em uma sociedade letrada, é transforma-lo de um simples ouvinte da leitura para um leitor e escritor competente. Um dos desafios é incorpora-los na cultura letrada, visto que no Brasil ainda existem muitas barreiras e resistência à prática leitora. Pressupõe que ler é chato, que ler dá sono e que é uma perda de tempo. Quebrar alguns paradigmas já enraizados na cultura brasileira é uma das metas da escola e fundamental para fazer com que não apenas os alunos apreciem a leitura, mas como também as suas famílias sejam incorporadas no mundo letrado.

No capítulo I será abordado à alfabetização no Brasil um pouco da história da educação no país até os dias atuais, ainda no capítulo I será contextualizado um pouco sobre a leitura, sua importância no processo de alfabetização.

No capítulo II trataremos sobre como as crianças adquirem o hábito da leitura, e qual é o papel da escola e da família nesse processo.

No capítulo III serão apresentadas algumas estratégias de leitura, segundo autores, para os anos iniciais do ensino fundamental.

A presente monografia tem por objetivo; compreender como se dá a ação de leitura na alfabetização, entender os desafios dos professores dentro de seu ambiente de trabalho. Analisar de que forma a leitura, pode colaborar para a metodologia de alfabetização, definir estratégias possíveis que possam favorecer um ambiente leitor nos anos iniciais do ensino fundamental.

A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

O Brasil foi marcado na década de 40 do século XX, pela democratização da educação onde a escola passou a receber um número de alunos muito mais numeroso e heterogêneo. Nessa época o Brasil teve um dos maiores números de repetência segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação, de cada mil crianças que ingressaram na primeira série, em 1963, apenas 449 passaram para segunda série, em 1974, depois de 10 anos, de cada mil crianças que ingressaram na primeira série, apenas 438 chegaram a segunda série em 1975.

Até os anos 80 do século XX, quando a organização por ciclos começou a ser introduzida no Brasil, a primeira série correspondia a série de alfabetização e, portanto somente o aluno considerado “alfabetizado”, era promovido a segunda série.

O Brasil é um país que vem reiterando no fracasso em alfabetização, arrisca-se dizer que neste início do século XXI, o problema permanece, a diferença é apenas que, hoje os alunos não rompem a barreira do primeiro ciclo, que substituiu a primeira série de sistemas que optaram pela progressão continuada, os alunos acabam passando ao ciclo seguinte sem ser alfabetizados.

Múltiplos são os aspectos citados como causadores desse fracasso escolar em alfabetização, entre eles a metodologia, o material didático, o preparo do profissional de educação, a saúde física e mental do aluno e o meio cultural onde ele vive.

A alfabetização é um procedimento complexo e de uma multiplicidade de perspectivas, resultante da colaboração de diferentes áreas de informação, e de uma diversidade de concepções, exigida pela natureza do fenômeno, que envolve atores; professores e alunos, e seus contextos culturais, os métodos, materiais e meios.

Desde a constituição de 1988, que o Brasil vem investindo em programas que tem o objetivo de erradicar o analfabetismo no país. Como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa PNAIC, um programa que envolve todas as secretarias

de educação estaduais e municipais, onde os professores têm uma formação profissional nas áreas de língua portuguesa e matemática, com foco na alfabetização, e com o objetivo de que os alunos estejam alfabetizados até o 3º ano do ensino fundamental.

São aplicadas anualmente avaliações diagnósticas, (provinha Brasil) para medir a evolução dos alunos e saber qual foi o aproveitamento do programa, existem também monitoramento e gestão do programa em colaboração com os estados e municípios.

Apesar dos esforços as ultimas noticias de dados dos exames aplicados pelo Governo reproduzem a opinião de pais, professores, estudiosos acerca da realidade encontrada. Os resultados destes exames, como SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e Prova Brasil, são aplicados aos alunos de várias séries ou ciclos têm como resultado os menos animadores indicativos: que a Educação brasileira não vai bem.

O Brasil, assim como a maioria dos países da América Latina e do Caribe, está no grupo "intermediário", entre aqueles classificados como "longe de atingir as metas" e "perto de atingir as metas". A lista é feita a partir do cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação para Todos (IDE), que varia de 0 a 1. Apesar de deficiências no ensino, o relatório diz que o Brasil deve cumprir o acordo até 2015. Confira o ranking.

1. Cuba 0,981
 2. Uruguai 0,963
 3. Argentina / México 0,956
 4. Panamá 0,941
 5. Paraguai 0,935
 6. Venezuela 0,934
 7. Peru 0,931
 8. Equador 0,919
 9. Bolívia 0,915
 10. Colômbia 0,905
 11. Brasil 0,901
 12. Honduras 0,887
 13. El Salvador 0,867
 14. República Dominicana 0,824
 15. Guatamela 0,819
 16. Nicarágua 0,799
- (Movimento Social)5.

O Plano Decenal de Educação, em consonância com o que estabelece a Constituição de 1988, afirma a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-los aos ideais democráticos e à busca da melhoria do ensino nas escolas brasileiras. (PCN, 1998, p. 14).

Para alcançar que a Educação brasileira atinja, um dia, um grau de primazia, é necessário pensar na infraestrutura do ensino como um todo, sendo a alfabetização um dos pilares principais a serem reforçados. Cagliari manifesta essa preocupação dizendo que:

(...) o país precisa de professores mais bem formados, mais bem pagos, de escolas mais bem construídas e de currículos escolares mais inteligentes e mais modernos. O país precisa de escolas com facilidades exigidas pela vida moderna, pelas tecnologias de nossos dias, para que elas possam desenvolver um programa adequado e moderno de educação. A história das pessoas e da sociedade mudou muito nos últimos anos, porém, infelizmente, vemos nossas escolas se apegando a coisas do século passado, que não têm mais lugar nos dias de hoje. (GAGLIARI, 2005, p.2).

A LEITURA

A leitura constituindo um fator de desenvolvimento social, na função ler, torna-se uma habilidade indispensável ao desenvolvimento da aprendizagem integral do ser humano. Ler conjectura estar competente a atuar no meio social, compreender e fazer-se compreendido na sociedade letrada.

Aproximar-se desse assunto é algo bastante conveniente, visto que a leitura é fundamental na vida das pessoas, pois através dela advimos a conhecer outras realidades, outros pensamentos e tipos de cultura. Por meio da leitura é que designamos outros pensamentos, ou seja, restauramos e produzimos algo a partir de outras ideias (autor e leitor).

A leitura é uma atividade concretizada desde os primeiros anos de vida. Ao nascer, já se está condicionado à leitura de mundo. Aprendemos a falar e a comunicarmos oralmente de forma espontânea. Através das interações sociais, obtemos a necessidade de interagir se comunicar e de se relacionar com o mundo. Para isso, utilizam-se diversos meios, como: gestos, sons, olhares e a fala. Já as competências de ler e escrever são adquiridas mais tarde.

Sendo a leitura uma das primeiras formas de conhecimento para o homem, Freire (2001, p. 71) diz que: “A partir de muito pequenos, aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos ‘lendo’, bem ou mal, o mundo que nos cerca.” Neste sentido, o autor mostra que a leitura não se inicia no ato de decifração de escrita, mas a leitura de mundo. Na qual o leitor, a faz a todo o momento e com isso relaciona-se e posteriormente, tem o entendimento do texto.

Referente a esses conhecimentos já adquiridos ao longo da vida, Kleiman (2002,) mostra que:

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de conhecimento prévio: o leitor utiliza na leitura o que já conhece e o conhecimento adquirido ao longo da sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, à leitura é considerada um processo iterativo. Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão. (KLEIMAN, 2002, p.13).

Com isso, manifesta-se a necessidade de analisar a ativação da informação prévia, visto que, torna-se primordial o entendimento da leitura e através deste conhecimento, o aluno é capaz de realizar as inferências entre o que já se conhece e o que acabou de ler, fazendo deste conhecimento um divertimento, algo agradável.

Contudo, ao chegar à escola, essa compreensão de leitura é modificada por diversos fatores, tornando-se menos prazerosa e mais mecânica.

Segundo Martins 1994:

Muitos educadores não conseguiram superar a prática formalista e mecânica, enquanto para a maioria dos educandos aprender a ler se resume à decoreba de signos linguísticos, por mais que se doure a pílula com métodos sofisticados e supostamente desalienantes. Prevalece à pedagogia do sacrifício, do aprender por aprender, sem se colocar o porquê, como e para quê, impossibilitando compreender verdadeiramente a função da leitura, o seu papel na vida do indivíduo e da sociedade. (MARTINS, 1994, p. 23).

A leitura na escolar muitas vezes difere da leitura na prática social, na escola é feita em voz alta valorizando a mecânica e aplicando uma função de avaliar o aluno. Sendo que na prática social a leitura geralmente é feita de forma silenciosa.

A versão escolar da leitura não deve se afastar da versão social não escolar, caberia ao docente elaborar seu plano de aula voltado a atingir os objetivos propostos para o ensino da leitura de conhecimentos socialmente produzidos e assim; aproximar a prática leitora da escola com a prática leitora social.

Essa ação essencial, cheia de significação não necessitaria ser apenas uma mera atividade escolar mecânica. Porque, a leitura permite a conquista da autonomia através de seus significados, como também expande novos horizontes. Ela deve ser sim, fonte de alegria, de experiências e deve acompanhar-nos no transcurso da vida, não apenas na vida escolar.

É de conhecimento de todos que a leitura desenvolve um novo olhar nos alunos, traz informação e permite que adquiram uma posição crítica diante da existência de cada ser. Porquanto, o aluno só alcançará a importância da leitura se criar o gosto e sentir o prazer em ler, visto que a leitura é a reprodução de uma cultura, sendo de fundamental importância no desenvolvimento intelectual da criança.

Além de que, a leitura possui uma gama de sentidos e interpretações. Desta maneira, não se pode esperar que a partir de uma leitura, todos os leitores aproximem-se ao mesmo entendimento, como se existisse uma única verdade possível para ser decifrada, visto que, a compreensão do ato depende do tipo de leitura que se faz e do tipo de leitor que lê.

Assim sendo, as vivências de cada pessoa influenciam na sua interpretação, podendo surgir novas informações, novos desafios, novas interpretações. Segundo, Nacarato e Lopes (2005. p.158) “o indivíduo ao ler, interpreta e compreende de acordo com sua história de vida, seus conhecimentos e suas emoções”.

A leitura é um fator fundamental na alfabetização dos alunos, como um instrumento educacional é eficaz na construção de um enorme volume de informação, de mundo e do aluno consigo mesmo.

Pode-se considerar como uma base na metodologia de alfabetização e, por conseguinte a formação da cidadania. “Ler é estimulante” (Silva, 2009).

Como seria a comunicação humana sem a leitura? Com toda certeza impossível, pois desde a era pré-histórica o ser humano se comunica através de símbolos “desenhos” que já eram possíveis de serem decifrados e assim surge a ação de ler.

Ao pensar na alfabetização não se deve esquecer-se do letramento, pois letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever, dentro de um contexto social da vida do aluno onde ele seja habilitado não apenas de decifrar o código escrito, mas como também, ser habilitado a empregar todas as informações em suas práticas sociais.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO

É notório que a relevância da ação de ler, a qual se pode observar que é uma ação não linear, como uma metodologia consecutiva, pacífica e sem interpelações. Pelo contrário, é uma operação mental complexa marcada por questionamentos, porque envolve efetivamente a pessoa e suas emoções.

Ficando a leitura algo muito amplo em nossas vidas, ela transforma-se em um instrumento favorável a fim de que o aluno possa elaborar competências. No entanto é

preciso ser estimulada com os alunos que estão se dispondo para desenvolver seu papel em uma sociedade crítica.

Nesta perspectiva, a prática da leitura precisa ser fomentada desde cedo na criança, para formar futuros leitores, de modo que consigam estar bem esclarecidos no meio em que vivem.

A escola deve mobilizar-se em torno de projetos de formação de leitores, envolvendo toda a comunidade escolar. Mais do que a mobilização para aquisição e cuidado do acervo é essencial um projeto coerente de todo o trabalho escolar em torno da leitura.

É indispensável que a leitura seja concebida e proporcione um significado para o leitor. E os atores dos textos são: mãe, pai, escola e professor. É de total importância que leiam para os alunos, desta forma faz com que a leitura tenha vida, instigando a imaginação tal qual um ator interpretando o texto. Porque o que faz com que o texto tenha vida é a modo como ele é lido, a entonação das palavras e a pontuação coerente.

Além do que, é imperativo começar estimulando as crianças desde bem pequenas, logo na educação inicial. E é fundamental, fazer com que elas desejem entrar em outros mundos que a literatura oferece, posto que, na atualidade existe uma perspectiva mais participativa sobre leitura na qual permanece uma relação dialógica entre leitor/texto/autor motivada pelo contexto histórico social que os rodeiam.

Segundo Morais (1996, p. 201) “(...) aprendizagem da leitura é um produto cultural, baseado sem dúvida em capacidades naturais, mas pressionado por aquilo que as famílias e as instituições educacionais oferecem à criança”.

Para Silva (1991, p. 36) “quanto mais o ensino real da leitura for distorcido no âmbito da escola e da sociedade, tanto melhor para a reprodução das estruturas sociais injustas, existentes no país”.

É imprescindível salientar que a leitura precisa motivar o aluno, para entender o texto lido, para que, a partir desse ponto, ele seja capaz de elaborar hipótese e produzir novos textos.

Encontrar-se em contato com a Leitura é aprender um pouco de uma cultura e manifestar o desejo pela fantasia que a mesma proporciona. É de indispensável seriedade apresentar o valioso papel que a Leitura ocupa no desenvolvimento das crianças, até mesmo antes do processo de alfabetização.

A leitura permite “viajar” pelo universo da ludicidade e do pensamento literário, ainda possibilita o aprimoramento das diferentes linguagens, a comunicação, o aumento do vocabulário e o conhecimento de mundo.

A leitura de contos desperta a imaginação nas crianças e proporciona estímulos à linguagem oral, ampliando assim o vocabulário e adaptando as competências linguísticas, assimilando os métodos apresentados. Nesse caso é papel do educador promover esse contato. Igualmente é preciso que desde os primeiros contatos com a prática de leitura, esta seja realizada de forma contextualizada, ou seja, deve ter relações com o mundo vivencial do sujeito humano.

Como revela Freire (1992), antes mesmo de o aluno realizar a leitura dos vocábulos escritos é imperativo que este concretize a leitura de mundo.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1992, p. 11-12).

Dessa maneira, a ação de ler faz-se essencial ao indivíduo, pois o possibilita a inserção no meio social e o caracteriza como cidadão participante. Como um dos instrumentos essenciais para que a pessoa possa construir sua compreensão e exerça sua cidadania.

Essa leitura de mundo não é formal como as estabelecidas na instituição escolar, são leituras do seu contexto social e cultural, construídas na sua interação com a sociedade em que vivem, e à medida que a criança vai se desenvolvendo, ela busca outras formas para comunicar-se, através da linguagem, gestos, expressões.

O mesmo autor aponta que o sujeito em fase de alfabetização é o responsável pela criação do seu conhecimento, sendo que o educador exerce o trabalho de instigar o desenvolvimento de tais habilidades. No momento que chega à escola, ele traz consigo sua leitura de mundo, o que o torna capaz de delinear o que já conhece. O professor intervém neste momento orientando o aluno na trajetória da linguagem escrita, com diversos tipos de textos, que, por sua vez, vai de encontro com a configuração de representações oral.

Consequentemente é importante começar a inserir a criança neste mundo da leitura desde os primeiros anos do fundamental, de maneira em que se torne atrativo/agradável para a pessoa. Por meio de um recurso muito utilizado, e que na maioria das vezes faz um grande efeito, é o de ensinar a ler e escrever por meio de histórias infantis; em quadrinhos.

Ao decorrer desse recurso, o professor fará com que este contato com a leitura, torne-se mais prazeroso e simples, e, por decorrência os educadores estariam

formando, além de crianças alfabetizadas, leitores assíduos, bons escritores e profissionais criativos.

Durante a metodologia de alfabetização a leitura possui um impacto bastante forte, pois é nesse período que a criança está encontrando o universo das letras, e nas séries iniciais deve-se nutrir essa boa prática, como, por exemplo, momentos dedicados apenas à leitura. Neste sentido, a família possui um papel fundamental neste processo, pois, a leitura está presente em todas as classes sociais.

Diante desta perspectiva uma ótima maneira para estimular as crianças em ler por prazer é incentivá-las, desde os primeiros anos, para ter contato com os livros, e esta prática deve ser iniciada, portanto, nos lares, dentro da família. Em aceitação com Meireles e Martins (1984, p. 123) espera-se que: “Se a criança desde cedo fosse posta em contato com obras-primas, é possível que sua formação se processasse de modo mais perfeito”.

“Esses primeiros contatos propiciam a descoberta do livro como um objeto especial, diferente dos outros brinquedos, mas também fonte de prazer” (MARTINS, 1984, p. 43). Entretanto, é de extrema importância que estes livros ou qualquer outro material escrito sejam de qualidade e atrativos para as crianças, precisam ser interessantes para elas.

Silva (2002, p. 75) entende a leitura a partir das considerações sociais que são localizadas na realidade brasileira: “Ler é um direito de todos e, ao mesmo tempo, um instrumento de combate à alienação e à ignorância”.

É de grande relevância que o professor propicie momentos de leitura, mais interessantes, promovendo a formação leitora do aluno para que esta possa potencializar no aluno um conjunto de capacidades, transformando-os em produtores de textos, e que tenham condição de inserir-se no seletivo grupo da população que tornam-se proficientes por dominarem as regras e as técnicas, gramaticais e norma culta, além de desenvolver o gosto de ler. O professor deverá ter cuidado de fazer dessas experiências de leitura algo que realmente seja prazeroso e satisfatório.

Percebe-se que a metodologia de alfabetização nem sempre é uma tarefa fácil, para aprimorar no que se refere o encantamento e o gosto pela leitura, por tratar-se de uma metodologia constante que requer informações específicas e estratégias que levem a romper um círculo vicioso na concepção dos alunos: pouca motivação, poucas cobranças e baixo aproveitamento no campo da leitura e da produção textual.

Segundo Martins:

Também é sabido que nenhuma metodologia de alfabetização, avançada ou não, leva por si só à existência de leitores efetivos.

Uma vez alfabetizada, a maioria das pessoas se limita à leitura com fins eminentemente pragmáticos, mesmo suspeitando que ler significa inteirar-se do mundo, sendo também uma forma de conquistar autonomia, de ler pelos olhos de outrem. (MARTINS, 1994, p.23).

Além disso, nos dias atuais onde as pessoas estão em contato com múltiplos tipos de textos todos os dias, sejam revistas, bilhetes, avisos, anúncios em jornais, emails, quadrinhos, manuais, ou mesmo, obras literárias. A sociedade moderna faz isto a todo o instante. Por conseguinte, a leitura é analisada no uso social, uma vez que os textos, nesse ambiente, servem para informar e para distrair.

Faz-se imprescindível, que seja estimulada esta habilidade bem cedo, começando com a família, em seguida na escola onde os professores continuarão a desenvolver estratégias adequadas ao nível etário dos seus alunos, em sala de aula, com o objetivo de criar mecanismos para que a necessidade de ler prevaleça e o prazer pela leitura se instale.

Ademais considero ser imprescindível que os professores, nas suas práticas em sala de aula, possam transmitir esse conhecimento de forma mais significativa possível ao seu aluno, com a participação da família.

[...] o professor, ao demonstrar-se leitor para os alunos, transforma-se em modelo de leitor para eles, em alguém que, por demonstrar prazer e entusiasmo pela leitura, motiva o aluno a ler, a vivenciar aquilo que é constitutivo da sua formação subjetiva e profissional (LEITE, 2003, p. 149).

Neste caminho, compete à escola e ao educador cuidar da formação do leitor, para não ignorar toda a história anterior dos sujeitos envolvidos, mas ponderar a leitura como uma reflexão crítica, de reestruturação. Por consequência será possível possibilitar o desenvolvimento da prática significativa da leitura nas crianças, pois, a leitura é um dos objetivos essenciais da atividade pedagógica, a qual possibilita que a criança entre em contato com diversas informações e conhecimentos.

Os pais podem participar do processo de aprendizagem da leitura e de escrita das crianças, proporcionando apoio e condições de aprendizagem imperativas, especialmente para aquelas que apresentam alguma dificuldade, gerando assim um diálogo entre escola e família.

Nessa perspectiva, a relação da família e leitura influencia, diretamente, como as crianças e os jovens enfrentam o universo das letras. Ao observar os pais lendo e ao ouvir histórias contadas por eles, as crianças são estimuladas. Quando a família valoriza a leitura há maiores possibilidades da criança se tornar leitores competentes.

COMO AS CRIANÇAS ADQUIREM O HÁBITO DA LEITURA

Ler é uma prática social, que acontece em diversos espaços, desde que a criança nasce começa a se comunicar através do choro e do balbucio, reconhece quem é sua mãe e as pessoas próximas. Vai se desenvolvendo e descobrindo os vários significados dos símbolos a sua volta, aprende a ler o mundo.

A primeira infância é um período de descobertas para criança, tudo parece ser interessante o novo lhe proporciona um sentimento de curiosidade e impulsionada por este sentimento ela vai até seu objeto de interesse até que o desvenda.

Cabe ao adulto usar essa curiosidade da criança para lhe apresentar aos livros e ao mundo leitor cheio de significação e informações. Estimular na criança o hábito de leitura primeiramente lendo para elas diferentes livros de diferentes gêneros literários.

A leitura e a escrita são essenciais para a participação na sociedade e no efetivo exercício da cidadania. Se a criança estiver inserida em um contexto repleto de leitores ativos com toda certeza adquirirá o hábito da leitura.

Visto que, o gosto pela leitura, o ato de ler se processa em longo prazo, sendo assim, a família contribui de forma efetiva nessa formação, visto que no interior desse âmbito há um espaço que se isenta de cobranças formais como a da escola e que por sua vez pode facilitar o acesso à leitura.

Segundo Teberosky e Colomer (2003, p.19), "(...) já que a leitura e a escrita não são matérias exclusivamente escolares, convém que os familiares participem da alfabetização dos filhos e dos netos, ajudando-os nas práticas de leitura".

Com isso, o leitor construído na família tem um perfil um pouco diferenciado daquele outro que teve o contato com a leitura apenas ao chegar à escola. O leitor que possui o estímulo com a leitura já no âmbito familiar demonstra mais facilidade em lidar com as representações sociais, compreende melhor o mundo no qual está inserido, além de desenvolver um senso crítico mais cedo.

Sabe-se que existem vários fatores que acabam prejudicando o estímulo da leitura no âmbito familiar. Nem todas as famílias, possuem o acesso a livros; também nem todas possuem recursos para aquisição de livros e alguns pais não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, antes tiveram que trabalhar muito cedo, por esse motivo, muitos deles não são leitores fluentes e isso acaba dificultando a maneira de tratar esse assunto em casa e de como motivar seus filhos ao hábito da leitura.

Mas, mesmo que os pais não saibam ler corretamente, é importante que eles incentivem os seus filhos, para tal ato, de maneira que a criança perceba o valor da leitura e o quanto os pais se preocupam com o seu futuro. Os pais devem mostrar

interesse, contando histórias orais para seus filhos, perguntando a eles que tipos de livros gostam, qual foi à leitura feita na escola e se há tal estímulo na instituição.

Para que esse prazer possa ser partilhado em torno da leitura, a família pode procurar um bom livro em uma biblioteca, ou comprar alguns livros, revistas ou jornais. Tudo que leve uma criança a ter contato com a leitura é fundamental, para que aprenda desde pequena apreciar este hábito, caminhando assim, cada vez mais a uma prática prazerosa, na construção de um pensamento crítico e através desta ação, será desenvolvida uma maior a proximidade entre pais e filhos.

Portanto, o prazer pela leitura torna-se cada vez mais benéfico com a ajuda da família. A leitura que os pais fazem regularmente torna-se uma atividade significativa e prazerosa para seus filhos e assim estão dando condição para a formação do gosto pela leitura. É como se a família plantasse a semente da leitura e a escola a cultivasse.

Entretanto, nem todas as famílias têm como proporcionar o acesso das crianças aos livros, quando não tem condições, ou até mesmo quando não consideram a leitura como algo importante para seus filhos, até mesmo porque não faz parte da cultura brasileira o hábito da leitura. Assim como, não têm a leitura diária como uma prioridade.

Nesses casos o incentivo deve partir no ambiente escolar, pois, talvez, essa seja a única fonte de acesso ao mundo dos textos escritos de muitas crianças, aumentando o compromisso da escola em reforçar a missão de ensinar a ler e escrever.

É o que afirma Cunha (2008, p. 54), no livro *Retratos da leitura no Brasil*: “esse vínculo natural entre escola e leitura torna-se imprescindível num país com as desigualdades sociais nos níveis existentes em nosso país, onde a família não exerce o papel de primeira e mais importante definidora do valor da leitura”.

Contudo é evidente que sem a influência de um adulto a criança não tem acesso aos livros, por este motivo a importância de criar ambientes adequados para o desenvolvimento da prática leitora.

A leitura é um ato centrado na elaboração de significados, as crianças elaboram suas hipóteses acerca da língua escrita. Por isso desde cedo é preciso iniciar na escola, o trabalho de leitura com as crianças, fazer com que eles se sintam parte das situações de leitura.

O exercício da leitura se faz presente na vida humana desde que este começa a compreender o mundo que o rodeia.

A leitura é algo crucial para aprendizagem humana é através dela que se consegue enriquecer o vocabulário e constrói novos conhecimentos.

Segundo Solé (1998, p.23) “(...) para ler necessitamos simultaneamente manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto nossos objetivos, ideias e experiências prévias (...)”.

Sabe-se que o hábito da leitura deve ser estimulado desde a infância e por este motivo a sua importância na fase da alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental. Se a criança conhecer o prazer que a leitura pode proporcionar com toda certeza conduzirá esse hábito por toda sua vida.

Observa-se que alguns fatores distraem as crianças afastando-as da leitura e da escrita, um destes fatos é a tecnologia, muito utilizada nos dias atuais, encontra-se sendo um dos principais meios de comunicação na atualidade, em um mundo moderno em que todos estão conectados com a internet, as pessoas estão deixando de ler livros, revistas e jornais, pois com apenas um Crick, muitas dessas informações se encontram na internet, às vezes de uma forma resumida. Isso faz com que as crianças e os jovens cada vez mais se desinteressem pelos livros, afastam-se de leitura, empobrecendo seus vocabulários.

Infelizmente o acesso à leitura no Brasil está longe de atingir o desejável, em um país tão grande existem ainda, poucas bibliotecas públicas disponíveis para a população e ao comprar livros a população encontra preços altos, dificultando ainda mais o acesso à leitura.

Na escola a leitura deve ser aquela que aproxima o aluno e não aquela que o afasta, por isso é significativo criar nas escolas ambientes propícios à leitura, proporcionar momentos de leitura desde o início da vida escolar, isso significa ler para crianças ainda não alfabetizadas, na educação infantil, nas creches e pré-escolas.

É imprescindível que exista uma proposta de ensino aprendizagem da leitura, que se contextualize com a vida social da criança, que a leitura tenha sentido e significado para elas, trabalhar na escola com projetos e propostas de forma interdisciplinar.

A leitura na escola muitas vezes é de forma mecânica, se valoriza mais a leitura em voz alta e sem valorizar a leitura silenciosa, e na vida social as crianças utilizam muito mais a de forma silenciosa.

É indispensável fazer na escola um ambiente onde à leitura e a escrita sejam práticas vivas e indispensáveis para repensar o mundo e reorganizar o pensamento.

Como o objetivo final do ensino é que o aluno possa fazer funcionar o aprendido fora da escola, em situações que já não serão didáticas, será necessário manter uma vigilância epistemológica que garanta uma semelhança fundamental entre o que se ensina e o objeto ou prática social que se pretende que os

alunos aprendam. A versão escolar da leitura e da escrita não deve afastar-se demasiado da versão social não escolar. (LERNER, 2002, p. 35).

A organização da sala de aula ou a de leitura deve ser adaptada para que os livros, e materiais de leitura estejam sempre a disposição das crianças e ao alcance de suas mãos.

Atualmente o governo brasileiro sancionou a lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, com vários incentivos a leitura; “Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil”.

Espera-se que a lei mencionada, não fique apenas no papel, pelo contrario, que seus artigos sejam cumpridos, pelo estado e pelas prefeituras de todas e em todas as cidades do país. E que as instituições escolares sejam envolvidas nesse processo de mudança de perspectiva sobre a leitura, dentro de um cenário estimulador.

Ainda existem algumas barreiras no âmbito da instituição escolar que dificultam as mudanças, tensões entre os propósitos escolares e extraescolares da leitura e da escrita, da relação saber- duração versus preservação do sentido e da tensão entre duas necessidades institucionais; ensinar e controlar a aprendizagem.

A escola assume um papel de controle da aprendizagem por se sua responsabilidade social de ensinar a ler e esse controle faz com que a leitura seja feita com vistas à avaliação do rendimento escolar. Analisa-se a compreensão e a fluência da leitura em voz alta.

A função da escola é ensinar a ler e escrever, dentro dessa perspectiva como redefinir como será feita essa tarefa?

O desafio é o de incorporar todos os alunos à cultura do escrito e também conseguir que eles cheguem a ser membros plenos da comunidade de leitores e escritores. Formar na escola uma comunidade de leitores que encontre na leitura, uma fonte de pesquisa, de cultura, de encontrar novos, saberes e de entrar em outros mundos antes não explorados.

Ensinar não somente os saberes linguísticos como também ensinar as tarefas do leitor; em fazer antecipações sobre o sentido do texto que se está lendo e tentar verificá-los, discutir diversas interpretações acerca de um mesmo material, comentar o que se leu e compara-lo com outras obras, compartilhar a leitura com outros leitores e ousar-se a ler textos difíceis.

A leitura é fonte de informação e por que não também de prazer, essencial para a vida em sociedade, como alguns autores relatam:

Para Silva (1987):

Ler é, em última instância, não só uma tomada de consciência, mas também um modo de existir no qual o indivíduo compreende e interpreta a expressão registrada pela escrita e passa a compreender-se no mundo. (SILVA, 1987, p.45).

De acordo com Martins (1994):

Seria preciso, então, considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem. Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre leitor e o que é lido. (MARTINS, 1994, p.30).

Para Lerner (2002)

“Ler é entrar em outros mundos possíveis. É indagar a realidade para compreendê-la melhor, é se distanciar do texto e assumir uma postura crítica frente ao que se quer dizer, é tirar carta de cidadania no mundo da cultura escrita.” (LERNER, 2002, p. 73).

O papel que a escola exerce deve fugir da concepção de uma mera transmissora de conhecimentos. Onde na maioria das vezes, os estudantes são obrigados a ler e não a pensar, a ler o que querem que leiam, sem refletir criticamente sobre o que se ler. A escola da Pedagogia Bancária tenta-nos “moldar” para repetirmos tudo o que os outros falam. Não sendo permitido falar o que pensamos, como se o que pensamos fosse errado.

Não fomos ensinados a pensar, a refletir, analisar, apenas a repetir o que as escolas tradicionais querem ouvir. Neste sentido, vem a afirmação de que o aluno não sabe, mas sim o professor é aquele que é o detentor de todo o conhecimento.

A escola que busca a autonomia do aluno precisa apropriar-se de práticas pedagógicas que possibilitem aos estudantes e aos docentes, a utilizar a leitura não a partir da repetição do pensamento de outros, mas sim, através da construção do seu próprio pensamento, com uma leitura dialógica, com espaço para a troca de interpretações entre os leitores e autores, pois, a leitura deve ser diálogo e não monólogo.

Para que isso, o exemplo do professor leitor é essencial. É através do seu exemplo e da sua imagem que influenciam as crianças, pois professor que lê, que gosta de livros, que sente prazer na leitura e a incentiva, consegue, mais facilmente,

estimular seus alunos a experimentarem a aventura que cada texto possibilita. Elas se identificam com o seu professor, sem dúvidas, se o professor mostrar que gosta de ler, o desenvolvimento da leitura em sala de aula e provavelmente fora dela, será favoravelmente influenciado.

A leitura, nessa perspectiva, torna-se um precioso meio de se incentivar a prática da reflexão no aluno, sujeito-leitor que atua na realidade em que se encontra inserido. Neste sentido, a importância do professor em ser um leitor ativo e crítico, Lajolo (1986) enfatiza que:

Leitor maduro é aquele para quem cada leitura desloca e altera o significado de tudo o que ele já leu, tornando mais profunda sua compreensão dos livros, das gentes e da vida. Se o professor não for um bom leitor, são grandes as chances de que ele seja um mau professor. (LAJOLO, 1986, p. 100).

Os textos devem ter significado para os alunos, pois eles como também os professores tem o direito de não gostar de alguns textos, por este motivo as leituras devem ser planejadas de forma a aproximar o leitor do texto.

E, à semelhança do que ocorre com ele, são igualmente grandes os riscos de que o texto não apresente significado nenhum para os alunos, mesmo que eles respondam satisfatoriamente a todas as questões propostas.

Contudo, um professor-leitor aumenta a oportunidade de motivar seus alunos a também serem; ótimos leitores. Visto que, a importância do papel do professor diante dos seus alunos e o compromisso social que o profissional da educação tem em suas mãos.

Para que aconteça de maneira espontânea, o professor deve organizar um ambiente para que possa pôr os livros, que seja aconchegante e no qual as crianças possam manipulá-los e lê-los; deixá-las levar o livro para casa, para que possam ler junto com seus familiares. E não simplesmente pedir para que o aluno leia e preencha lacunas nos livros de acordo com a leitura lida, pois, isso é bem diferente do que envolvê-lo significativamente e democraticamente nas situações de leitura, a partir de temas relevantes.

A Escola, por muitas vezes, elimina literalmente no aluno, o prazer pela leitura na medida em que os mecaniza e didatiza. Ler deixa de ser um estímulo e passa a ser uma obrigação. O gosto por ouvir, ler, contar e escrever histórias nem chega a nascer e já vai sendo apagado, negado e esquecido.

Com isso, subentende que formar um leitor competente é instruir alguém que compreenda o que lê. Que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos e seja capaz de estabelecer as relações entre o texto

que lê e outros textos já lidos, compreendendo que diversos sentidos podem ser atribuídos a um texto; conseguindo justificar e validar a sua leitura.

A leitura é, portanto, um problema de todos, passa pela família, pela escola, pela biblioteca, pela comunidade e pela sociedade, não pode ser considerada um presente do Estado, posto que seja um direito de todos os cidadãos (BRASIL, 1998).

Enfim, é necessário que os professores estejam atualizados e desenvolvam ações educativas que priorizem a formação de leitores, que as famílias proporcionem aos filhos uma relação saudável com o material letrado, que as políticas públicas educacionais também proponham e desenvolvam metodologias participativas, visando assim, a consolidação dos processos de ensino e aprendizagem voltados para a formação de leitores e cidadãos críticos, produtivos e participativos.

ESTRATÉGIAS DE LEITURA PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

É notória que a leitura na escola deva ser aquela que aproxima o aluno da prática leitora e não aquela que o afasta dela.

Dentre de tantos fatos relevantes, a importância de criar na escola um ambiente propício à leitura, estimulador, para isso é fundamental o engajamento de todos os responsáveis pelo currículo e pelo projeto político pedagógico da instituição escolar.

É urgente que haja uma proposta aberta de ensino aprendizagem da leitura que se contextualize com a vida social da criança e que trabalhe na escola de uma forma interdisciplinar.

Lerner (2002) faz alguns questionamentos sobre o ensino da leitura na instituição escolar:

Por que se enfatiza tanto a leitura oral, que não é muito frequente em outros contextos e tão pouco a leitura para si mesmo? Por que se usam textos específicos para ensinar, diferentes dos que se leem fora da escola? Por que se espera que a leitura reproduza com exatidão o que literalmente está escrito, se os leitores que se centram na construção de um significado para o texto evitam perder tempo em identificar cada uma das palavras que nele figuram e costumam substituí-las por expressões sinônimas? Por que se supõe na escola que existe uma só interpretação correta de cada texto (e conseqüentemente se avalia), quando a experiência de todo leitor mostra tantas discussões originais nas diversas interpretações possíveis de um artigo ou de um romance? (LERNER, 2002, p. 76).

O desafio da escola segundo alguns autores é formar leitores críticos que desenvolvam uma leitura além das linhas escritas, que busquem informações implícitas nos textos.

É evidente que seria necessário abandonar antigas práticas mecânicas, que levam os alunos a afastar-se da leitura por considerá-la uma mera obrigação escolar, significa desenvolver atividades de leitura com propósitos e com diferentes gêneros textuais de forma a valorizar os diferentes textos e contos.

O professor é um autor fundamental para que se ocorra à aprendizagem de forma a promover uma curiosidade ingênua para então uma curiosidade crítica, insatisfeita que busque através de investigações desvendar sua inquietação.

A leitura do professor é de suma importância na primeira fase da escolaridade, quando as crianças ainda não leem competentemente por si mesmas. No decorrer desse período, o professor pode criar, diversas e variadas situações nas quais lê diferentes tipos de textos. Ao ler o professor ensina as crianças como a leitura deve ser feita; informa sobre o tema do livro, o autor, a editora, a dedicatória feita pelo autor, usa corretamente o tom de voz e faz inferência. Cria um clima propício para desfrutar dele, prepara o ambiente para que as crianças possam se sentar e incentiva as crianças a ouvir a história e apreciar os momentos dela.

Dependendo da idade dos alunos o professor deve determinar a leitura que será feita em sala de aula, a leitura deve fazer parte da rotina diária da sala de aula, os alunos devem manusear os livros olhar as figuras e conhecer o livro, mesmo que ainda não estejam alfabetizados.

O professor juntamente com a coordenação da instituição escolar, devem planejar dias de visita à biblioteca da escola, para que os alunos possam escolher o seu livro favorito, aquele que desejam ler ou ouvir de alguém que possa ler para eles.

Para Lerner 2002:

A ajuda dada pelo professor consiste em propor estratégias das quais as crianças se irão apropriando progressivamente e que lhes serão úteis para abordar novos textos que apresentam certo grau de dificuldade. Além disso, nessas situações, o professor incitará a cooperação entre os alunos, com o objetivo de que a confrontação de pontos de vista leve a uma melhor compreensão de texto. (LERNER, 2002, p. 97).

Ao analisar as interações entre professor e aluno pode-se afirmar que nessa relação, existem alguns contratos firmados uma espécie de acordos feitos entre professor e aluno mesmo que seja de uma forma implicitamente, o contrato, está presente, onde cada uma das partes sabe o que deve fazer e repetir.

Para Delia Lerner 2002:

[...] é preciso criar na escola âmbitos de discussão para elaborar possíveis vias de transformação, é preciso analisar a possibilidade de levantar a drástica barreira que separa as atribuições do professor das do aluno para se aproximar dos direitos mais compartilhados, é preciso ir elaborando o “contrato” que responda melhor à necessidade de formar leitores e escritores competentes. (LERNER, 2002, p.38).

Com o objetivo de formar leitores e escritores autônomos, a instituição escolar com recursos do governo, deve investir tempo e recursos para melhorar suas práticas.

Algumas mudanças no currículo devem ser feitas como um melhor aproveitamento do tempo, atribuir maior importância aos objetivos gerais com clareza e assumir estratégias para alcançá-los.

Indispensável seria não fragmentar a alfabetização, utilizando métodos tradicionais de ensino aprendizagem, ultrapassar a tradicional separação entre alfabetização em sentido estrito e alfabetização em seu sentido amplo.

Tomar como objeto de ensino, a interpretação e produção de textos nos seus diferentes gêneros literários, existente hoje na sociedade letrada.

É fundamental instaurar uma gestão democrática, onde professores possam ser ouvidos, pontuando suas dificuldades e ponderações acerca da melhoria na sua rotina dentro de sala de aula. Dessa forma, permitir a valorização do professor como agente de transformação educacional e também abrir espaço para ouvir os alunos dentro desse processo.

A escola não deve restringir-se a reproduzir as práticas de leitura tal como são fora dela. Precisa fazer uma ponte, entre as aprendizagens de leitura realizadas na vida social, com as aprendizagens de leitura dentro da escola.

Sendo o objetivo primordial de formar sujeitos capazes de analisar criticamente a realidade, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, sendo assim, não somente promover uma intensa participação nas práticas de leitura e escrita.

Segundo Delors 1998, a educação deve transmitir, na verdade, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro.

A tendência para prolongar a escolaridade e o tempo livre deveria levar os adultos a apreciar, cada vez mais, as alegrias do conhecimento e da pesquisa individual. O aumento dos saberes, que permitem compreender melhor o ambiente sob os seus diversos aspectos, favorece o despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição de autonomia a capacidade de discernir. (DELORS, Jacques 2012, p. 74)

A leitura é “um processo mediante o qual se compreende a linguagem escrita (...). Para ler necessitamos simultaneamente manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto nossos objetivos, ideias e experiências prévias (...)” (SOLÉ, 1998, p.23).

Para a autora a leitura deve ser aquela que atribui significado para o leitor, que o motive a continuar a leitura de forma prazerosa, constante. O leitor deve se sentir capaz de ler, compreender o texto de uma forma autônoma.

Se estratégias de leitura são procedimentos e os procedimentos são conteúdos de ensino, então é preciso ensinar estratégias para a compreensão dos textos. No entanto, elas não podem ser tratadas como técnicas precisas, receitas infalíveis ou habilidades específicas; por isso, ao ensinar estratégias de compreensão leitora, entre os alunos deve predominar a construção e o uso de procedimentos de tipo geral, que possam ser transferidos sem maiores dificuldades, para situações de leitura múltiplas e variadas. (SOLÉ, 1998, p. 70).

A fim de que o leitor se aproxime na atividade de leitura é imprescindível que esta seja significativa. É indispensável que ele sinta que é capaz de ler e de entender o texto que tem em suas mãos. Somente será motivadora, se o assunto estiver ligado aos seus interesses de leitor e, logicamente, se o trabalho em si atribuir a um objetivo.

Trabalhar na escola com projetos seria uma estratégia para envolver os alunos, abrir espaço para que eles possam tomar decisões acerca do projeto, desenvolvendo nos alunos autonomia.

Desenvolver na instituição escolar, todos os anos, projetos de atividades permanentes de leitura onde cada aluno possa ler uma história, a sua favorita, ou a que interesse transmitir para os seus colegas, até mesmo, a que ele mesmo escreveu.

A escola deve ter ciência que durante o desenvolvimento desse tipo de atividade algumas coisas podem sair de seu controle, não é impossível controlar tudo. No entanto não significa renunciar ao controle, mas sim desenvolver um trabalho no qual haja aprendizagem da leitura, de forma global, flexível.

Deve-se compreender que a aprendizagem da leitura não deve ser de uma forma simples, onde serão objetos de estudo apenas textos de fácil entendimento para o aluno. Significa inserir na aprendizagem de leitura textos de todos os tipos inclusive os de difícil entendimento, textos complexos.

Para desenvolver no aluno capacidades e habilidades leitoras, deve-se proporcionar ao aluno situações de leitura desafiadoras para que eles mesmo que de forma discreta possam ir incorporando, novos saberes.

Segundo Solé (1998, p. 148) “Não é suficiente ensinar-lhes a aplicar regras; é preciso ensinar-lhes a utilizá-las em função dos objetivos de leitura previstos e a fazê-lo

de forma tal que esse processo não seja independente do contraste entre o que se sabe e o que o texto aporta”.

Para que isso ocorra é necessário ter muito bem definido, quais serão as condições didáticas nas quais seja possível ler esses tipos de textos. É necessário que haja uma organização dos conteúdos e uma seleção de materiais adequados para o ensino da leitura e da escrita dentro da sala de aula.

Devem-se considerar os saberes prévios dos alunos, levar em conta o nível de complexidade dos diferentes conteúdos ensinados, considerar também o nível de aprofundamento do conteúdo em relação das possibilidades de compreensão dos alunos para assim poder fazer uma avaliação do trabalho desenvolvido e da autonomia que cada aluno adquiriu.

Os projetos precisam ser conduzidos para a realização de algum dos propósitos sociais da leitura; ler para solucionar um problema prático, fazer uma receita culinária, utilizar algum tipo de aparelho, construir um móvel através de manuais de instrução, ler para se informar sobre um tema interessante, atualidades culturais, artísticas, ler para escrever, para elaborar o conhecimento que se tem sobre o tema de um trabalho escolar. Os projetos precisam ser conectados à leitura literária que se orienta para de propósitos mais pessoais.

Distintas modalidades de leitura devem ser aproveitadas, em diversas situações, frente a um mesmo tipo de texto; um mesmo material informativo científico pode ser lido para se obter uma informação global, para se buscar um dado específico ou para investigar um aspecto determinado do tema sobre o qual se está escrevendo, um artigo de jornal pode ser lido num momento meramente para se avaliar o ponto de vista do autor sobre um tema fascinante para o leitor e ser aproveitado em outra circunstância.

Em um mundo tecnológico onde muitas são as mudanças e inovações, nas diversas áreas do conhecimento e tecnológica, a única área que a população brasileira ainda questiona as mudanças é na educação, pois se acredita que o modelo tradicional de alfabetização é o mais indicado e tudo que se afasta dele é questionado.

Na realidade por falta de conhecimento, as pessoas acreditam que as mudanças não são necessárias, a opinião publica muitas vezes influenciada pela televisão não conhece os reais motivos do fracasso escolar, que está na maioria das vezes relacionado com a falta de investimentos em políticas publica na área de educação.É necessário que ocorram mudanças na forma que a escola aborda a aprendizagem da leitura e da escrita, primeiramente reconhecendo que as mudanças são imprescindíveis para formação leitora dentro da escola.

Infelizmente não é possível modelar o sistema de ensino para atingir os desejos de todos, deixando de cumprir a sua função implicitamente reprodutiva de instituição escolar, que só se cumpra a função explícita de democratizar o conhecimento.

Saber que os problemas que os professores enfrentam dia a dia na sala de aula estão vinculados ao ensino ou à aprendizagem escolar de determinados conteúdos não foi suficiente para deduzir imediatamente que os conhecimentos mais relevantes para eles são precisamente aqueles que contribuem para resolver esses problemas, quer dizer, os conhecimentos didáticos. (LERNER, 2002, p. 103).

A capacitação dos profissionais de ensino é essencial, porém não é condição suficiente para que a mudança na proposta didática ocorra, pois ela não depende apenas das vontades individuais dos professores, além de prosseguir com os esforços de capacitação, será imprescindível, estudar as estruturas ou acontecimentos que ocorrem na escola e impedem que todas as crianças se apropriem dessas práticas sociais que são a leitura e a escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conjecturando de forma crítica sobre a pesquisa realizada, através do estudo das diversas bibliografias sobre a prática da leitura, pude presumir o quanto a prática leitora é importante para a formação do indivíduo e o quanto essa ação reflete na sociedade e quanto deve fazer parte da vida de todos para que seja possível a interpretação de mundo, além do mais, deve ser realizada com prazer para que assim possa despertar cada vez mais o interesse do leitor.

Seja no âmbito escolar ou familiar, o gosto pela leitura é adquirido a partir de estímulo e a maneira como é desenvolvida colabora para com a prática significativa, onde teremos alunos que, com uma linguagem muito mais ampla e valiosa, torna-se parte da sociedade, podendo participar e argumentar, mostrando a força da palavra quando se tem leitura e conhecimento.

Mas, para que isto ocorra é preciso entender que ler não é um ato mecânico de decodificação, como foi abordado nesta pesquisa com referência de grandes estudiosos da área. É muito mais que isso. Este ato estabelece relações dentro de determinados assuntos, contextos, de vivências de mundo. Não são frases ou palavras soltas, sem sentido, sem compreensão. Ler é um ato complexo que exige interação, é ir e voltar pelo texto, não é tão somente passar os olhos por cima das gravuras e

palavras. É indiscutível que a leitura e a escrita requerem atos: o de pensar, o de exercitar, de refletir, além da emoção e do prazer.

Para que boas práticas comecem a ser desenvolvidas, serão necessárias condições de trabalho para a formação de bons leitores; as escolas precisarão dispor de boas bibliotecas com o acervo atualizado de livros, a família deve estar em plena integração e participação juntamente com a escola, para que os alunos se sintam motivados na busca de práticas leitoras. Nessa perspectiva, é responsabilidade tanto da escola como da família a função de colaborar para o desenvolvimento e do gosto pela leitura.

A escola deve assumir um papel relevante como mediadora entre o aluno e a leitura, devendo continuar a ampliar e sistematizar o processo iniciado no ambiente familiar, na formação do gosto pela leitura. Esta habilidade é um dos objetivos fundamentais da atividade escolar, a qual possibilita que o aluno entre em contato com inúmeras informações e conhecimentos. Com isso o professor exerce um papel importante nesse processo através do incentivo da leitura, dentro e até mesmo fora da escola.

Acredito que essa discussão possibilita uma reflexão das práticas pedagógicas no desenvolvimento da prática da leitura, na formação do aluno leitor, contribuindo para a valorização de um trabalho voltado para a formação do cidadão, do ser social. Em meio a tantos desafios no âmbito escolar, o que mais se nota é a dificuldade de leitura do aluno em questão.

Esta pesquisa teve como base grandes autores, que contribuíram para o desenvolvimento de forma significativa para este projeto. Com isso, pode-se compreender que o desenvolvimento da leitura como prática significativa ao aluno, parte da realidade em que se encontram.

Através desse estudo foi possível averiguar que a falta de interesse pela leitura tem vários desacertos que podem ser solucionados tendo em vista que o professor é o mediador do aluno e é capaz de conscientizar e incentivar seus educandos para a prática da leitura significativa.

Assim sendo, a escola e seus respectivos professores servem como modelo de leitores para os alunos, por isso devem permitir e motivar que eles leiam, proporcionando aproximações dos educandos a este conhecimento.

Faz-se necessário que a escola, professores e pais estabeleçam uma proposta, de incentivo à leitura na vida diária do aluno, a fim de que encontre o meio de obter o conhecimento, as informações, o prazer e o gosto pela leitura, possibilitando o desenvolvimento de leitores competentes.

O presente artigo visa dar ênfase aos escritos do professor Maurice Tardif voltados para evolução e real situação da profissão docente, requerendo uma análise das formações anteriores, desde o momento que o aluno inicia a vocação para o ensino, da formação específica e da maneira que as formações se convergem e sincretizam nas concepções traduzidas em sala de aula. A profissão exige, além das técnicas, uma predisposição para competências, que é uma meta a ser alcançada através de habilidades, atitudes e valores despertados nos estudantes. Não basta plantar o conhecimento, é preciso alimentá-lo, irrigá-lo, e os frutos são colhidos nas realizações pessoais, profissionais e sociais do indivíduo; o conhecimento é pleno se estiver

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Por uma educação romântica**. 5^o edição, Campinas: Papirus 2002.
- AMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 6. Ed. São Paulo: Ática, 1995.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Política Nacional de leitura e escrita**: Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018. Brasília, 2018.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Língua Portuguesa: primeiro e segundo ciclos, 3^o. ed. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**, 10^a Edição, Scipione 2002.
- CUNHA, Antônio Eugênio. **Afeto e Aprendizagem: Amorosidade e saber na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: WakEd, 2008. Cap. 11, p. 109-116.
- DELORS, Jacques ET alii. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório da .

DICIONÁRIO, Aurélio. **Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Fronteira. 1988.

EDUCAÇÃO: **Brasil ocupa 11º posição da América Latina**. Brasília. Terra, 2008. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/interna/0,,OI3354329-EI8266,00-Educacao+Brasil+ocupa+posicao+da+America+Latina.html>> Acesso em 31 jul 2023.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

GOODMAN, Y. (org.). **Como as Crianças Constroem a Leitura e a Escrita: Perspectivas Piagetianas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KLEIMEN, Ângela. **Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da leitura**. 8ª Edição. Campinas, SP: Pontes. 2002.

LAJOLO, Marisa. **O texto não é pretexto, In Leitura em crise na escola: as alternativas metodológicas**. ZILBERMAN, Regina (org.) – 6ª Ed - Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva (org.) et al. **Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas**. 2.ed. Campinas. SP: Komedi,2003.

LERNER, Delia. **Ler e Escrever na Escola: O real, o possível e o necessário**. 1ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NASPOLINE, Ana Tereza. **Didática de Português: Tijolo por Tijolo: Leitura e Produção Escrita**. São Paulo: FTD, 1996.

NACARATO, Adir Mendes; LOPES, Celi A. E. (orgs.). **Escritas e leituras na educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, Vera Masagão (org.) **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF**. São Paulo: Global, 2003.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da leitura na escola: Pesquisas x Propostas**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento: 6º Edição**, São Paulo: Contexto, 2013.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6º Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Maria Salete Daros de. **A Conquista do Jovem Leitor: Uma Proposta Alternativa**. 2.ed.- Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Revista AUTÊNTICOS

Instituto P2G Educacional
Rua Marquês de Lages, 729 - Ipiranga
CEP 04162-001- São Paulo - SP

Nossos Contatos:
Fone: 11-2947-3283
Whatsapp: 11-95123-9337

www.revistaautenticos.com.br
E-Mail: contato@revistaautenticos.com.br
Rua Marquês de Lages, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP –CEP 04162-001
Fone: (11) 2947-3283.